

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL
COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO
PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE
GONZALES-RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Magali Rambo Anschau

Santa Maria, RS, Brasil

2016

ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS

Magali Rambo Anschau

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientador: Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rambo Anschau, Magali

ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS / Magali Rambo Anschau.-2016.

160 p.; 30cm

Orientador: Adriano Severo Figueiró

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016

1. Patrimônio Natural 2. Patrimônio Cultural 3. Interpretação Ambiental 4. Roque Gonzales I. Severo Figueiró, Adriano II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

A Comissão Organizadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO
ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E
CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS**

elaborada por
Magali Rambo Anschau

como requisito parcial para obtenção de grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Adriano Severo Figueiró, Dr.
(Presidente/Orientador)

André Weissheimer Borba, Dr. (UFSM)

Maria Ligia Cassol Pinto, Dr^a. (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Santa Maria, 24 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio, compreensão e pelo apreço. A meus amigos próximos e distantes, mas sempre presentes em meus pensamentos e em meu coração, obrigada pelo apoio, pelos conselhos, pelas distrações.

A todos aqueles que me acompanham e me auxiliam nesta trajetória de vida.

À Universidade Federal de Santa Maria pelas experiências e aprendizados oportunizados ao longo desse período de formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por oferecer qualidade no ensino e oportunizar momentos de interlocução de saberes.

Ao professor e orientador Adriano pelos diálogos, aprendizado e desafios que me foram postos favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos.

*“(...) Nós e a Terra compartilhamos uma herança comum.
Cada Homem, cada governo, não é mais do que o depositário desse
patrimônio.
Cada um de nós deve compreender que qualquer degradação é uma
mutilação, uma destruição, uma perda irremediável.
Todas as formas de desenvolvimento devem, assim, ter em conta o valor e a
singularidade desse patrimônio(...)”*

Fragmento da Declaração Internacional de Direito à Memória da Terra (Digne, 1991).

RESUMO

ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS

AUTORA: Magali Rambo Anschau

ORIENTADOR: Adriano Severo Figueiró

As atividades turísticas capazes de evidenciar as experiências e o conhecimento das características naturais e/ou culturais das paisagens devem ser inseridas no planejamento turístico, permitindo o desenvolvimento de valores importantes à sociedade. A paisagem possui elementos de expressividade tanto natural, como cultural, conhecidos como patrimônio natural e patrimônio cultural tidos como elementos a serem conservados para a sociedade e gerações futuras. O patrimônio natural concerne à base da memória através da inscrição do passado, fundamental para o estabelecimento do patrimônio cultural. A compreensão do que se torna expressivo na paisagem entende-se como interpretação ambiental e tem por finalidade a leitura do patrimônio natural e cultural. A interpretação ambiental se refere a um tratamento interpretativo, que prima pelo envolvimento do visitante com o que está sendo interpretado. Neste contexto, a abordagem desse estudo se deteve no aproveitamento do potencial turístico do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales, utilizando instrumentos interpretativos como estratégia de divulgação do patrimônio natural e cultural. O município de Roque Gonzales está localizado na porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na região Missioneira. O objetivo geral proposto se deteve a inventariar o patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales. A partir dessas informações, foi realizada a indicação de um plano interpretativo para os locais de interesse patrimonial (LIP), fazendo o levantamento da infraestrutura existente no município e apresentando uma indicação de manejo para os LIP. Dessa forma, foram inventariados nove LIP dentre o patrimônio natural e cultural, sendo eles: a Casa de Memória (em restauração), a Prainha (em construção), o Salto Pirapó, as Cordilheiras da Esquina Emanuel, o Miradouro para o Cerro Inhacurutum, o Cerro Inhacurutum, Assunção do Ijuí, a Cruz de João de Castilho e o Cotovelo do rio Ijuí. Na Casa de Memória e na Prainha a intervenção está sendo realizada pela Eletrosul e pelo município de Roque Gonzales, tendo sido feita uma análise do que está sendo proposto pelos respectivos órgãos. Nos demais LIP foram propostos instrumentos interpretativos para o patrimônio natural e cultural considerando o inventário realizado. Além do levantamento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento turístico do município, foi apresentada uma proposta de folder turístico para o município de Roque Gonzales. Neste sentido, compreender as dinâmicas e os significados do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales através da interpretação ambiental é fundamental para a divulgação e posterior processo de valorização deste patrimônio. Além disso, este estudo amplia a discussão da relação sociedade-natureza, através da divulgação do patrimônio natural e cultural por meio de instrumentos interpretativos e práticas ecoturísticas.

Palavras-chave: Patrimônio Natural. Patrimônio Cultural. Interpretação Ambiental. Roque Gonzales.

ABSTRACT

ECOTOURISM AND ENVIRONMENTAL INTERPRETATION AS A DISSEMINATION STRATEGY OF THE NATURAL AND CULTURAL HERITAGE OF ROQUE GONZALES-RS

Author: Magali RamboAnschau

Advisor: Adriano Severo Figueiró

Touristic activities capable of highlighting the experiences and knowledge of natural and/or cultural characteristics should be included in tourism planning, enabling the development of important values for society. The landscape has elements of both natural and cultural expression, known as natural heritage and cultural heritage, which are seen as elements to be preserved for future generations. The natural heritage concerns the basis of memory by recording the past, which is essential for the establishment of cultural heritage. Comprehending what becomes significant in the landscape is understood as environmental interpretation and aims at the reading of natural and cultural heritage. Environmental interpretation is regarded as an interpretive treatment, which presses for the visitor's involvement with what is being interpreted. In this context, this study focused on the use of the touristic potential of the natural and cultural heritage of Roque Gonzales, whilst using interpretative instruments as a dissemination strategy of natural and cultural heritage. The municipality of Roque Gonzales is located in the northwest portion of the state of Rio Grande do Sul, in the missionary region. The proposed goal aimed to survey the natural and cultural heritage of Roque Gonzales. Based on this information, an interpretive plan for the sites of patrimonial relevance was conducted, thus collecting data on the existing infrastructure in the city and presenting a management statement for the sites of patrimonial relevance. In this way, we surveyed nine sites of heritage interest among the natural and cultural heritage sites: the Casa de Memoria (in restoration), Prainha (under construction), the Salto Pirapó, the Cordilheiras da Esquina Emanuel, Cerro Inhacurutum, the Cerro Inhacurutum lookout, Assunção do Ijuí, the Cruz de João de Castilho and the Cotovelo do rio Ijuí. In the Casa de Memória and Prainha, intervention is being carried out by Eletrosul and the municipality of Roque Gonzales, of which an analysis is being made of what is being proposed by the respective agencies. In the other heritage sites of interest, interpretive tools were proposed for the natural and cultural heritage according to the survey carried out. In addition to the survey of the necessary infrastructure for tourism development, a proposal for a tour guide for the municipality of Roque Gonzales was presented. In this sense, understand the dynamics and the meanings of the natural and cultural heritage of Roque Gonzales through environmental interpretation is critical to the dissemination and subsequent exploitation of this heritage process. In addition, this study extends the discussion of the relationship between society and nature through the promotion of natural and cultural heritage through interpretative instruments and ecotourism practices.

Keywords: Natural heritage. Cultural heritage. Environmental interpretation. Roque Gonzales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Modelo de estruturação do Ecoturismo.....	36
Figura 2- Processo de Planejamento do Ecoturismo.....	43
Figura 3- Componentes da comunicação para a interpretação ambiental.....	45
Figura 4- Mapa de localização de Roque Gonzales- RS.....	56
Figura 5- Pirâmide Etária para o sexo masculino e feminino de Roque Gonzales-RS de 2010.....	57
Figura 6- Representação de basalto maciço em corte de estrada na BR 392, nas proximidades do Arroio Palmeira, município de Roque Gonzales-RS.....	59
Figura 7- Distribuição da drenagem perene no Baixo rio Ijuí.....	62
Figura 8- Classificação de Solos no Baixo rio Ijuí.....	63
Figura 9- Rio Ijuí próximo a cidade de Roque Gonzales, antes da construção da Usina Hidrelétrica Passo São João.....	64
Figura 10- Mapa de uso do solo no Baixo rio Ijuí.....	66
Figura 11- Sinuosidade do rio Ijuí no seu curso inferior.....	67
Figura 12- Fluxograma do roteiro metodológico.....	69
Figura 13- Trilha do cerro Inhacurutum, com definição dos pontos para o cálculo de capacidade de carga e indicação do início da trilha (A) e o destino da trilha (A'). Imagem em perspectiva oblíqua.....	71
Figura 14- Mapa Hipsométrico com indicação do Patrimônio Natural e Cultural de Roque Gonzales- RS.....	76
Figura 15- Romaria em Assunção do Ijuí: a) Cartaz da Romaria que acontece em Assunção do Ijuí. b) Celebração católica durante a romaria.....	77
Figura 16- Assunção do Ijuí: a) Primeira construção no Assunção do Ijuí, durante o período da colonização do município, b) Capela construída posteriormente e que é utilizada na atualidade, c) Alameda de árvores que levam até a fonte de água considerada santificada, d) Fonte de água santificada.....	79
Figura 17- Vista para o Cerro Inhacurutum de Assunção do Ijuí (fotografia com zoom).....	80
Figura 18- Cruz de João de Castilho na localidade de Colônia Gramado.....	81
Figura 19- Visão geral do local, com a indicação da localização da cruz de João de Castilho pela elipse vermelha.....	82

Figura 20- Salto Pirapó, localizado no baixo curso do rio Ijuí.....	83
Figura 21- Pontas de flecha, de origem indígena guarani, encontradas por Aldino Spohr, expostas na Casa de Cultura.....	84
Figura 22- a) Casa de Força ao lado do Salto Pirapó, b) marmitas no Salto Pirapó, c) Canal artificial que leva água para a casa de força, d) Aves tem grande disponibilidade de alimento (peixes) no Salto Pirapó. Na fotografia uma garça no Salto Pirapó.....	85
Figura 23- a) Imagem de satélite do local das obras da usina hidrelétrica Passo São João (em desenho), indicando o lineamento tectônico passando pelo Salto Pirapó na direção NE. Na imagem também pode se ver as ilhas fluviais na curva do rio Ijuí que antecedem o Salto Pirapó. b) A fotografia mostra o lineamento visível (representado pela linha vermelha) no salto Pirapó, visão do município de Dezesseis de Novembro para Roque Gonzales, com vazão de drenagem alta (anterior aos efeitos da usina hidrelétrica Passo São João).....	86
Figura 24- a) Ilustração dos indígenas com padre Roque Gonzales e padre Afonso Rodrigues, em Caaró-RS, onde e quando foram mortos ambos os padres. b) Ilustração que retrata os indígenas catequizados pelos jesuítas com vestimentas brancas e os indígenas que não toleravam as ações dos jesuítas, ocasionando confrontos gerados pela ação liderada pelo cacique Nheçu.....	87
Figura 25- a) Evento promovido pela Associação Cultural Nheçuanos em 2010. b) Associação Cultural Nheçuanos, com cavalarianos em preparação para visitaçao ao cerro Inhacurutum, durante o 2º Manifesto, Canto e Poesia Nheçuanos.....	88
Figura 26- Representação da Trilha do Cerro Inhacurutum. Imagem em perspectiva oblíqua.....	89
Figura 27- a) Trilha do Cerro Inhacurutum, mostrando os degraus com madeira e a cerca de arame liso para auxiliar a subida. b) Mirante do Cerro Inhacurutum.....	90
Figura 28- a) Bioma Pampa presente na coxilha do Tabuleiro no município de Rolador, b) Bioma Mata Atlântica presente nas Cordilheiras da Esquina Emanuel.....	91

Figura 29- Visão proporcionada a partir da localização prevista para o mirante.....	91
Figura 30-a) ilhas do lado esquerdo do rio Ijuí, indicadas pela flecha amarela. b) corredeiras do lado direito do rio Ijuí, indicadas pela flecha vermelha.....	92
Figura 31-Miradouro para o Cerro Inhacurutum. Fotografia com aplicação de <i>zoom</i>	93
Figura 32- Cordilheiras da Esquina Emanuel, região de floresta Atlântica com Araucárias.....	94
Figura 33- Condições físicas da Casa da Memória em diferentes períodos: 1930-2014.....	96
Figura 34- Prainha, situada às margens do lago artificial gerado pela instalação da UH Passo São João, no rio Ijuí, próximo a sede municipal.....	97
Figura 35 - Modelos de lembranças de Roque Gonzales disponíveis no centro de informações turísticas (praça municipal): a) Capa de Térmica com o dístico de Roque Gonzales “Terra e Sangue das Missões”, b) Quadro de mesa com atrativos de Roque Gonzales, c) Porta canetas com atrativos do município, d) Porta chaves com atrativos do município.....	101
Figura 36- Artefatos indígenas expostos na Casa de Cultura Nelson Hoffmann.....	103
Figura 37- Modelo de mirante para o Miradouro do Cerro Inhacurutum.....	106
Figura 38- Projeção no ambiente do mirante no Miradouro para o Cerro do Inhacurutum. A flecha vermelha indica a localização do Cerro Inhacurutum.....	107
Figura 39- Painel do Miradouro do Cerro Inhacurutum, com seu respectivo <i>layout</i>	107
Figura 40- Localização das placas informativas para a trilha do Cerro Inhacurutum, com a identificação do trajeto até o Cerro Inhacurutum.....	109
Figura 41- Representação gráfica com o <i>layout</i> das placas informativas para a trilha do Cerro Inhacurutum: a) <i>Layout</i> da placa informativa de localização 1A, conforme figura 40, sentido da BR 392 Roque Gonzales-Porto Xavier. b) <i>Layout</i> da placa informativa de localização 3, conforme figura 40.....	110

Figura 42- Portal da trilha do cerro Inhacurutum, com o referido <i>layout</i> para a trilha do Cerro Inhacurutum.....	109
Figura 43- Painel interpretativo do cerro Inhacurutum como patrimônio natural, com seu respectivo <i>layout</i>	110
Figura 44- Painel interpretativo do Cerro Inhacurutum como patrimônio cultural, com seu respectivo <i>layout</i>	111
Figura 45- Mirante do Cerro Inhacurutum: a) Projeção do mirante no Cerro Inhacurutum. b) Estrutura do mirante.....	112
Figura 46-a) Modelo de binóculo fixo a ser posto em cima do mirante do Cerro Inhacurutum, imagem esta meramente ilustrativa. b) Figura ilustrativa do que se pode ver a partir do mirante.....	113
Figura 47- Exemplo de bancos a serem postos em cima do Cerro Inhacurutum. Imagem meramente ilustrativa.....	113
Figura 48-a) Painel do cacique Nheçu e uma de suas companheiras com rosto vazado para tirar fotografias. b) Painel para tirar fotografias com a projeção de rostos.....	114
Figura 49- Localização das placas informativas para o Salto Pirapó, com a identificação do trajeto até o Salto Pirapó e localização da trilha suspensa e autoguiada.....	116
Figura 50- Representação gráfica com o <i>layout</i> das placas informativas para o Salto Pirapó: a) <i>Layout</i> da placa informativa de localização 1, conforme figura 49, sentido da BR 392 São Pedro do Butiá-Porto Xavier. b) <i>Layout</i> da placa informativa de localização 3, conforme figura 49.....	117
Figura 51- Trilha autoguiada e suspensa sugerida para o Salto Pirapó. Imagem meramente ilustrativa.....	118
Figura 52- Painel interpretativo do patrimônio cultural do Salto Pirapó com seu respectivo <i>layout</i> . Salienta-se que a flecha do painel interpretativo deve ser uma réplica posta sobre o painel no local apresentado no painel.....	119
Figura 53- Modelo de plataforma a ser implantada na margem do rio permitindo a observação do Salto Pirapó.....	120
Figura 54- Painel interpretativo do patrimônio natural do Salto Pirapó com seu respectivo <i>layout</i>	121

Figura 55- Painel interpretativo do patrimônio natural do Salto Pirapó com seu respectivo <i>layout</i>	121
Figura 56- Localização das placas informativas para as Cordilheiras da Esquina Emanuel, com a identificação do acesso até o local.....	122
Figura 57- <i>Layout</i> das placas informativas das Cordilheiras da Esquina Emanuel: a) Placa informativa de localização 1A, conforme figura 56, sentido da BR 392 Cerro Largo-Roque Gonzales. b) Placa informativa de localização 3, conforme figura 56.....	123
Figura 58- Projeção no ambiente do mirante previsto para as Cordilheiras da Esquina Emanuel.....	123
Figura 59- Painel interpretativo do patrimônio natural das Cordilheiras da Esquina Emanuel com seu respectivo <i>layout</i>	124
Figura 60- Painel interpretativo do patrimônio natural das Cordilheiras da Esquina Emanuel com seu respectivo <i>layout</i> . A imagem é meramente ilustrativa.....	125
Figura 61- Localização das placas informativas para o Cotovelo do rio Ijuí, com a identificação do acesso até o local.....	126
Figura 62- Representação gráfica com o <i>layout</i> das placas informativas do Cotovelo do rio Ijuí: a) Placa informativa de localização 1A, conforme figura 61. b) Placa informativa de localização 2, conforme figura 61.....	127
Figura 63- Projeção no ambiente do mirante no Cotovelo do rio Ijuí.....	128
Figura 64- Painel interpretativo do patrimônio natural do Cotovelo do rio Ijuí com seu respectivo <i>layout</i>	128
Figura 65- Quiosque central sendo construído na Prainha. A fotografia foi tirada em setembro de 2015.....	129
Figura 66- Quiosques simples na Prainha. A fotografia foi tirada em setembro de 2015.....	130
Figura 67- a) Banheiro duplo na Prainha. b) Instalações internas dos banheiros. A fotografia foi tirada em setembro de 2015.....	130
Figura 68- Croqui da estrutura prevista para a Prainha. O projeto prevê a construção de quiosque maior para excursões, quiosques simples, banheiros, guaritas pra salva vidas, churrasqueiras, além de uma avenida na orla, ciclovia e três atracadouros para embarcações aquáticas.....	131

Figura 69- Painel interpretativo do patrimônio cultural da Prainha com seu respectivo <i>layout</i>	132
Figura 70- Representação externa da Casa de Memória.....	133
Figura 71- Casa da Memória sendo restaurada em 2015.....	134
Figura 72- Estrutura interna dos três pavimentos da Casa de Memória. As elipses amarelas indicam a localização das três salas de exposição e a elipse vermelha o salão no porão.....	135
Figura 73- Localização das placas informativas para Assunção do Ijuí, com a identificação do acesso até o local.....	137
Figura 74- Única placa informativa existente dentre todos os LIP.....	138
Figura 75- <i>Layout</i> das placas informativas de Assunção do Ijuí: a) Placa informativa de localização 1, conforme figura 74. b) Placa informativa de localização 3, conforme figura 74. Imagem é meramente ilustrativa.....	138
Figura 76- Painel interpretativo do patrimônio cultural de Assunção do Ijuí com seu respectivo <i>layout</i>	139
Figura 77- Painel interpretativo do patrimônio cultural de Assunção do Ijuí com seu respectivo <i>layout</i> e projeção no ambiente.....	140
Figura 78- Localização das placas informativas para a Cruz de João de Castilho, com a identificação do acesso até o local.....	141
Figura 79- Representação gráfica com o <i>layout</i> das placas informativas da Cruz de João de Castilho. Na esquerda da figura a placa informativa 1, conforme figura 78. À direita da figura a placa informativa 2, conforme figura 78. Imagem é meramente ilustrativa.....	142
Figura 80- Painel interpretativo do patrimônio cultural da Cruz de João de Castilho com seu respectivo <i>layout</i>	143
Figura 81- Painel interpretativo do patrimônio cultural da Cruz de João de Castilho com seu respectivo <i>layout</i> e projeção no ambiente.....	143
Figura 82- Parte externa do folder turístico de Roque Gonzales-RS.....	145
Figura 83- Parte interna do folder turístico de Roque Gonzales-RS.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Indicativo do total de população indígena em municípios vizinhos a Roque Gonzales de 1991, 2000 e 2010.....	58
Quadro 2- Comparativo do Produto Interno Bruto de 1999 e 2010 do município de Roque Gonzales-RS.....	59
Quadro 3- Classes de uso do solo e sua respectiva área de ocupação na bacia hidrográfica do rio Ijuí.....	65
Quadro 4- Cálculo de Capacidade Física, Capacidade Real e Capacidade Efetiva da trilha do Cerro Inhacurutum	71
Quadro 5- Relação de estabelecimentos para alimentação na sede municipal de Roque Gonzales-RS.....	98
Quadro 6- Calendário Oficial do município de Roque Gonzales.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 EMBASAMENTO TEÓRICO	29
1.1 A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	29
1.2O CONTEXTO DO ECOTURISMO E SEU DIMENSIONAMENTO	33
1.3A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA PAISAGEM	38
1.4 PAISAGEM E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL.....	42
1.5 EM BUSCA DO (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.....	47
2 A CONFIGURAÇÃO DE ROQUE GONZALES-RS	51
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL.....	51
2.2 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE ROQUE GONZALES-RS.....	55
2. 2. 1 Contexto Físico da bacia hidrográfica no Baixo rio Ijuí.....	61
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	69
4 INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS	75
4.1 O PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES	75
4.1.1 Assunção do Ijuí - Classificado como Patrimônio Cultural.....	77
4.1.2 Cruz de João de Castilho - Classificado como Patrimônio Cultural.....	80
4.1.3 Salto Pirapó - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural	82
4.1.4 Cerro Inhacurutum - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural	86
4.1.5 Cotovelo do rio Ijuí - Classificado como Patrimônio Natural	90
4.1.6 Miradouro para o Cerro Inhacurutum - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural	92
4.1.7 Cordilheiras da Esquina Emanuel- Classificado como Patrimônio Natural	93
4. 1. 8 A Casa de Memória – Classificado como Patrimônio Cultural	94
4.1.9 Balneário Municipal da Prainha - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural.....	96

5	DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM ROQUE GONZALES-RS	99
6	PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS	105
6.1	MIRADOURO PARA O CERRO INHACURUTUM	106
6.2	TRILHA CERRO INHACURUTUM	108 3 cm
6.3	SALTO PIRAPÓ	118
6.4	CORDILHEIRAS DA ESQUINA EMANUEL	124
6.5	COTOVELO DO RIO IJUÍ	128
6.6	PRAINHA	131
6.7	CASA DA MEMÓRIA	135
6.8	ASSUNÇÃO DO IJUÍ	138
6.9	CRUZ JOÃO DE CASTILHO	142
6.10	PROPOSTA DE FOLDER TURÍSTICO DE ROQUE GONZALES-RS	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental se tornou um assunto bastante presente no cotidiano das pessoas, algo que poderia ser positivo, mas que dá margem para alguns questionamentos referentes à forma como a crise ambiental é abordada. A abordagem dos problemas ambientais é superficial, e, portanto, prejudicada quando esta se dá apenas com o tratamento de produtos gerados pelo consumo. A discussão teórica é capaz de contextualizar e abordar as dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, questionando as metodologias de tratamento à problemática ambiental. A problemática ambiental tem como uma das consequências que assegura o desenvolvimento econômico, a falta de valorização do ambiente, de envolvimento da sociedade.

É necessário compreender a crise ambiental e os processos que foram desencadeados a partir da mesma. Novo (2006) diz que a crise ambiental se trata de uma crise de pensamento que tem sua origem na modernidade, quando se iniciou um processo de excesso de confiança na tecnociência e a ciência, que direcionou as suas teorias para o campo da realidade que interessa ao modelo hegemônico de produção, negligenciando e, até mesmo, combatendo toda aquela forma de conhecimento excluída desta hegemonia, como o saber prático (oral, particular, temporal e local).

Rubem Alves (1981) afirma que o estudo da ciência se especializa cada vez mais e se distancia do contexto, ou seja, quanto mais profundo o conhecimento, mais especializado ele se torna, e mais se distancia da solução dos problemas cotidianos da humanidade. A partir dessas exclusões de contexto, onde ficam limitadas as interlocuções entre o que se entende por global e local, surgem as opacidades relativas à compreensão de um sistema e suas relações.

A visão mecanicista da modernidade é ressaltada a partir das leis de Newton que além de vincular a ideia de ordem à ciência, demonstra o domínio do ser humano sobre o mundo natural, onde a natureza passa a ser reconhecida como recurso natural (NOVO, 2006). O pensamento moderno acabou por influenciar um processo de dominação sobre a natureza, gerando um afastamento da sociedade nas demais interações com o ambiente.

A economia passa, portanto, a influenciar o tratamento relativo à natureza, assumindo a promoção do crescimento das riquezas geradas pela Terra, onde se pretendia o desenvolvimento (NAREDO, 2010). As práticas exploratórias da natureza se tornaram a principal forma de obtenção de recursos, mas estudos como o I Informe de Meadows, em 1971 apontavam a inviabilidade do crescimento da população e seus consumos, indicando que o aumento de bens e serviços vem acompanhado de crescente extração de recursos e emissão de resíduos.

A partir disso, pode-se dizer que a crise ambiental que é uma crise de pensamento, se reflete na forma de interação com o ambiente, afastando os seres humanos da natureza e estabelecendo uma lógica de exploração que, em última instância, se reflete na perda das condições de vida da própria sociedade.

Nesta perspectiva, a proposta desta pesquisa não se refere à solução de uma problemática ambiental, mas procura caminhos que levem a valorização do ambiente pela sociedade, considerando as suas características patrimoniais, seja as naturais, seja as histórico- culturais.

A iniciativa deste estudo surge a partir de uma investigação referente à pesquisa para obtenção do título de graduação em Geografia sobre as transformações e permanências da paisagem no município de Roque Gonzales-RS desde a década de 20 do século XX até o ano de 2013 por ANSCHAU (2014). Através deste estudo, percebeu-se que muitas das transformações na paisagem que vinham ocorrendo neste período, estavam relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado para o município em questão, e que estas transformações prejudicavam a possibilidade de interação com elementos de representação natural e cultural na paisagem.

O município de Roque Gonzales está localizado na denominada região Missioneira do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo estreitos laços com a história e a cultura das reduções jesuíticas; em verdade não possui ruínas de patrimônio edificado, como em outros locais que possuem relação com a história missioneira, mas a partir de sua colonização foram criados elementos de rememoração ao passado jesuítico-guarani (ANSCHAU, 2014). Os elementos da paisagem contribuem no fortalecimento da identidade cultural de seus habitantes, evidenciando a cultura local, sendo que o patrimônio natural e cultural do município evidencia a participação do indígena no processo histórico-cultural das Missões.

Além do valor cultural, os elementos na paisagem que formam o patrimônio do município possuem valor intrínseco, educativo e estético.

Tanto o patrimônio natural quanto o patrimônio cultural, tem sofrido uma forte pressão por conta do desenvolvimento econômico. A exemplo disso, a primeira usina hidrelétrica do município, a usina Pirapó instalada em 1930, foi responsável por dificultar o acesso ao Salto Pirapó no rio Ijuí pelo município de Roque Gonzales, em virtude de o empreendimento estar localizado ao lado das quedas do rio Ijuí, e este local ter passado a ser de propriedade da referida usina. Além disso, tem-se a criação da segunda usina hidrelétrica, a usina Passo São João, que foi instalada nas proximidades do Salto Pirapó, que trouxe como consequência a diminuição da vazão de água no rio Ijuí e, por conseguinte, produzir alterações nas quedas naturais do salto (ANSCHAU, 2014).

O Salto Pirapó constitui-se de várias quedas de água no rio Ijuí, sendo reconhecido não apenas pela sua beleza cênica, mas por uma narrativa relacionada ao período das Missões Jesuíticas, que descreve a utilização do Salto Pirapó como um lugar onde os indígenas pescavam, já que era uma barreira natural aos peixes que tentavam ultrapassar saltando a barreira física instituída pelas quedas no rio Ijuí (SANTOS, 1989).

Segundo Anschau (2014) é possível identificar iniciativas para o desenvolvimento do turismo em diversos locais no município, inclusive com iniciativas da própria comunidade para a valorização desses locais, ainda que estas sejam tímidas. Segundo análise da mesma autora, sobre a atual situação dos elementos de potencial da paisagem, é perceptível a necessidade de um estudo de interpretação ambiental para os locais de maior destaque, além da melhoria da infraestrutura vinculando diretrizes de manejo para as áreas de interesse turístico.

Diante dessa perspectiva, pretendeu-se elaborar um estudo que contemplasse as potencialidades de práticas ecoturísticas para o município, visto que em diferentes locais com situações similares, o ecoturismo tem se mostrado uma alternativa eficaz para fins de promoção da conservação do ambiente, valorização da cultura local e benefício social, envolvendo a comunidade nesse processo e possibilitando a construção de valores inerentes ao ambiente. A interlocução dos visitantes com o ambiente construído e os valores que passam a ser atribuídos a este, seguindo critérios de desenvolvimento local sustentável, prevê

a ampliação dos benefícios e valores do ambiente que permeiam e envolvem a comunidade local.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo geral inventariar, analisar e interpretar o patrimônio natural e cultural do município de Roque Gonzales-RS. Os objetivos específicos pretenderam:

- a) Inventariar os LIP do município de Roque Gonzales-RS;
- b) Propor um plano de interpretação para os LIP levantados, apresentando o layout adequado de cada instrumento interpretativo proposto;
- c) Identificar a infraestrutura disponível no município para o desenvolvimento do turismo;
- d) Discutir diretrizes de manejo para o patrimônio natural e cultural, visando projetar a infraestrutura necessária para cada local elencado pelo estudo e demais infraestruturas necessárias para dar suporte necessário ao desenvolvimento turístico;
- e) Elaborar um folder turístico com informações sobre o patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales-RS.

A presente dissertação foi desenvolvida em quatro capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo são abordadas as questões referentes ao embasamento teórico para o desenvolvimento desta pesquisa, estando esse subdivido em cinco itens, dentre eles o primeiro conceito abordado foi o de patrimônio natural e patrimônio cultural. No segundo item, as possibilidades de se utilizar o ecoturismo em Roque Gonzales a partir da pesquisa, seguido das questões referentes à análise da paisagem, abordando-a em uma perspectiva geossistêmica evidenciando sua valorização. Em seguida, tratou-se do item sobre a interpretação ambiental, que serão abordados como objetivos desta pesquisa e por último, o item que trata do desenvolvimento local sustentável, ao qual esta pesquisa se direciona.

No segundo capítulo são abordadas as características da área de pesquisa, subdividindo-se em dois itens, um item que aborda o contexto histórico-cultural

relativo à primeira fase das missões jesuíticas no século XVI em que Roque Gonzales está inserido. Seguido deste, se apresenta o segundo item que trata da caracterização física, como aspectos geológicos, geomorfológicos, de vegetação, solo, hidrografia do município referido, subdividindo-se ainda na explanação do contexto físico específico do rio Ijuí.

No terceiro capítulo são abordadas questões referentes à metodologia aplicada a esta pesquisa, onde são descritos aspectos metodológicos das etapas da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta o levantamento da infraestrutura de atendimento ao visitante que está disponível no município. Foram levantadas infraestruturas básicas de atendimento ao visitante e a infraestrutura relacionada à atividade turística.

Em relação ao quinto capítulo são retratados os resultados obtidos para a pesquisa, referentes ao inventário do patrimônio natural e cultural do município, à interpretação ambiental para cada local de interesse patrimonial e o levantamento da infraestrutura necessária ao atendimento do visitante.

1 EMBASAMENTO TEÓRICO

1.1 A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

De forma sistêmica, os rumos da natureza sempre tiveram condicionados a fatores de desenvolvimento econômico. Quando a importância maior da natureza passa a ser fundamentalmente lucrativa, quaisquer outros interesses relativos ao ambiente são desconsiderados. Dessa forma, é que se espalhou a ideia de que a natureza é infinita e que qualquer problema pode ser resolvido com incentivo financeiro. De fato, as necessidades humanas estão condicionadas a aquisição de matéria-prima advinda da natureza, mas é necessário que se tenha consciência no seu uso e que sejam tomadas medidas conservacionistas.

Mais do que a manutenção da natureza, no que se trata de aspectos físicos e biológicos, a conservação da natureza prescreve outras influências como a formação do território, através da identidade cultural, em um processo de valorização do ambiente. Esta valorização se refere aos valores de herança, morais ou existenciais atribuídos ao ambiente e também os valores intrínsecos, de aspectos simbólicos, significados éticos e morais relativos às histórias de vida individuais ou coletivas (GUIMARÃES, 2011). Brilha (2005) também se refere ao valor científico e educativo, baseado em conhecer e reconstituir a longa história da Terra. Também sendo a ele vinculado um caráter aplicado, melhorando a relação sociedade-natureza, controlando os impactos que podem ser gerados ao patrimônio natural e cultural, podendo ser controlados por intermédio do conhecimento científico.

Este processo de valorização é uma consequência da aproximação da sociedade ao ambiente e o entendimento de que o ambiente natural e o antrópico estabelecem relações interdependentes, como subsistemas pertencentes a único sistema maior. Dessa forma a sociedade passa a compreender que as ações que se dão neste sistema geram produtos e, por consequência, efeitos que são sentidos no próprio sistema.

Existem elementos de expressividade na paisagem, os quais assumem um importante papel nesse processo de valorização pela necessidade de conservação para a sociedade e gerações futuras é que lhe atribuímos o caráter de patrimônio

natural e cultural. É como se frente aos elementos que se inscrevem na paisagem, alguns deles possuíssem uma singularidade, uma representatividade para a sociedade e importância na manutenção da natureza que culmina na necessidade de conservação.

Duas posturas justificam as ações de preservação do patrimônio natural. A primeira, de cunho ético, fundamenta-se em um imprescindível valor humano, o respeito e a solidariedade que o homem, única criatura capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo, deve a todos os seres que o rodeiam, sobretudo às diferentes formas de vida com as quais compartilha o espaço e o tempo. A segunda, de cunho pragmático, origina-se do interesse e dependência do homem pelos recursos da natureza sem o quais não pode subsistir. (DELPHIM, 2004, p.3).

A legislação brasileira que primeiro fez referência à proteção da natureza, surgiu a partir de 1930, expressa pelo código de águas, código de minas e principalmente pelo código florestal, coincidindo com a criação dos três primeiros parques nacionais, que enfatizavam a preservação de processos ecológicos, de espécies vegetais ou animais e de ecossistemas (DELPHIM, 2004). A partir de 1988, pela Constituição Federal é que o patrimônio natural e cultural passou a ter maior visibilidade no que se refere à pretensão de conservação e receberam a denominação de patrimônio perante a legislação como sendo um legado para a sociedade.

As questões relativas ao patrimônio natural e cultural surgiram sob o olhar da UNESCO (1972) que ressalta que o patrimônio natural e cultural está cada vez mais ameaçado, não apenas por processos naturais que causam degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que agrava este processo através de fenômenos de alteração ou de destruição.

Segundo Scifoni (2006) a construção da ideia de patrimônio natural, a nível mundial, firmou-se como uma expressão de grandiosidade e beleza que advém de um sentido de monumentalidade como preocupação estética, pressupondo também o patrimônio natural como sendo grandes testemunhos da natureza que não sofreram intervenção humana. Já no Brasil, ainda segundo a autora, o patrimônio natural passou a ser considerado como uma conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva, que acabam por influenciar no processo de identidade cultural e no sentimento de pertencimento, a partir da expressividade do patrimônio natural e do valor agregado ao mesmo.

Para Delphim (2004) a proteção do patrimônio natural permite a integração entre elementos físicos e biológicos da natureza e os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados atribuídos sejam estes religiosos, míticos, lendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural.

Um elemento essencial para a conservação do patrimônio natural é compreendê-lo em relação ao ambiente onde ele está inserido e mais, é ter a dimensão dos processos de transformação da paisagem que resultaram na sua forma de expressão no ambiente. A partir disso, a interpretação ambiental se torna fundamental no processo de conservação, uma vez que tem por finalidade a tradução, do seu significado em uma linguagem mais facilmente compreendida por um número maior de pessoas.

A natureza é indispensável para o estabelecimento do patrimônio cultural, já que esse processo concerne a história de uma sociedade a partir de suas relações com o meio. Se o patrimônio natural se refere à expressividade dos elementos da paisagem, o patrimônio cultural diz respeito à representatividade, a subjetividade, a significação para a sociedade.

Quanto à classificação do patrimônio cultural, Pommer (2009) diz que o patrimônio cultural pode ser entendido como um conjunto de bens materiais e imateriais que podem assumir a função de monumentos e, dessa forma, ser utilizados para a produção de identidades, bem como para a sua manutenção a partir da coesão grupal que as memórias coletivas permitem. Ainda sobre a dimensão do patrimônio cultural, Delphim (2004) destaca que o patrimônio cultural possui duas vertentes, a material e a imaterial, onde a dimensão imaterial avalia as formas de utilização de recursos, formas de expressão, modo de criar, fazer e viver que distinguem cada grupo social.

A Unesco (1972) aborda o que é considerado como patrimônio cultural, e neste sentido se refere a monumentos, grupos de construções, onde se remete ao patrimônio construído ou edificado e ainda se refere às obras do homem e da natureza com importância histórica para a humanidade:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições,

grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO,1972, artigo 1º).

Já, a Constituição Federal (1988) aborda o patrimônio cultural em sua magnitude, afirmando que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Através dessa definição são estipulados como patrimônio cultural no Brasil:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, ARTIGO 216).

A Unesco (1972) estabelece medidas que devem ser consideradas, a fim de assegurar a proteção e conservação eficazes e uma valorização ativa para o patrimônio natural e cultural. Dentre essas medidas, destaca-se o desenvolvimento de estudos apropriados para o tratamento do patrimônio natural e cultural, com a finalidade de estabelecer intervenções capazes de promover a preservação, conservação e valorização do patrimônio:

a)Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido patrimônio nos programas de planificação geral;

b)Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;

c)Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu patrimônio cultural e natural;

d)Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido patrimônio; e

e)Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e

valorização do patrimônio cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio (UNESCO, 1972, artigo 5º).

O patrimônio natural e cultural é de importância para toda a sociedade e por isso deve ser protegido, mas a escala de abrangência de um patrimônio é variável. No caso de Roque Gonzales, por exemplo, seu patrimônio natural e cultural possui uma abrangência local e até regional, por estar inserido no contexto da região Missioneira. Mas, de fato, órgãos como a Unesco tem suas ações de proteção e valorização do patrimônio voltadas para aqueles monumentos de maior expressividade no que se refere a escala de abrangência, normalmente de influência nacional e internacional. Neste caso, o patrimônio natural e cultural de menor influência acaba ficando desguarnecido, sujeito à espera da atenção de pesquisadores ou ainda acabam ameaçados quando da ação de iniciativa privada no desenvolvimento de atividades nos LIP.

A fim de garantir o tratamento adequado ao patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales-RS, o item seguinte dessa abordagem teórica tratará dos preceitos teóricos do ecoturismo como uma das formas de promoção do patrimônio natural e cultural.

1.20 CONTEXTO DO ECOTURISMO E SEU DIMENSIONAMENTO

O ecoturismo pressupõe uma condição diferenciada para os processos socioambientais ditados pela histórica exploração desordenada da natureza. A problemática ambiental, que envolve a exploração e utilização da Terra, passou a ser considerada também, como a exploração do homem pelo homem (ACSELRALD, *apud* TOZONI-REIS, 2004); valores éticos e morais são deixados de lado, em virtude da forma como passou a se dar a relação entre a sociedade e a natureza. Essa relação transcende a aquisição de matéria-prima para as necessidades da sociedade e é disseminada pelo homem, organizado hierarquicamente em classes de controle e que age de forma concertada na defesa de um projeto desigual de desenvolvimento. No século XVIII, foram os economistas franceses, chamados de fisiocratas, que adotaram a ideia de produção, de consumo, de crescimento a partir do conceito de economia, passando a existir uma competição que implicava em prejuízo do outro (NAREDO, 2010).

Um dos grandes princípios norteadores da crise de pensamento está no estabelecimento da relação entre economia e natureza. Primeiramente há que se destacar a diferenciação entre o conceito de sistema de uma e de outra forma de pensamento, e que pode ser apontado como fonte da problemática em seu relacionamento. Ambas as áreas possuem o sistema em sua definição, porém o conceito de sistema adotado por uma é diferente daquele adotado por outra área. A definição de sistema da economia, leva em conta um conjunto de elementos articulados, ligados diretamente ao processo produtivo e que termina com um valor monetário, já o sistema da ecologia é um sistema físico aberto, com trocas de materiais e energia em constante desequilíbrio (NAREDO, 2010).

Capra (1996) diz que, quanto mais estudarmos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente, eles são problemas sistêmicos, o que significa dizer que estes estão interligados e são interdependentes.

Segundo Neiman (2005), é necessária uma mudança no modo de vida, de pensar o mundo, estabelecendo novos valores; o autor aponta a sociedade capitalista e o consumo gerado por esta como algo que deve ser superado e que a partir disso seria possível assegurar outros modos de vida.

A superação de tais problemas exigirá mudanças profundas na concepção de mundo, de ser humano, de natureza, de poder e de bem-estar, tendo por bases novos valores. A mudança deve ser estrutural, com um reposicionamento perante o conceito de sociedade capitalista e uma reestruturação dessa ética do consumo apontado para outras relações sociais, outros modos de vida (NEIMAN, 2005, p. 17-18).

A configuração gerada a partir da problemática ambiental, também denominada de crise de percepção, é ancorada no sistema capitalista e, portanto, estruturada a partir do viés econômico, o que reflete na organização e funcionamento dos mais variados setores da sociedade, como acontece com o turismo de massa.

A problemática observada nas atividades turísticas pode estar relacionada com a concepção do turismo como uma atividade prioritariamente econômica, excluindo do processo características socioambientais, causando impactos negativos. No decorrer das décadas de 1970 e 1980, o turismo de massa teve seu apogeu, tendo sido apontado como um forte agressor da paisagem, caracterizado

por um domínio sobre a natureza e as comunidades receptoras (Ministério do Turismo, 2010).

O turismo tem se apresentado como uma atividade crescente nas últimas décadas, tendo como fatores favoráveis o desenvolvimento econômico e conseqüentemente as transformações acarretadas por este, possibilitando que as pessoas satisfaçam além das necessidades básicas e passem a considerar opções de lazer. Outro fator de relevância foi o desenvolvimento das cidades, cuja redução da qualidade de vida tende a ocasionar a fuga dos grandes centros urbanos, em busca de áreas que proporcionem um maior contato com a natureza e a cultura em diferentes locais.

Esses processos que ocorrem, facilitam o deslocamento e impulsionam o turista a conhecer novos locais. Mas há que se destacar que o aumento das atividades turísticas não foi acompanhado da qualidade na oferta do turismo, tendo sido apresentados impactos físicos provenientes das atividades turísticas, principalmente no que se refere ao ambiente, além de impactos econômicos e socioambientais. Dentre os impactos ao ambiente natural destaca-se a compactação do solo e processos erosivos diversos, a fuga da fauna silvestre, exposição das raízes às pragas, poluição provocada por hotéis e embarcações turísticas, poluição sonora e atmosférica, desvios no curso de rios, introdução de espécies exógenas, modificações no relevo, entre outras apresentadas pela Organização Mundial do Turismo em 2001 (PIRES, 2004).

A partir do final da década de 70 e início dos anos 80, influenciado pelo processo histórico desencadeado pela crise ambiental, surgem iniciativas de vincular o turismo à preservação do ambiente e, por conseguinte, o turismo passou a ser reelaborado sob as premissas do (des)envolvimento sustentável, com a inclusão do homem no processo relativo a sustentabilidade (WWF, 2003). Neste contexto, discutindo alternativas às questões ambientais e na tentativa de formar um elo entre o desenvolvimento e a conservação da natureza, é que se promove o ecoturismo.

A bibliografia relativa ao turismo alternativo, além do ecoturismo, modalidade de turismo que engloba a natureza e a comunidade local em perspectiva sustentável, aborda diferentes definições para o mesmo segmento, como turismo responsável, turismo de natureza, turismo ambiental, entre outras, havendo variações na conceituação em relação ao enfoque dado por cada definição; dentre

estas, algumas são temáticas e específicas e outras abrangem princípios gerais(PIRES, 2002).

O ecoturismo se propõe a oferecer ao visitante mais que uma mera apresentação da natureza como espetáculo, ele oportuniza experiências interativas, levando o visitante a participar do processo de cuidar da natureza, de nutri-la, de confortá-la em um processo de trocas recíprocas com o ser humano, não apenas com desfrute (MEIRELES FILHO, 2005). É uma entrada na natureza sob preceitos de uma nova relação com o ambiente e com a própria sociedade, considerando a diversidade de culturas.

Segundo Machado (2005) o primeiro momento na organização de regras e regulamentos do processo de implantação de ecoturismo deve considerar as características básicas da área, priorizando os cuidados de conservação e identificando as normas impostas legalmente. Também devem ser consideradas as particularidades da comunidade local para que não haja impactos negativos referentes à implantação do ecoturismo.

O propósito do ecoturismo sugere um turismo com a natureza e a comunidade local, diferente do turismo que ancora seu atrativo apenas na natureza. O ecoturismo utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Através dessas reflexões se apresenta a figura 1:

Figura 1- Modelo de estruturação do Ecoturismo



Fonte: Machado, 2005.

O estabelecimento do ecoturismo compreende os pressupostos da conservação do patrimônio natural e cultural, inserindo o visitante no contexto do ambiente. O ecoturismo prima pela valorização do ambiente, envolvendo a natureza e a cultura, sendo que de uma forma geral, em suas definições, “o ecoturismo é o retorno à natureza de uma forma segura e planejada” (MEIRELES FILHO, 2005, p. 43).

Dale (2005) afirma que definir o ecoturismo de forma produtiva passa a ser um exercício de apresentar a diversidade, a integração harmônica dos povos e a sustentabilidade, integrando-os de forma a permitir a construção prática da atividade no cotidiano de todos os atores que o fazem. Ainda segundo esse autor, isso se permite integrando temas como educação ambiental, interpretação da natureza, infra-estrutura adequada, serviços ecoturísticos de qualidade e gestão integral.

Machado diz que,

O compromisso do ecoturismo é organizar um turismo capaz de promover o desenvolvimento dentro de critérios ambientais que garantam a manutenção de sua biodiversidade. Na realidade, a proteção do ambiente natural e a promoção de um desenvolvimento mais amplo são questões interligadas: para garantir os recursos que sustentam o desenvolvimento, é necessário equilibrar as ações geradoras do crescimento econômico (MACHADO, 2005, p. 24).

Garantir a promoção do ecoturismo requer um esforço constante, que se inicia na sua implantação e se perpetua em constante análise, para que haja equilíbrio entre a natureza, a economia e a sociedade envolvida, pilares estes que permitem sustentabilidade enquanto estiverem em equilíbrio. Para tanto, três grandes eixos temáticos garantem a efetividade do ecoturismo: a sustentabilidade, a educação do visitante e os benefícios às comunidades locais, como se explica a seguir:

A sustentabilidade se refere a conservação do ambiente natural como pré requisito para a manutenção do ecoturismo à longo prazo. As bases que sustentam os negócios são os ambientes natural e cultural, na forma de recursos atrativos. A questão da educação do visitante deve ser entendida num sentido mais amplo dentro do contexto de que o turismo deve ser sempre informativo e educacional. A prática da educação ambiental no ecoturismo, principalmente por meio da interpretação da natureza, contribui para que o visitante tenha a possibilidade de transformar e renovar seu comportamento cotidiano. Os benefícios para a comunidade somente virão com investimentos na economia local, na infraestrutura básica (saneamento, educação e saúde) e o seu efetivo envolvimento na capacitação profissional para o turismo (SALVATI, 2002, *apud* WWF, 2003 p.13).

O ecoturismo é capaz de desenvolver valores e recuperar a ética para além do interesse pela conservação dos recursos naturais; o ecoturista busca uma vivência direta com a natureza para obter experiências de apreciação e educação; dessa forma desenvolve-se o afeto da pessoa pelo meio ambiente e intensifica-se a ligação do visitante com o local visitado, sentimentos que tanto diferenciam esse segmento do turismo (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010).

O ecoturismo como atividade turística apresenta relevância quando a sua práxis determina que a relação sociedade-natureza deve ser vista como um todo. Neste sentido tem-se a necessidade da abordagem da análise da paisagem no item que segue desta fundamentação teórica, partindo de uma metodologia integradora a qual se definiu como geossistêmica.

1.3A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA PAISAGEM

A paisagem foi primeiramente referida no sentido contemplativo, relacionado à produção artística, sendo vinculada às belezas naturais e sua representação em obras de arte. A paisagem vinculada às produções artísticas do séc. XV era delimitada pela obra de arte que a retratava, estando a definição de paisagem vinculada a um território abrangido pelo olhar (BOLÓS i CAPDEVILA, 1992).

A apropriação da paisagem pela Geografia contempla a representação de determinada porção do espaço, delimitada de acordo com a abrangência das relações espaciais, tanto naturais quanto as culturais. Incitar a compreensão da paisagem requer a investigação dos processos formadores da mesma no âmbito físico, mas também no potencial de transformação que sugere a interferência antrópica. A paisagem está sempre em formação, seja naturalmente ou por interferência do homem, mas compreende-se que ela está sujeita à escala temporal e espacial de transformação (KELTING; LOPES, 2011).

A paisagem é composta por uma interface que abrange o visível, onde são considerados fatores e processos físicos inerentes a natureza e a sociedade, e outra interface que se refere à subjetividade da paisagem, remontando a representatividade para a sociedade no âmbito cultural. Neste sentido, Besse (2006) remete à paisagem como signo, ou um conjunto de signos, que se trata de aprender

a decifrar, a deciptar, em um esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, indo além da fruição e da emoção.

Frequentemente alguns autores abordam a paisagem de maneira equivocada, de forma dicotômica, tratando da paisagem natural, englobando aspectos físicos, entre eles geológicos, geomorfológicos e biológicos. Nesta perspectiva tem-se a definição de paisagem como sendo o território em seu contexto histórico, a manifestação sintética das condições e circunstâncias geológicas e fisiográficas que ocorrem em uma região (país), o agregado de todas as características que, em interação, aparecem em um território (Diccionario de la Naturaleza, 1987, *apud* Verocai, 1997).

A paisagem cultural integra a dicotomia da discussão, envolvendo a sociedade, onde a paisagem se torna o palco das ações antrópicas. A paisagem cultural se refere, primordialmente, as questões subjetivas relativas à paisagem, explorando a representatividade da mesma e vinculando a interpretação dos signos que a paisagem abarca. Nogué evidencia em seus estudos que:

Ao falar de paisagem estamos falando de uma porção da superfície terrestre que tem sido modelada, percebida e interiorizada ao longo de décadas ou de séculos pelas sociedades que vivem nesse entorno. A paisagem está cheia de lugares que se convertem em centros de significado, em símbolos que expressam pensamentos, várias ideias e emoções e, como resultado, a paisagem não só apresenta o mundo como ele é, mas também, de alguma forma, a construção desse mundo, uma maneira de ver (NOGUÉ, 2010,p. 124).

A concepção de paisagem se ampliou, influenciada por novas preocupações e anseios relativos ao ambiente, ocasionando a consolidação da concepção sistêmica da paisagem, onde os elementos da paisagem não podem ser analisados de forma desconectada uns dos outros. O interesse atual nos sistemas foi reforçado à medida que se acumularam conhecimentos e as investigações foram evoluindo, descobrindo novos objetos de pesquisa e estudadas as relações entre eles, conduzindo à necessidade de analisar uma grande quantidade de variáveis, sendo impossível estudar tais situações complexas por métodos tradicionais (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2007).

As novas concepções ecológicas emergentes trouxeram não apenas mudanças nos processos de interpretar e valorar objetiva e subjetivamente uma paisagem, como também o reconhecimento do meio ambiente como um sistema integrado, onde a paisagem é uma dimensão concreta espaço-

temporal, envolvendo a integração estrutural e funcional da geosfera, biosfera, tecnosfera e psicofera, em um complexo sistema de interações naturais e culturais (GUIMARÃES, 2011, p. 134).

A paisagem está longe de ser um agrupamento de elementos; ela compreende a organização arranjada em uma conformidade, que segundo Bertrand (2004) esses elementos possuem uma organização dinâmica e instável em constante evolução.

Neste sentido a definição de paisagem permite identificar de três elementos fundamentais: as características do geossistema que a define, o tamanho referido a uma escala espacial e o período de tempo considerado na escala temporal (PASSOS, 1988). O geossistema referido, “corresponde a uma abstração, um conceito, um modelo teórico que representa uma determinada porção da superfície terrestre, caracterizada por uma relativa homogeneidade da sua estrutura, fluxos e relações, em comparação com as áreas circundantes” (FIGUEIRÓ, 2010, p. 3).

Considerando a análise geográfica sistêmica para os estudos de paisagem, Guimarães (2011) se refere aos recursos paisagísticos como sendo únicos em sua história evolutiva em função das suas complexidades e peculiaridades, visíveis e não visíveis relacionadas aos dois níveis perceptivos e interpretativos, o fenossistema e o criptossistema, respectivamente. O fenossistema remete a um conjunto de componentes que são percebidos pelos nossos sentidos com maior facilidade, já o criptossistema compreende uma abstração maior, envolvendo a interpretação de processo e fluxos observados de forma indireta.

Navehdelimita dez premissas que envolvem o conceito de paisagem, considerando sua análise e forma de abordagem, sugerindo uma visão integradora, envolvendo a necessidade de gestão da paisagem, fazendo referência a componentes físicos e próprios da sociedade em sua materialidade e imaterialidade, fazendo referência à paisagem e suas multifuncionalidades e reforçando a idéia de que a paisagem corre riscos pela evolução do sistema político e econômico atualmente estruturado.

Primeira premissa: Deve ser concebida à luz da visão holística e da revolução científica transdisciplinar, (mudanças de paradigma);

Segunda premissa: Cada paisagem é uma imagem tridimensional, concretude do sistema ecológico (sendo mais do que a soma de suas partes, contendo mais informação do que a soma de seus componentes);

Terceira premissa: O seu paradigma básico é o ponto de vista de uma organização hierárquica da natureza como totalidades ordenadas de múltiplos níveis, sistemas estratificados e abertos, servindo como a matriz tangível para todos os organismos;

Quarta premissa: A gestão da paisagem tem de ser aprimorada, a partir do ecótopo para os níveis mais altos da paisagem. Isso exige novas abordagens integradoras, multidimensionais e transdisciplinares, incluindo parâmetros da ecodiversidade;

Quinta premissa: Paisagens multifuncionais são a matriz espacial da função de todos os organismos, incluindo humanos, no qual constitui sua integração ao ambiente;

Sexta premissa: Paisagens multifuncionais são sistemas mistos natural-culturais de interação com os componentes da biosfera e noosfera, com padrões e processos intimamente entrelaçados;

Sétima premissa: novas noções para a compreensão e estudo dentro das paisagens holísticas podem ser adquiridas com a ajuda do Paradigma Holográfico. Ele envolve ordens generativas no qual a mente humana, consciência e criatividade desempenham um papel importante, e que estão escondidos por trás das ordens regulares, descritas em paisagens de forma convencional;

Oitava premissa: Para superar a visão dualista de paisagens e perceber tanto como exclusivamente biofísicos, eventos naturais ou como eventos mentais psicológicos, essas paisagens devem ser concebidas com uma visão sistêmica biperspectiva como interagir de produtos naturais e sistemas biogeoesfera e da noosfera, observável, simultaneamente, de dois pontos de vista;

Nona premissa: A multifuncionalidade das paisagens é impulsionada tanto pela biogeoesfera natural e por processos culturais noosféricos. Eles são, portanto, multidimensionais, com importantes efeitos recíprocos na sociedade humana;

Décima premissa: Na evolução sintética do auto-organização de estruturas de não equilíbrio dissipativas, as paisagens, como parte da evolução cultural, são conduzidas através de bifurcações em níveis mais elevados de organização por ciclos, gerando paisagens agroindustriais e urbano-industriais insustentáveis, colocando em risco as paisagens autopoiéticas da biosfera e desestabilizando a geosfera (NAVEH, 2000b, p. 29-38, *apud* ANTONIO, 2013, p. 10, 11).

Guimarães (2011) ressalta que a análise da paisagem em sua visão holística deve envolver a visão de quem compreende e compartilha os signos, a subjetividade da paisagem, para que a representatividade da paisagem no que envolve aspectos culturais e inerentes à noologia possa ser reconhecida. Nogué (2010) ressalta que se a paisagem está sujeita a transformações físicas, essas transformações também acontecem no campo representativo, englobando a subjetividade da paisagem, considerando a íntima relação entre a materialidade e a imaterialidade.

Nas últimas décadas temos assistido, de fato, a emergência de territórios sem discurso e de paisagens sem imaginário, precisamente em um país com uma enorme e variada riqueza paisagística, isso é duplamente grave. Qualquer que seja a maneira como você olha, nunca antes havíamos sido capazes de consumir o máximo de território em tão poucos anos e nós nunca transformamos este território tão rapidamente. Quando a paisagem é transformada com esta intensidade e essa velocidade, se produzem efeitos perversos (NOGUÉ, 2010, p. 128).

Neste sentido, a intencionalidade em desenvolver estratégias para proteção e divulgação da paisagem se torna essencial para que não se percam valores atribuídos à paisagem e que concernem à vida do homem no ambiente. Como proposta para essa efetividade, o ecoturismo se apresenta como uma alternativa que contempla de forma satisfatória a abordagem direcionada à paisagem, valorando aspectos naturais e culturais de forma correlata.

Na centralidade objetivada divulgação e da posterior valorização do patrimônio natural e cultural, além do ecoturismo como práxis, sugere-se como instrumento de tratamento do patrimônio, a interpretação ambiental. Esta por sua vez, visa contribuir com o processo de (re)conhecimento do patrimônio natural e cultural, sendo abordada no próximo item deste embasamento teórico.

1.4 PAISAGEM E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

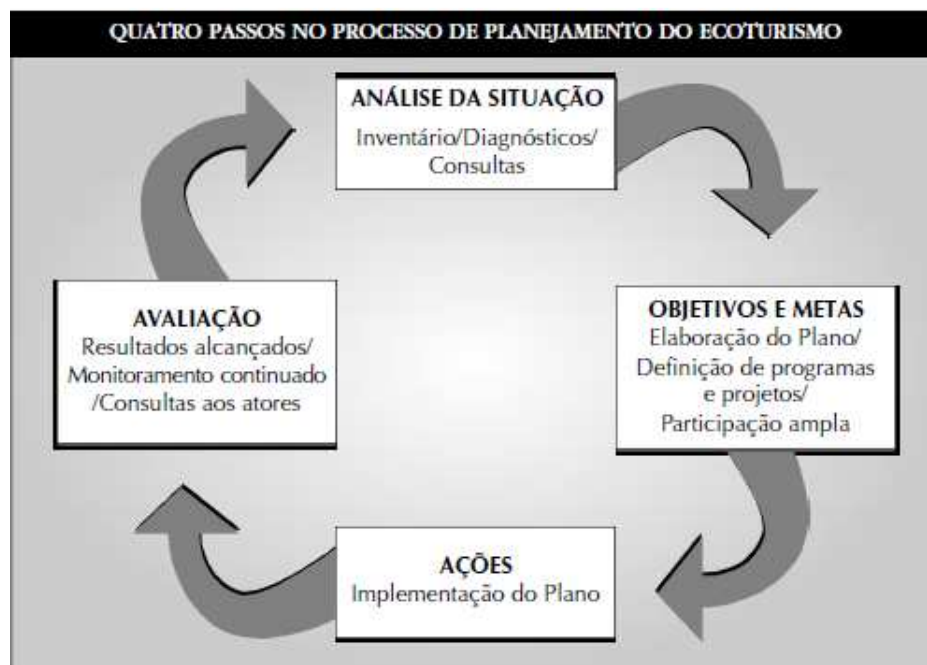
Ao pensar o ecoturismo e evidenciar sua aplicação focada na sustentabilidade, se faz necessária a compreensão das etapas que devem ser seguidas para o planejamento da atividade (ver figura 2). Essas etapas se referem ao reconhecimento do potencial da paisagem e ações que serão empregadas para desenvolver o ecoturismo. Dentre estas ações encontram-se as estratégias de conservação e divulgação juntamente com a demanda gerada a partir disso, incluindo as constantes avaliações pertinentes ao processo, para garantir os benefícios ambientais, sociais, culturais e econômicos a partir do ecoturismo.

O processo de planejamento à atividade turística a partir do patrimônio natural e cultural inicia-se pelo inventário e análise do mesmo, investigando sua potencialidade como atrativo turístico até chegar à estruturação do destino – equipamentos e serviços básicos e de apoio ao turismo que comportem a prática do segmento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

As informações conferidas a partir do inventário, sejam estas de caráter natural ou cultural, contemplarão um processo de tratamento por intermédio da interpretação ambiental. A interpretação é a arte de explicar o significado de determinado recurso ou atrativo turístico, “trata-se de proporcionar o entendimento do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação à

natureza e à cultura, esclarecendo dados, fatos e correlações que normalmente não são claros ao simples olhar” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 24-25).

Figura 2- Processo de Planejamento do Ecoturismo



Fonte: WWF, 2003

O propósito central da interpretação ambiental consiste em desenvolver uma abordagem para que o visitante se sinta instigado, despertando o interesse pela busca de informações sobre o local visitado; portanto, a interpretação não se detém em transmitir informações para o visitante, ela procura elementos instigantes, podendo utilizar informações na tentativa de integrar o visitante ao ambiente. Segundo Geerdink e Neiman (2010) a interpretação possui um foco especial na experiência do visitante, de modo a garantir maior integração deste com o meio ambiente, onde o indivíduo pode ser induzido a uma reflexão acerca das sensações que obterá por meio das atividades, incluindo a percepção de si mesmo e do outro.

Tilden (1957) aponta seis princípios que regem a interpretação, ressaltando que a interpretação se diferencia do repasse de informações e que esta deve ser provocativa acima de tudo. A interpretação é arte e ciência, se refere ao conhecimento de determinado patrimônio natural e cultural para vincular formas de abordagens para tal.

I. Qualquer interpretação que não se relaciona de alguma forma com o que está sendo exibido ou descrito a algo de dentro da personalidade ou experiência do visitante será estéril.

II. Informações, como tal, não é interpretação. A interpretação é revelação baseada em informações. Mas são coisas inteiramente diferentes. No entanto, toda interpretação inclui informações.

III. A interpretação é uma arte, que combina muitas artes, os materiais apresentados são científicos, histórico ou arquitetônico. Qualquer arte está em algum grau de aprendizado.

IV. O alvo principal da interpretação não é instrução, mas a provocação.

V. A interpretação deve procurar apresentar um todo ao invés de uma parte, e deve endereçar-se ao homem inteiro antes que qualquer fase.

VI. Interpretação dirigida a crianças (digamos, até a idade de doze) não deve ser uma diluição da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem fundamentalmente diferente. Para estar no seu melhor, exigirá um programa separado (TILDEN, 1957, p. 9).

A interpretação para além da informação serve ao propósito de sensibilizar e conscientizar em relação às questões ambientais, fato que a torna uma estratégia de educação ambiental e uma forma adequada de comunicação do conhecimento da natureza e da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Segundo o Ministério do Turismo (2010) a interpretação ambiental constitui-se em um processo e como tal requer planejamento para cada patrimônio natural e cultural sujeito a interpretação, sendo denominado plano de interpretação. O plano de interpretação sugere a análise do recurso e de suas potencialidades; a identificação dos destinatários ou público-alvo da interpretação; a formulação dos objetivos da interpretação; a determinação das mensagens a transmitir com seleção dos meios de interpretação; as recomendações para executar tarefas e levantamento das necessidades de pessoal e a eleição dos critérios para efetuar a execução e avaliação.

A linguagem interpretativa se diferencia da simples transmissão de informações, pois estimula a transposição do visitante para o contexto a que se pretende transpor por intermédio da interpretação. Segundo a WWF (2003), a abordagem interpretativa se caracteriza por quatro características essenciais: amena, pertinente, organizada e temática.

A interpretação deve ser amena, deve se dar de forma diferente a uma palestra; de forma geral utiliza-se a informalidade, tom de voz amistoso, movimento, humor, música e interação. Ela deve ser pertinente, estar relacionada com algo já conhecido e fazer parte de um contexto já formado, para que as informações novas façam sentido ou tenham significado utilizam-se exemplos, comparações, analogias

que servem de elo com um conteúdo já conhecido. A interpretação também deve ser organizada, para que os visitantes tenham um bom acompanhamento.

Sobre o conteúdo, as pesquisas também demonstram que as pessoas assimilam, em média, sete idéias novas de cada vez (WWF, 2003), ressaltando o cuidado com o conteúdo e sua disposição. A interpretação deve se deter ainda em uma temática, capaz de expressar o tema geral da mensagem a que se pretende a interpretação; o tema deve ser pensado em forma de uma oração, que expresse a mensagem que se deseja que o público compreenda.

Na figura 3, tomando como referência a interpretação ambiental, tem-se um emissor que é representado pelo intérprete que em sua relação com o “meio”, percebe processos naturais e sua representatividade cultural e a partir disso vincula instrumentos interpretativos os quais induzem uma mensagem ao visitante. Essa mensagem é transmitida para o visitante, esperando que este tenha uma resposta por intermédio de ações valorativas ao “meio”.

Figura 3- Componentes da comunicação para a interpretação ambiental



Fonte: WWF, 2003

O planejamento do ecoturismo também envolve a infraestrutura necessária para que as atividades conduzidas pela interpretação possam ser efetivadas de maneira satisfatória pelo visitante. O seu constante monitoramento garante a qualidade das atividades desenvolvidas pelo visitante, garantindo que os objetivos estabelecidos para as práticas ecoturísticas sejam alcançados. O planejamento evita riscos demasiados, permite maximizar os benefícios para a conservação e incrementar o envolvimento e a organização comunitária. Além disso, otimiza

recursos humanos e financeiros. E, atendendo aos princípios do ecoturismo, o planejamento contribui para que seu projeto minimize os impactos indesejáveis nos recursos naturais e culturais (SALVATI, 2003, p. 36).

Segundo Machado:

Torna-se necessária a seleção de indicadores que orientarão ações preventivas e corretivas e ditarão oportunidades que se relacionem com as inquietudes expressas pelos visitantes. Através da seleção desses indicadores se estabelecerá um programa de monitoramento que poderá ser ajustado de acordo com as necessidades (MACHADO, 2005, p. 86).

Em relação à infraestrutura de suporte direto ao visitante, Machado (2005) elenca alguns itens a que se deve ter atenção ao pensar o manejo local das áreas, como a segurança, incluindo fiscalização; a possibilidade de acidentes; o combate a incêndios; primeiros socorros, levando em conta tanto a segurança dos ecossistemas quanto a do visitante; o acompanhamento capacitado da visitação, através de guias especializados ou condutores; folhetos específicos ou trilhas sinalizadas; o tratamento de resíduos com coleta adequada de lixo, evitando acúmulos prejudiciais aos visitantes e à fauna; o abastecimento de água; esgoto e zoneamento adequado e desenho da área a ser visitada.

O Ministério do Turismo (2010) especifica as demandas que devem ser consideradas no planejamento do ecoturismo com a finalidade de dar suporte para as atividades turísticas, sendo que estas envolvem além dos serviços de hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento, agenciamento, recepção, guiamento e condução. Também são levados em conta aspectos relativos à sustentabilidade e a harmonia com as características do local, onde devem ser utilizados:

- Materiais, técnicas e procedimentos adotados na construção das instalações relacionados com os princípios da região, como seu porte e estilo arquitetônico;
- Meios e vias de transporte que gerem o mínimo impacto ambiental possível;
- Serviços e produtos de acordo com os princípios da qualidade, da sustentabilidade e da cultura local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 26).

As alternativas de promoção do patrimônio natural e cultural e conseqüentemente sua posterior valorização englobadas pelo embasamento teórico sugere a busca pelo (des)envolvimento local sustentável, sendo esse o último item dessa abordagem conceitual.

1.5 EM BUSCA DO (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O termo “desenvolvimento” surge quando o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, em 1949, após a segunda Guerra Mundial e em plena Guerra Fria propõe um novo programa internacional de desenvolvimento, que visava superar as antigas relações de exploração colonial, dizendo que, ao contrário do imperialismo que beneficiava o estrangeiro, o novo programa de desenvolvimento era baseado em um trato justo e democrático, que iria contribuir para a maioria e para o crescimento das áreas subdesenvolvidas (NAREDO, 2010). Para que o desenvolvimento fosse afirmado e justificado, este foi associado ao crescimento, ao bem-estar em um processo construído historicamente.

Em contrapartida, estudos apontavam a incapacidade da natureza para suportar as ações exploratórias da sociedade em busca do desenvolvimento. Brüseke (2009) ressalta a contribuição de Meadows em 1972, apresentada em seu estudo “limites ao crescimento”, abordando a gravidade da problemática ambiental e enfatizando que as tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais era inviável e, ao mesmo tempo sugeria o rompimento desta tendência trágica através da estabilidade econômica e ecológica.

Frente aos indicativos de que a natureza não sustentaria as necessidades da sociedade consumista, que está vinculada aos interesses de desenvolvimento econômico, o surgimento do termo sustentabilidade indicava a possibilidade de alternativas. Porém, o termo “sustentabilidade” foi acrescido ao termo “desenvolvimento”, como uma forma de restabelecer a confiança em uma forma de agir que continuava com o propósito de beneficiamento econômico em detrimento do ambiente. O “desenvolvimento sustentável” prescreve uma combinação de termos contraditórios (NAREDO, 2010), pois o desenvolvimento se refere ao crescimento e

a terminologia sustentável se refere aos limites que deveriam ser impostos ao desenvolvimento rompendo com a idéia de crescimento.

Em uma análise semântica da palavra desenvolvimento (des+envolvimento), o prefixo “des” tem um significado de negação, privação. Em seus estudos sobre desenvolvimento e envolvimento, Mendes (2009) define desenvolvimento como sendo a criação de condições tendentes à produção do ser humano em sua integridade; é, portanto, um processo e o sucesso resultante. Enquanto que o significado de envolvimento se refere às articulações do ser humano com o ambiente que o cerca; seu comprometimento e os cometimentos correspondentes, e quando menciona o ambiente, não se refere apenas ao meio natural, que precede, condiciona e ao final sucede ao homem, mas também, o ambiente que procede do homem, fruto das relações que ele entretete com o entorno e consigo mesmo.

Leff (2011) acrescenta a discussão sobre as contrariedades do “desenvolvimento sustentável”, ressaltando que as condições para a sustentabilidade deveriam estar voltadas para questões ambientais e os valores inerentes ao ser humano, a fim de melhorar a qualidade de vida.

Todavia, o discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito de conseguir um crescimento econômico sustentado através dos mecanismos de mercado, sem justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) (LEFF 2011, p. 20).

Os esforços para garantir a sustentabilidade continuam no campo teórico e prático, entendendo a sustentabilidade como sendo a “harmonia entre seres humanos e natureza” (CAVALCANTI, 2009, p. 161) e que o ambiente e a sociedade devem ser considerados como unidade.

Para Cavalcanti (2009) o desenvolvimento sustentável trata de uma preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão irrecorrivelmente ecológica, sujeito a condicionamentos ditados pelas leis fixas da natureza, da biosfera; é uma forma de expressar a noção de desenvolvimento econômico como fenômeno cercado por certas limitações físicas que ao homem não é dado elidir.

Alguns autores sugerem, para além da discussão teórica da concepção de desenvolvimento sustentável, a alteração do termo para “ecodesenvolvimento”,

dispondo antes da palavra desenvolvimento a referência à ecologia, ressaltando a importância da ecologia para a concepção, de forma que o desenvolvimento econômico não se sobressaia ao ambiente.

Ultrapassando as constantes contradições no campo teórico que tangem ao termo “desenvolvimento sustentável”, a fim de romper com a dicotomia gerada pela terminologia, se faz necessário introduzir na discussão a importância dos valores relativos ao ambiente, que vão além da dimensão física do ambiente compreendida por alguns. Através disto, recupera-se a intencionalidade do envolvimento do ser humano e do ambiente em uma relação integral.

Sob os princípios da ética, Capra (1996) nos descreve que a questão de valores é fundamental para a ecologia profunda, destacando que enquanto o velho paradigma está baseado em valores antropocêntricos (centralizados no homem), a ecologia profunda está alicerçada em valores ecocêntricos (centralizados na Terra), sendo essa última, uma visão que reconhece o valor inerente da vida não-humana.

Neste mesmo sentido, Leff (2003) sugere a sobreposição da racionalidade econômica pela racionalidade ambiental, capaz de reconhecer e agregar valores às relações do homem com a natureza, à cultura, aos saberes tradicionais, aproximando a possibilidade de integração entre o homem e o meio. O significado de uma racionalidade ambiental deve integrar os potenciais da natureza, os valores humanos e as identidades culturais em práticas produtivas sustentáveis e incluir as inter-relações complexas de processos ideológicos e materiais diferenciados (LEFF, 2003).

No campo prático, é por intermédio da relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza em nível local que se fortalece o compromisso e os princípios da sustentabilidade. O desenvolvimento local sustentável possibilita o acompanhamento das ações, dos processos envolvidos e a resultante das ações compreendidas em prol da sociedade, onde as relações são facilmente percebidas e projetadas.

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre as gerações (BUARQUE, 2008, p. 67).

Em suma, a sustentabilidade supera as questões referentes ao ambiente e a garantia de seus serviços ambientais para as gerações futuras. A sustentabilidade se refere aos processos que envolvem a sociedade e o ambiente na amplitude de suas relações, a fim de garantir a equidade social, ambiental e econômica.

2 A CONFIGURAÇÃO DE ROQUE GONZALES-RS

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

Em relação ao processo histórico-cultural que envolve o município é necessário realizar um apanhado histórico que se inicia antes da chegada do colonizador, com o povoamento dos indígenas de origem Guarani que predominavam na região, vindos de áreas próximas ao rio Guaporé (afluente do rio Madeira), na Bolívia, os quais estavam em constante processo migratório, devido a transformações climáticas e em virtude de choques com outros grupos, chegando a habitar áreas entre os rios Paraguai, Paraná e Uruguai (QUADROS, 2012).

O primeiro contato estabelecido com os guaranis é dado pela tentativa de dominação dos espanhóis durante o período de colonização na América do Sul. Segundo Quadros (2012) os espanhóis (colonizador) não aceitavam a maioria dos aspectos do modo de ser guarani e quando havia desobediência (caracterizada pela manutenção do modo de ser guarani) os indígenas sofriam punições, o que acabou por gerar inúmeros conflitos.

Dada a incapacidade dos espanhóis (colonizador) fazerem frente ao processo de resistência dos indígenas, é que surge a atuação dos jesuítas, a chamada “conquista espiritual”. As reduções jesuíticas são classificadas em três fases, e a fase que se pretende abordar pela significância para o processo histórico-cultural de Roque Gonzales- RS se refere à primeira fase das reduções, com as missões construídas no período de 1626 a 1640 (PINTO, 2002).

O padre Roque Gonzales de Santa Cruz teve grande destaque nesta fase das reduções. Nascido em Assunção (Paraguai), em 1576 foi um dos primeiros jesuítas nascidos na América do Sul a exercer cargos de chefia, tendo sido responsável pela catequização dos indígenas da margem oriental do rio Uruguai (PINTO, 2002). Padre Roque Gonzales era reconhecido por sua capacidade de estabelecer relação com os indígenas, sendo que a primeira missão que lhe foi dada era considerada como sendo impossível, que era pacificar os ferozes guaicurús (indígenas nômades do Chaco), a qual foi cumprida com sucesso pelo padre Roque Gonzales, quando ninguém achava que ele voltasse vivo (HOFFMANN, 2009).

A justificativa mais provável para a facilidade com que o padre Roque Gonzales se relacionava com os indígenas advinha dos seus conhecimentos da língua guarani, pois sua mãe era de origem guarani. (PAEZ, acessado em 24 de abril de 2015) ¹.

Após fundar a redução de São Nicolau em 1626, o padre Roque Gonzales, (PINTO, 2002), no pedido de licença para continuar a catequização e as fundações de reduções para tal fim em Buenos Aires, conseguiu também o auxílio de mais dois padres, João de Castilho e Afonso Rodrigues que o acompanharam e que mais tarde passaram a ser conhecidos como “os três mártires das missões”.

No momento da Fundação de São Nicolau recém a cidade de Buenos Aires tinha se tornado independente de Assunção com a criação da Diocese de Buenos Aires e de um novo Governo espanhol na América naquela cidade. Assim, a nova área de ação missionária da Província Jesuítica do Paraguai na região do rio Uruguai passava a ser subordinada ao Governo e a Diocese de Buenos Aires. Por isso, no mês seguinte da fundação de São Nicolau, em junho de 1626, o Padre Roque Gonzalez navegou pelo rio Uruguai, numa canoa impulsionada pelos braços de índios guaranis, até Buenos Aires para se entrevistar com o Governador e o Bispo e pedir autorização para fundar reduções na região do rio Uruguai. O padre Roque foi bem sucedido em Buenos Aires onde, além de obter a licença para evangelizar na região do rio Uruguai, recebeu o reforço de novos sacerdotes jesuítas e entre esses estavam os dois jovens companheiros de martírio: Afonso Rodrigues e João de Castilhos. (PAEZ, acessado em 24 de abril de 2015).

Segundo Anschau (2014), posterior ao predomínio indígena, o primeiro registro de povoamento no município, se deu com o estabelecimento da redução de Assunção do Ijuí, no dia 15 de agosto de 1628, pelo Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, que depois de fundar a redução de São Nicolau, deixou o padre João de Castilho responsável pela catequização dos indígenas da região na redução de Assunção do Ijuí, no atual município de Roque Gonzales-RS. Padre Roque, juntamente com Afonso Rodrigues, atravessou o rio Ijuí e seguiram para Caaró, onde continuariam o processo de catequização e fundariam a Redução de Todos os Santos de Caaró (PAEZ, acessado em 24 de abril de 2015).

Mas o padre João de Castilhos não havia ficado sozinho em Assunção do Ijuí, ele estava sendo monitorado pelo cacique e pajé Nheçu de cima do cerro Inhacurutum. Nheçu tinha origem guarani, e o significado de seu nome era

¹ PAEZ, G. De tudo nas Missões [Blog na internet]. Disponível em <<http://detudonasmissoes.blogspot.com.br/2013/12/roque-gonzalez.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

“Reverência” visto sua superioridade espiritual entre os indígenas (LESSA, 1999). Nedel (2010) diz que havia somente um ou outro cacique maior, com supremacia sobre os outros caciques e uma destas exceções era Nheçu, devido sua mística sacerdotal (xamã) que difundia. A influência de Nheçu na margem esquerda do Ijuí estendia-se até o Piratini e na margem direita, seu domínio alcançava o rio Comandaí (VENTURINI, 2004).

Nheçu já era temido por padre Roque, tanto que este demorou sete anos para atravessar o rio Uruguai e fundar a primeira redução em São Nicolau (HOFFMANN, 2009). E não demorou mais que três meses para Nheçu mandar que matassem o padre Roque Gonzales e Afonso Rodrigues, mortos no dia 15 de novembro de 1628 em Caaró:- logo depois o padre João de Castilho foi morto em Assunção de Ijuí no dia 17 de novembro de 1628.

Dentre as investigações capazes de justificar a investida de Nheçu contra os padres, Venturini (2004) se refere à conduta do padre João de Castilho que supostamente teria favorecido a revolta de Nheçu, justificando que o padre João de Castilho, teria tido uma formação cristã muito rígida, sob influências do período da contra –reforma na Europa. Dessa forma, a conduta moral do padre teria aumentado a fúria de Nheçu, que por sua vez e condição, teria várias mulheres.

A ação acometida pelos indígenas não catequizados é frequentemente concebida sob a influência da visão do colonizador, que atrela aos indígenas uma imagem malévola como justificativa para a ação violenta. Quadros (2012) explica a ação indígena, quando diz que os xamãs temiam a mudança de seus hábitos, usos e costumes do seu povo e, que com a conversão dos indígenas, perderem suas funções e posições. Em relação aos indígenas, muitos temiam a aproximação do *homem branco*, e entre eles os jesuítas, por terem conhecimento da realidade de exploração que outros indígenas sofriam, principalmente em Assunção (Paraguai). Ainda segundo Quadros (2012), comenta que os indígenas temiam que com as reduções ocorressem mudanças na maneira como viviam.

Venturini (2004) ressalta a mudança nos hábitos e cultura dos indígenas, se referindo à troca de hábitos proposta pelos padres jesuítas:

A rotina dos índios nas cercanias do Cerro Inhacurutum, com suas crenças e seus mistérios, foi quebrada com a vinda dos primeiros padres jesuítas, liderados por Roque Gonzales de Santa Cruz. Apresentando atitudes de amizade e paz, se aproximaram dos caciques, prometendo a proteção de um novo Deus. Para tanto, era preciso mudar, trocar o prazer de uma vida

de livres andanças por um aldeamento; trocar a liberdade da caça e coleta pelo cultivo da terra e a criação de animais; trocar a poligamia pela monogamia e, assim, na mais o sexo como gesto livre e natural, mas como ato de procriação e fidelidade. Fora disso: culpa e pecado (VENTURINI, 2004, p. 19).

Há que se fazer uma ressalva em relação às justificativas de chefia religiosa de Nheçu, estando esta ameaçada pela atuação dos padres jesuítas. Segundo Venturini (2004) a religião era um elemento integrador da comunidade guarani, sendo que todos os fenômenos são explicados a partir da ação de um Deus ou dos deuses e a autoridade maior na aldeia é o *Karai* (chefe religioso) e a *Opy* (igreja), que seria o local onde são centralizadas as ações da tribo, além do pajé, responsável pelos remédios.

Christensen (2001) faz referência à religiosidade dos indígenas guaranis e afirma haver uma contribuição para a aceitação de alguns indígenas à nova forma de religiosidade trazida pelos jesuítas.

Dados etnográficos registram que o máximo valor cultural dos guaranis era a religião, na qual se estruturava o seu modo de ser autêntico. Sua religião é uma religião da palavra “sonhada” e dita pelos xamãs, “rezada” e prolongada nas danças rituais. Conforme nos informa Melià, esse dado cultural, dada a mentalidade da época a que estava ligado o missioneiro, foi praticamente ignorado e certamente não aproveitado dentro da religião reducional que nesse campo comprometia total substituição (CHRISTENSEN, 2001, p. 70).

Mas nem todos os indígenas aceitaram essa nova forma de organização e religiosidade trazida pelos jesuítas. O cacique Nheçu foi o único indígena que não aceitou a forma de dominação do *homem branco*, liderando outros indígenas a favor de seus ideais.

É importante ressaltar que, frente à historicidade do município e seu envolvimento com o período das Missões Jesuíticas, tendo sido cenário da revolta dos indígenas, liderados pelo cacique Nheçu, há o indicativo de que a história contada sob a visão do colonizador não seja a única no município. Alguns munícipes sugerem até a identificação de Roque Gonzales como sendo Nheçuana em vez de Missioneira, já que a última está relacionada à ação espanhola (GRIEBELER)².

Possivelmente os trabalhos e pesquisas de estudiosos interessados na abordagem das Missões Jesuíticas, tiveram influência neste contexto; a exemplo

² GRIEBELER, J. W. Inhacurutum [Blog da internet]. Disponível em: <http://inhacurutum.blogspot.com.br/>. Acessado em 24 de abril de 2015.

disto tem-se o escritor roque-gonzalense Nelson Hoffmann, que se refere à história do município no período das Missões Jesuíticas ressaltando a atuação indígena em relação à morte dos padres jesuítas como defesa de seu modo de ser indígena, tratando suas obras como o começo da revisão histórica das Missões. Segundo Hoffmann (2009):

Apenas um único indígena levantou a voz, uniu seu povo e enfrentou o homem branco invasor. Não fez conluio com qualquer homem branco, não defendeu idéias que não fosse as de sua gente e só quis guardar o sagrado direito de permanecer na terra que sempre foi sua – a terra, com as tradições que seu povo cultivava desde sempre. Diante dos avanços sempre mais fortes do homem branco, teve que apelar para a violência...Hoje aos poucos vislumbra-se que Nheçu foi o único e verdadeiro **Palanque da Resistência Indígena**(contra capa).

Após a morte dos padres, o registro de ocupação do município se refere a intervenção do colonizador, que tomou posse da narrativa referente ao período das Missões Jesuíticas, reconstruindo e tomando posse de cenários desse período, promovendo como dístico do município “Terra e sangue das Missões” de autoria de Nelson Hoffmann (ANSCHAU, 2014). O primeiro indício de colonização mais expressiva se dá nas proximidades do rio Ijuí e do Salto Pirapó, e próximo dali, se situa a sede do município tempo depois.

2.2 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE ROQUE GONZALES-RS

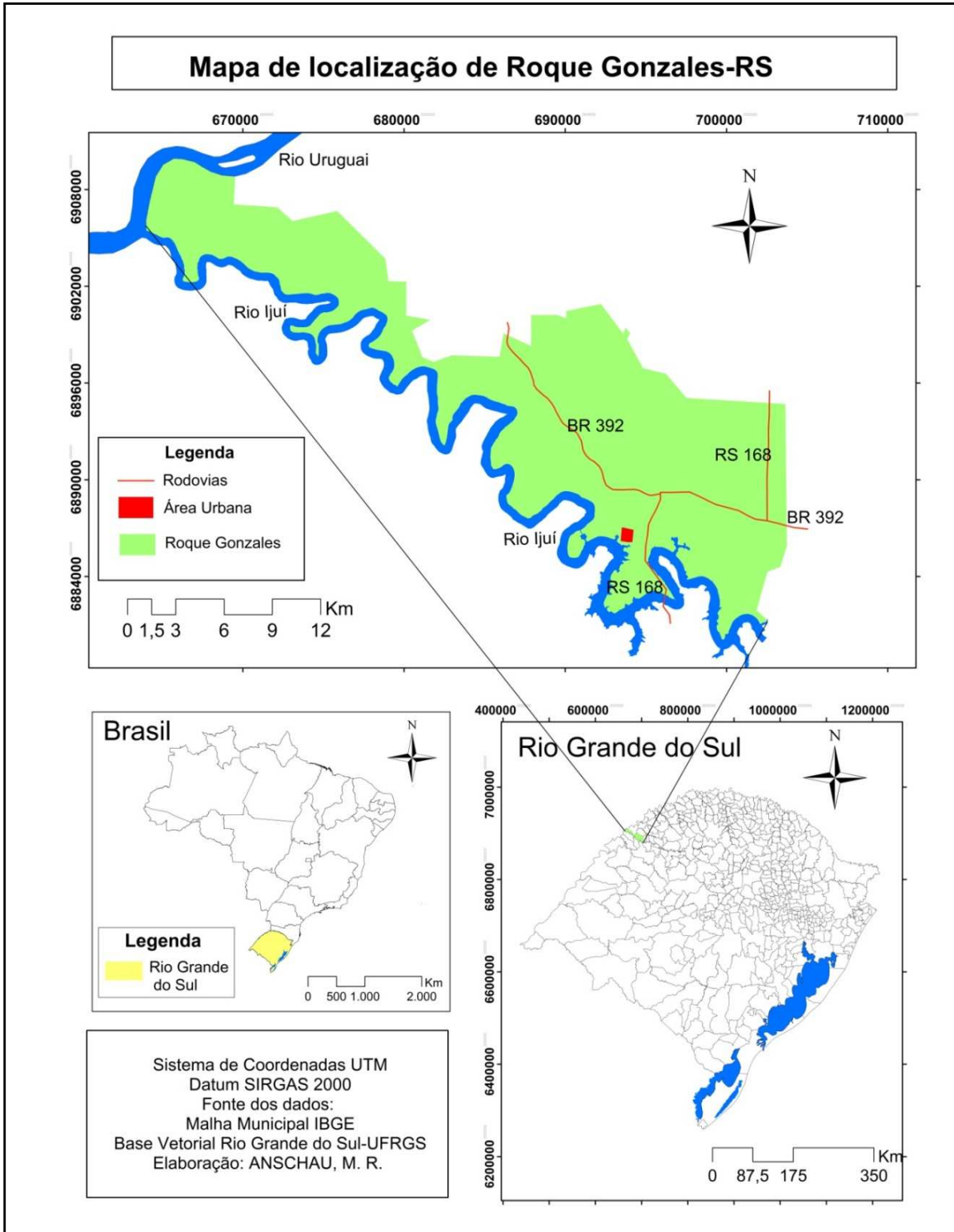
Roque Gonzales está localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com a Argentina e estando alocado também, na denominada região das Missões, denominação oriunda do período das Missões Jesuíticas do século XVII. Em relação aos principais cursos de água que integram a paisagem do município, este possui como limite natural na porção sul, ao longo de sua extensão, o rio Ijuí, que deságua a oeste no rio Uruguai, como pode ser visto na figura 4.

Dados populacionais, conforme pesquisa do Censo Demográfico (2010)³, apontam que do total de 7.203 habitantes do município de Roque Gonzales, 54

³ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431630&idtema=97&search=rio-grande-do-sul|roque-gonzales|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->. Acessado em: 11 abr. 2016.

destes nasceram em outras regiões do Brasil e 22 habitantes residentes no município tem origem estrangeira.

Figura 4- Mapa de localização de Roque Gonzales- RS

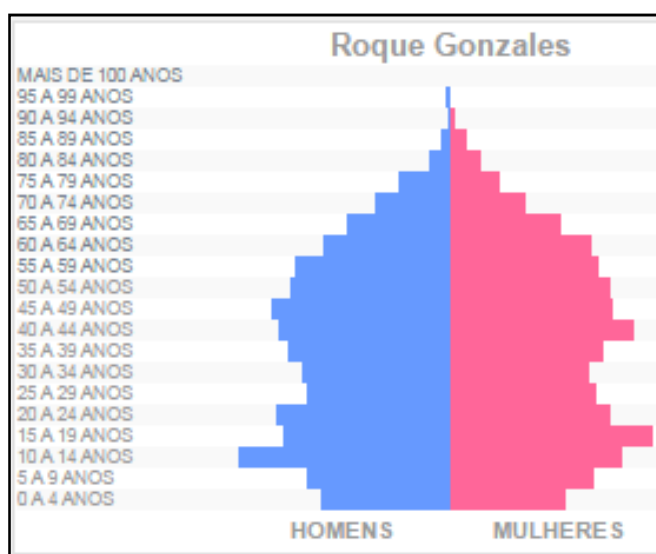


Organização: ANSCHAU, M. R.

Em relação à distribuição da população, a maioria está estabelecida na área rural do município. Em uma abordagem histórica, há o indicativo do aumento da população urbana e diminuição da população rural nas últimas décadas, ressaltando a considerável diminuição da população total do município desde sua emancipação municipal (ANSCHAU, 2014).

A análise da pirâmide etária da população municipal demonstra a saída tanto de homens como de mulheres do município, de 10 a 14 anos e de 20 a 24 anos, respectivamente. A migração nessa faixa etária aponta para a saída de jovens em busca de formação educacional e emprego, havendo um aumento da população na faixa etária de 35 a 39 anos até a faixa etária de 45 a 49 anos em ambos os sexos. A melhor expectativa de vida foi demonstrada para o sexo masculino, alcançando a faixa etária de 95 a 99 anos, conforme análise da figura 5.

Figura 5- Pirâmide Etária para o sexo masculino e feminino de Roque Gonzales-RS de 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010, IBGE.

Em meados do século XX, no que tange a origem e formação étnica da população, esta é formada principalmente pelos alemães, e em menor número, por italianos, sendo que na atualidade, a etnia predominante é a alemã. Imigrantes estes que vieram para Roque Gonzales durante o período de colonização do município, por volta de 1920. Segundo SANTOS (1989, p. 74), em 1924, início da colonização,

existia no município um “pequeno agrupamento de bugres em estado semi-selvagem”, sendo esse o último relato de habitantes do município de origem não européia.

Roque Gonzales não possui, na atualidade, população indígena, conforme dados dos últimos censos demográficos do IBGE (1991, 2000, 2010). Ainda sobre a população indígena, é possível apontar que em municípios vizinhos a Roque Gonzales desde o ano de 1991 até o ano de 2010, houve um espalhamento da população indígena nesses municípios, com exceção de Roque Gonzales. Essa análise é percebida por intermédio do quadro 1. Tal análise confirma a presença indígena nos arredores do município, apresentando a possibilidade da futura presença indígena no município de Roque Gonzales.

Quadro 1- Indicativo do total de população indígena em municípios vizinhos a Roque Gonzales de 1991, 2000 e 2010

Municípios vizinhos a Roque Gonzales-RS	Em 1991	Em 2000	Em 2010
Cerro Largo	18	6	3
São Nicolau	0	27	31
Porto Xavier	0	4	1
Rolador	0	0	2
São Paulo das Missões	0	0	1
São Luiz Gonzaga	37	40	22

Fonte: Censo Demográfico do IBGE nas referidas datas⁴.

A população residente no município já teve como principal atividade econômica do município a agropecuária, com destaque para a produção leiteira e a produção de grãos. Conforme quadro 2, esse setor da economia vem perdendo posição para atividades industriais e prestação de serviços. Isso se deve, principalmente, pela instalação da Usina Hidrelétrica Passo São João no município e consequente aumento da população urbana.

⁴ Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>. Acesso em 1 abr. 2016.

Quadro 2- Comparativo do Produto Interno Bruto de 1999 e 2010 do município de Roque Gonzales-RS

Produto Interno Bruto dos Municípios - 1999	Produto Interno Bruto dos Municípios - 2010
Valor adicionado bruto da agropecuária 12.165 mil reais	Valor adicionado bruto da agropecuária 39.202 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria 2.425 mil reais	Valor adicionado bruto da indústria 9.310 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços 14.989 mil reais	Valor adicionado bruto dos serviços 48.857 mil reais

Fonte: IBGE, (2013, apud ANSCHAU, 2014)

Em relação ao quadro físico do município, pode-se dizer que no município predominam altitudes de 150 metros, atingindo os 327 metros na porção nordeste do município. No que tange ao contexto geológico o município está localizado na bacia sedimentar do Paraná, a unidade estratigráfica corresponde à Formação Serra Geral, constituída por derrames basálticos continentais, sendo raros os afloramentos de brechas basálticas mais frágeis em relação ao intemperismo, o que implica que a maioria dos afloramentos refere-se a basaltos maciços (figura 6), havendo dificuldade em definir fraturamentos tectônicos, principalmente juntas de resfriamento de basalto.

Figura 6- Representação de basalto maciço em corte de estrada na BR 392, nas proximidades do Arroio Palmeira, município de Roque Gonzales-RS



Fonte: ELETROSUL, 2007.

No que tange à geologia e a configuração da drenagem, além dos fraturamentos constatados em afloramentos de rocha, podem ser observados lineamentos estruturais regionais que controlam parte do percurso do rio Ijuí, provendo um padrão angular ao curso do rio (ELETROSUL, 2007).

No que se refere à geomorfologia, o município está inserido no Planalto Dissecado do Rio Uruguai, com padrões de relevo de colinas dissecadas e morros baixos, correspondendo ao trecho mais rebaixado do planalto das araucárias e constituído por derrames vulcânicos da formação Serra Geral, onde predominam basalto e andesitos, e também há a ocorrência de riolitos e dacitos intercalados por camadas de arenito Botucatu que podem variar de espessura, mas apenas na extremidade ocidental desse planalto, junto às cidades de São Francisco de Assis e Santiago é que aflora o arenito (CPRM, 2010).

Este planalto é caracterizado como sendo dissecado com o relevo de colinas e morros ordenados em longas cristas arredondadas e em relação ao solo, este apresenta predominantemente latossolos vermelhos distroféricos, estando sob regime climático subtropical úmido (CPRM, 2010).

Em abordagem mais específica, estudos da ELETROSUL (2007), indicam que o município está inserido no Domínio Morfoestrutural das bacias e coberturas sedimentares da região Geomorfológica Planalto das Missões, Unidade Planalto de Santo Ângelo, conforme dados do RADAMBRASIL-IBGE (1986). As características referentes ao relevo do planalto de Santo Ângelo incluem formas de relevo bastante homogêneas, retratadas por colinas suaves, bem arredondadas, também conhecidas por coxilhas.

A vegetação característica da região é classificada como floresta estacional decidual, apresentando cinco níveis de estratos para esta classificação. O Levantamento Florestal Contínuo elencou as espécies para cada nível de estrato:

Podem ser definidos cinco estratos na estrutura organizacional da Floresta Estacional Decidual do Rio Grande do Sul: um emergente, descontínuo, quase integralmente composto por árvores decíduais com até 30 m de altura, como grápia (*Apuleia leiocarpa*), angico-vermelho (*Parapiptadenia rigida*), louro-pardo (*Cordia trichotoma*) e canafístula (*Peltophorum dubium*). O segundo estrato apresenta copagem bastante densa e, em geral, predomínio de árvores perenifolias com alturas em torno de 20 m. Dele fazem parte, principalmente lauráceas e leguminosas, sendo a canela-fedida (*Nectandra megapotamica*) a espécie mais representativa. O terceiro estrato, o das arvoretas, geralmente está formado por grande adensamento

de indivíduos pertencentes a poucas espécies, das quais umas são próprias deste estrato e outras encontram-se em desenvolvimento para os estratos superiores. Dentre aquelas características do estrato, destacam-se, pela maior frequência: o cincho (*Sorocea bonplandii*), a laranjeira-do-mato (*Gymnanthes concolor*) e o catiguá (*Trichilia clausenii*). Para o estrato arbustivo, além de representantes jovens de espécies dos estratos superiores, distinguem-se como características, diversas espécies dos gêneros Piper e Psycotria, cujos indivíduos misturam-se a adensadas touceiras de criciúma (*Chusquea ramosissima*). Finalmente, tem-se um estrato herbáceo bastante denso e com variadas formas de vida, onde predominam, com frequência, pteridófitas e gramíneas pertencentes aos gêneros Pharus e Olyra. O estrato herbáceo em terrenos úmidos é constituído, geralmente, pelo gravatá (*Bromelia balansae*) (Levantamento Florestal Contínuo, 2004)⁵.

De acordo com Rambo (1956) a vegetação predominante do planalto é de mato e campo, sendo a floresta do planalto classificada como floresta da Serra e floresta do Alto Uruguai, e a região de Roque Gonzales corresponde à floresta do Alto Uruguai. Dentre as espécies de árvores encontradas na floresta do Alto Uruguai destaca-se a Canafístula (*Peltophorum dubium*), Guantambú (*Aspidosperma parviflorum*), Canela (*Cinnamomum verum*), Ipê pardo (*Tabebuia impetiginosa*) e Ipê amarelo (*Tabebuia chrysotricha*), Tapiá (*Alchornea triplinervea*), Pessegueiro do Mato (*Prunus myrtifolia*), Marmeleiro (*Cydonia oblonga*), Maria Preta (*Solanum americanum*) (Ibid., p. 268, 269).

Ribeiro e Kroeff (2009) se referem à vegetação da região, com referência ao rio Ijuí que separa dois biomas, o Pampa e a Mata Atlântica, ressaltando as diferenças culturais das duas margens do rio Ijuí, onde a margem direita do rio Ijuí, com predomínio do bioma Mata Atlântica é caracterizada pelo minifúndio e a policultura, enquanto que na margem esquerda do rio Ijuí com predomínio do bioma Pampa é caracterizada pelo latifúndio e a criação extensiva de gado.

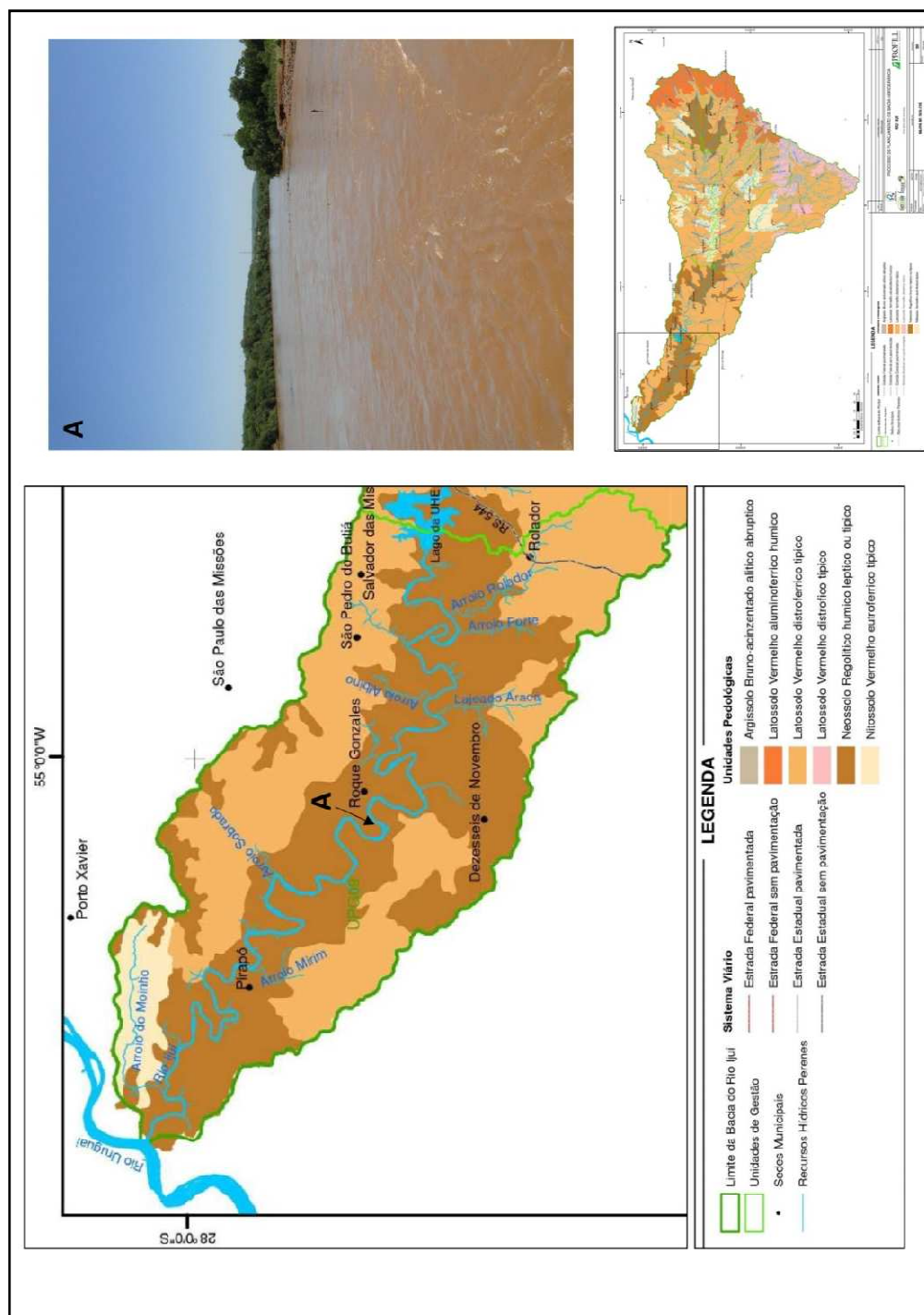
2. 2. 1 Contexto Físico da bacia hidrográfica no Baixo rio Ijuí

As nascentes do rio Ijuí estão alocadas na porção leste da bacia, abrangida por diversos municípios, se desenvolvendo em direção ao oeste, como pode ser visto na figura 7, onde deságua no Rio Uruguai entre os municípios de Pirapó e Roque Gonzales, com largura da drenagem de 205 metros.

⁵ Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/vegetacao.htm#decidual>. Acesso em 24 abr. 2015.

Conforme a SEMA (2012) os solos da bacia hidrográfica do Ijuí podem ser classificados em quatro tipos, sendo esses o latossolo vermelho (74,3%), neossolo regolítico (15,1%), os nitossolos vermelhos (9,6%) e os argissolos (1%), com predomínio dos latossolos e neossolos no baixo rio Ijuí, conforme figura 8.

Figura 8- Classificação de Solos no Baixo rio Ijuí. Na fotografia, o rio Ijuí, no trecho identificado pela letra "A", próximo a sede de Roque Gonzales.



Fonte: SEMA, 2012.

A bacia hidrográfica do rio Ijuí está situada na província geomorfológica do planalto meridional, apresentando altitudes entre 420 e 700 metros, com relevo composto por coxilhas de declividades suaves entre 3 e 15% (PEREIRA; KOBAYAMA; CASTRO, 2013). Segundo a SEMA (2002) sua área de abrangência é de aproximadamente 10.650 Km², com precipitação anual de chuva de 780 milímetros.

Uma das principais características do rio Ijuí é a coloração de suas águas como se pode ver na figura 9 em um trecho do baixo rio Ijuí. Essa característica se deve ao predomínio do tipo de solo classificado como latossolo à montante da bacia hidrográfica, que pela introdução de uma agricultura intensiva acelerou a erosão laminar a partir da década de 70. Quanto às características do latossolo, este é originado do basalto da formação Serra Geral com textura argilosa, além de conter arenito em sua composição, é também bem drenado e apresenta relevo suave (RADAMBRASIL-IBGE, 1986).

Figura 9- Rio Ijuí próximo a cidade de Roque Gonzales, antes da construção da Usina Hidrelétrica Passo São João.



Fonte: ELETROSUL, 2008.

O relevo da bacia apresenta dissecação homogênea, composto por colinas rasas, arredondadas e de pouca extensão, com pequenos aprofundamentos dos vales fluviais, sendo comum a ocorrência de cursos fluviais de médio porte (arroio) e cursos fluviais menores (sangas). A drenagem principal corresponde ao rio Ijuí apresentando planícies de inundação razoavelmente largas e com pequena profundidade (ELETROSUL, 2007).

Em relação ao uso do solo, Sorribas (2011) apresenta o mapa de uso do solo (figura 10) para a bacia hidrográfica do rio Ijuí, onde estão estabelecidas cinco classes de uso do solo. Dentre essas classes de uso do solo, o autor ressalta que o maior uso é representado por 76,3% da área da bacia referida, classificada como atividades de agricultura, ou por campos e pastagens em solo profundo. Ainda associado a esse mesmo uso do solo, mas em solo raso, tem-se mais 13,9% da área da bacia ocupada. A representatividade de mata em solo profundo da bacia é de 7%, enquanto a mata em solo raso representa mais 2,6% da área da bacia. A superfície de água da bacia representada no mapa de uso do solo é representada por 0,3%. A análise desses dados reporta a um significativo desmatamento para implantação de lavouras, que se iniciou com o período de colonização dos municípios da região.

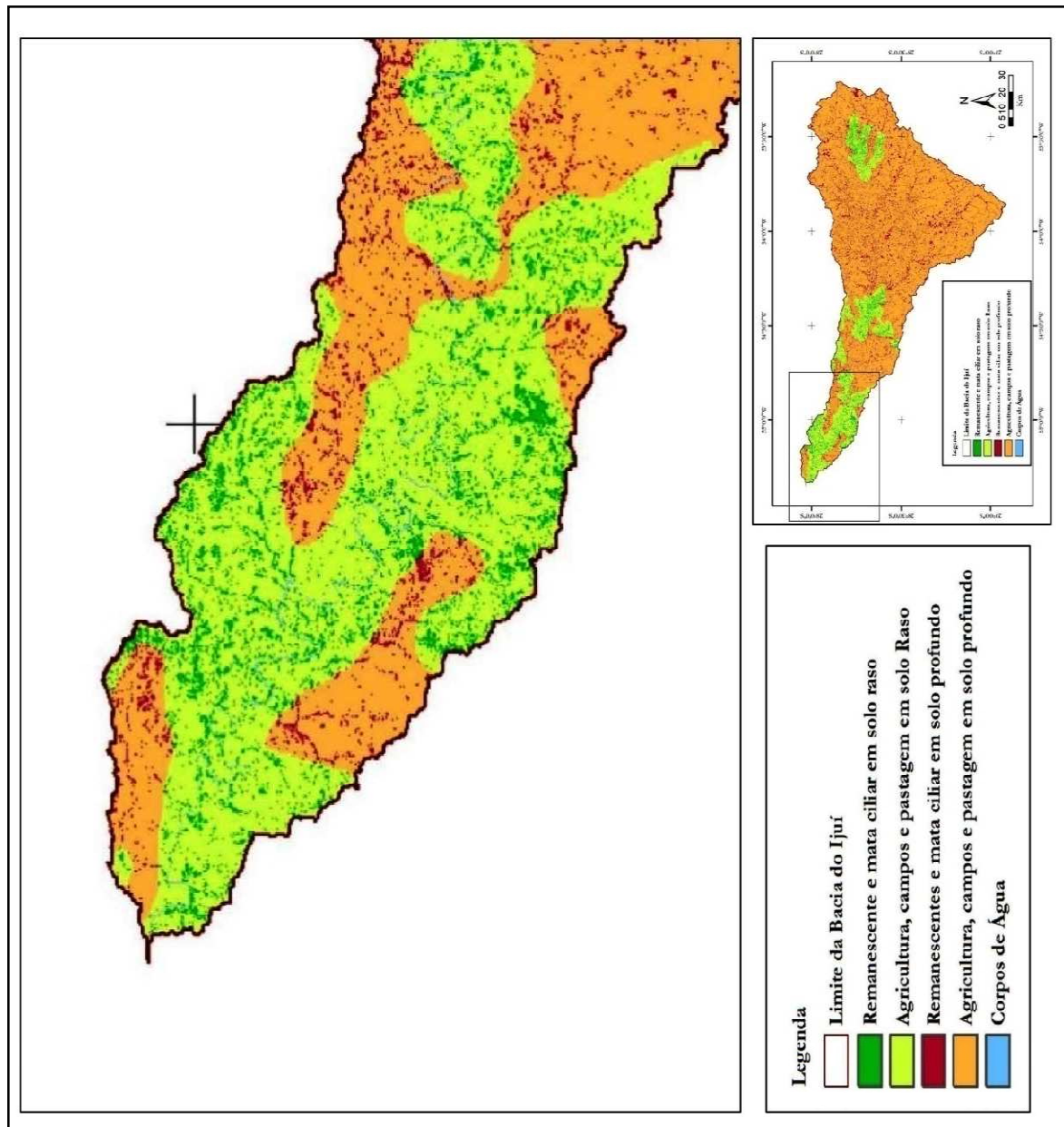
As áreas de cobertura vegetal, as principais áreas de mata remanescente são mais significativas próximo aos cursos de água do que em relação ao restante da área da bacia. Segundo a SEMA (2012) a principal ocupação é expressa pelas atividades agropecuárias, seguidas da área de mata nativa expressa em quase 100.000 hectares. Apresentando menor expressividade em relação à área de ocupação estão as áreas de campo, a área urbana, a lâmina d'água e a silvicultura, como se pode ver no quadro 3.

Quadro 3- Classes de uso do solo e sua respectiva área de ocupação na bacia hidrográfica do rio Ijuí

Classe de uso do solo atual	Área de ocupação (ha)
Agropecuária	954.923,82
Mata Nativa	94.851,99
Campo, pastagem	17.384,70
Área urbana	8.705,87
Lâmina d'água	3.095,32
Silvicultura	630,16

Fonte: SEMA, 2012.

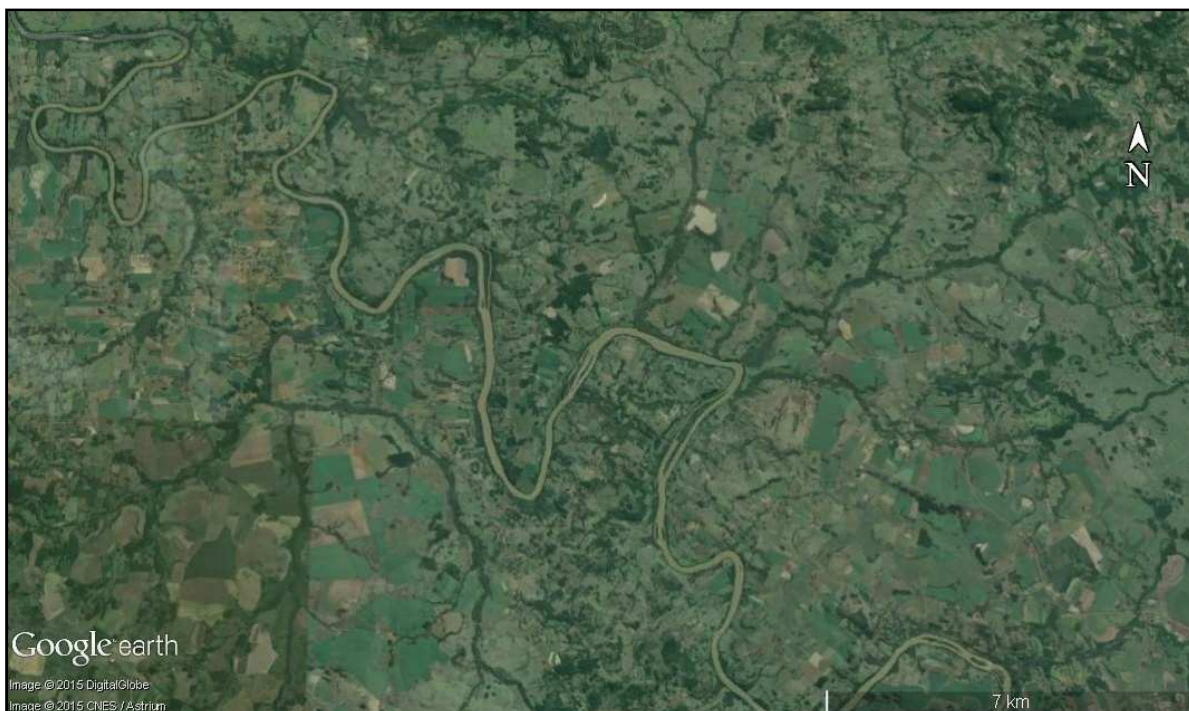
Figura 10- Mapa de uso do solo no Baixo rio Ijuí.



Fonte: SORRIBAS, 2011.

Outras características que definem a configuração do rio Ijuí são estabelecidas também por características geológicas da região. O rio Ijuí corre por rochas de origem basálticas, intercaladas por arenito Botucatu, o que prescreve canais fluviais encaixados e margens bem definidas e estáveis. Na figura 11, se torna visível a sinuosidade do rio Ijuí, em um trecho próximo a sua foz no rio Uruguai, no município de Roque Gonzales.

Figura 11-Sinuosidade do rio Ijuí no seu curso inferior



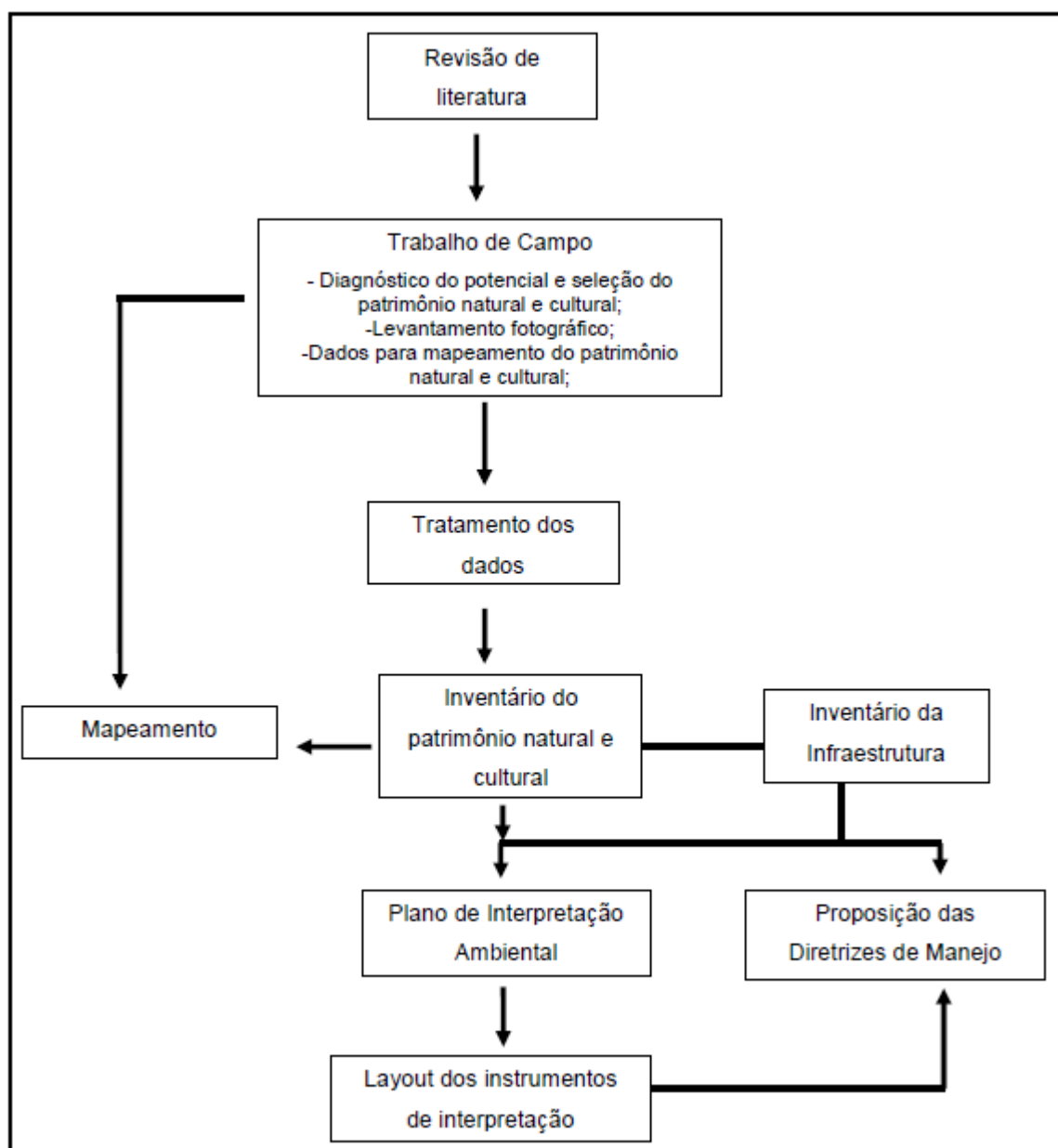
Fonte: Google Earth.

Outra característica marcante ao longo do rio Ijuí se refere às inúmeras ilhas e corredeiras que se formam. A formação das ilhas no rio Ijuí está associada ao transporte de sedimentos e a acumulação dos mesmos que formam as ilhas em trechos no rio de baixa energia. A ocorrência das corredeiras está relacionada à existência de rochas mais resistentes no leito do rio, fazendo com que o leito seja menos profundo nas áreas de corredeira pelo desgaste por processos erosivos ser menor. Dessa forma, a água bate nas rochas mais salientes no leito do rio formando as corredeiras.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos, esquematizados na figura 12, partiram do trabalho de campo para averiguação do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales. Nesta etapa foi realizado o diagnóstico e seleção do patrimônio natural e cultural, além do levantamento fotográfico e a aquisição de dados para o mapeamento do patrimônio natural e cultural.

Figura 12- Fluxograma do roteiro metodológico



O trabalho de campo contou com auxílio de imagens de satélite geradas pelo software livre Google Earth®, e de suporte técnico às cartas topográficas 1:50.000 de Foz do Ijuí (SG.21-Z-D-IV-3; MI -2896/3); Porto Lucena (SG.21-Z-D-IV-4; MI-2896/4); Roque Gonzales (SH.21-X-B-II/2; MI-2912/2) e São Paulo das Missões (SH.21-X-B-II-1; MI2912/1) do Departamento de Serviço Geográfico Brasileiro (DSG). Após esse trabalho de campo, foi elaborado um mapa hipsométrico do município, com curvas de nível 1:50.000 e pontos cotados com a ferramenta “*topo to raster*” do programa ArcGIS 10®. Também foi vetorizada a área de alague e feita demarcação dos LIP determinados preliminarmente no campo, sendo o patrimônio classificado em patrimônio natural, patrimônio cultural e patrimônio cultural e natural, seguindo a classificação da UNESCO.

Na etapa seguinte, realizou-se o inventário do patrimônio natural e cultural do município, sendo que para isso serão considerados os trabalhos de Anschau (2014) com indicação de LIP, considerando autores como Venturini (2004), Hoffmann (2009), pesquisas de João W. Griebeler, Ruy Nedel (1983), Barbosa Lessa (1999) os quais descrevem aspectos históricos e culturais da região e do município. Nesse inventário foram identificados nove LIP no município.

O próximo procedimento metodológico consistiu na realização do cálculo de capacidade de carga para a trilha do Cerro Inhacurutum, tendo como base a metodologia estabelecida por Cifuentes (1992) com adaptações relativas aos fatores de correção para o cálculo de capacidade de carga real. O estabelecimento do número de pessoas que possam realizar a trilha, de acordo com a capacidade física, irá auxiliar no processo de gestão da trilha direcionando a sua utilização de maneira a reduzir os impactos sobre o ambiente, potencializando a qualidade da experiência perceptiva e evitando uma superlotação de visitantes.

Para o estudo de capacidade de carga, foi realizada uma saída de campo, com o objetivo de obter os dados necessários para o cálculo, como a definição dos pontos na trilha (ver figura 13), pontos estes definidos pelas rupturas de declive ou pela visibilidade entre os pontos, sendo esses marcados com um aparelho GPS Garmin Etrex® 30. Foram utilizados 31 pontos para esta trilha, estabelecidos de acordo com as características físicas da trilha. De acordo com este levantamento, foi elaborado o perfil topográfico, como mostra a figura 13, representando a superfície do terreno. Para o conhecimento da declividade do terreno foi utilizado o

clinômetro tipo Abney, determinando a declividade em graus e em porcentagem, sendo medida a distância entre um ponto e outro com trena.

Figura 13- Trilha do cerro Inhacurutum, com definição dos pontos para o cálculo de capacidade de carga e indicação do início da trilha (A) e o destino da trilha (A'). Imagem em perspectiva oblíqua.



Fonte: Imagem do Google Earth e dados de trabalho de campo, fevereiro de 2015.

O cálculo de capacidade de carga engloba três níveis de capacidade de carga, sendo a capacidade de carga física (CCF), a capacidade de carga real (CCR) e a capacidade de carga efetiva (CCE). Esses níveis apresentam correções que variam com as características individuais das trilhas, reduzindo sua capacidade desde a capacidade de carga física (CCF), que consiste em um total de visitantes suportado sem considerar características particulares da trilha e que leva em conta apenas o espaço disponível e o tempo.

A CCR é estabelecida a partir da CCF, considerando fatores de correção estabelecidos de acordo com as características físicas, ambientais, ecológicas, sociais e de manejo da trilha; para este estudo foram considerados os fatores de correção para precipitação, acessibilidade e erodibilidade. A capacidade de carga mais restritiva é a CCE, que leva em conta a capacidade de manejo relativa à infraestrutura, acesso, segurança, entre outras.

Foi estabelecido 1 m² de área ocupada por visitante que segue a metodologia de Cifuentes (1992), sendo estabelecido a possibilidade de 2 grupos na trilha ao mesmo tempo, onde a quantidade de grupos estabelecida considera que os grupos presentes na trilha não devam manter comunicação capaz de gerar dispersão ao longo do percurso.

Para o cálculo da capacidade de carga, conforme o quadro 3, considerou-se o fator de correção de acessibilidade, onde a acessibilidade média (AM) foi estabelecida com declividade de 10 a 20% e acessibilidade ruim (AR) com declividade de 20 a 100% e para o fator de correção da erodibilidade utilizou-se as declividades maiores que 30%. Para o fator de correção de precipitação, foi necessário o conhecimento de quantos dias por ano chovia no local, período no qual a visitação fica reduzida a quase zero; para isso foram utilizados dados da normal climatológica de 1961 a 1990, dados estes da estação meteorológica mais próxima ao local da trilha, em São Luis Gonzaga, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

Quadro 4- Cálculo de Capacidade Física, Capacidade Real e Capacidade Efetiva da trilha do Cerro Inhacurutum

(continua)

<p>C C F</p>	$CCF = \frac{S \times T}{s.v \times t}$ $CCF = \frac{552,4 \times 540}{266,2 \times 80}$ <p>CCF= 14 grupos x 10 pessoas= 140 pessoas/dia</p>	<p>Sendo:</p> <p>S (comprimento da trilha)= 552,4 m s.v. (distância entre os grupos)= $552,4 - 20m^2/2 = 266,2$ m T (tempo total de abertura da trilha)= 9h= 540' t (tempo para percorrer a trilha)= 80'</p>
<p>C C R</p>	$CCR = CCF \times \frac{100 - FCa}{100} \times \frac{100 - FCe}{100} \times \frac{100 - FCp}{100}$ $CCR = 140 \times \frac{100 - (-39)}{100} \times \frac{100 - 33,09}{100} \times \frac{100 - 29,30}{100}$ $CCR = 0,61 \times 0,66 \times 0,73$ <p>CCR= 41 pessoas/dia</p>	<p>Sendo:</p> <p>FCa= $1 - (AR \times 1,5) + AM \times 100$ compr. trilha FCa= $1 - \frac{(431,4 \times 1,5) + 121 \times 100}{552,4} = -39\%$ FCe= <u>ext. trilha > 30% declividade</u> ext. total trilha FCe= $\frac{182,8}{552,4} \times 100 = 33,09\%$ FCp= n° dias chuva/365 dias x 100 FCp= $96/365 \times 100 = 26,30\%$</p>

C C E	CCE= CCR x CM	Sendo: CM (capacidade de manejo)= 75%
	CCE= 41,14 x 0,75 CCE= 30 pessoas/dia	
	Visitação diária= $\frac{30 \text{ pessoas}}{6,75} = 4,4 \text{ visitantes/dia}$	

Organização: ANSCHAU, M. R.

Conforme os cálculos de capacidade de carga apresentados pelo quadro 3, a capacidade de carga física resultou em uma visita máxima de 140 pessoas por dia, enquanto que a capacidade de carga real reduziu, de acordo com especificidades da trilha, o número de visitantes para 41 visitantes por dia, e para definir, a capacidade de carga efetiva estabeleceu o número de 30 pessoas por dia. Ressalta-se que para o estabelecimento da CCE, a capacidade de manejo de 75% considerada para o cálculo poderia ser menor, pelo local não apresentar infraestrutura básica, como estacionamento, banheiros e bebedouros.

Para calcular o número de visitas diárias se utiliza o resultado do cálculo de capacidade de carga efetiva e o número de visitas que um visitante poderia realizar em um dia. A trilha não possui estruturas físicas para estabelecimento de horários de funcionamento; em função disso, estima-se que o tempo de visitação ao local se dá entre as 8 horas e as 17 horas (540 minutos) em virtude da luminosidade natural. Considerando que a trilha fica aberta 540 minutos e que o tempo médio de demora pra a realização da trilha é de 80 minutos, a disponibilidade diária seria de 6,75 grupos. Dessa forma, estabeleceu-se que a trilha possui a capacidade média para 6 grupos diários, com um total de 5 pessoas por grupo.

Posteriormente foi realizado o plano de interpretação ambiental do patrimônio natural e cultural elencado pelo inventário. A interpretação ambiental permite uma abordagem que instiga o conhecimento do patrimônio natural e cultural pelo visitante, onde foram investigados para cada LIP um recurso interpretativo que melhor se adaptasse, mostrando seu layout, e sempre que possível, sua projeção no ambiente.

A partir do mapa hipsométrico, foi elaborado um folder turístico no programa CorelDRAW® X7 em tamanho A3 com três dobras. No folder foi realizada a indicação dos LIP tendo como base a altimetria do relevo, havendo a identificação das vias de acesso, rodovias e as vias de acesso secundário, além da área urbana onde o visitante encontra infraestrutura básica.

Outra etapa deste estudo se refere ao inventário da infraestrutura existente, levando em consideração a disponibilidade dos serviços, informações estas investigadas a campo, em pousadas e hotéis, restaurantes e na secretaria de turismo do município.

4 INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS

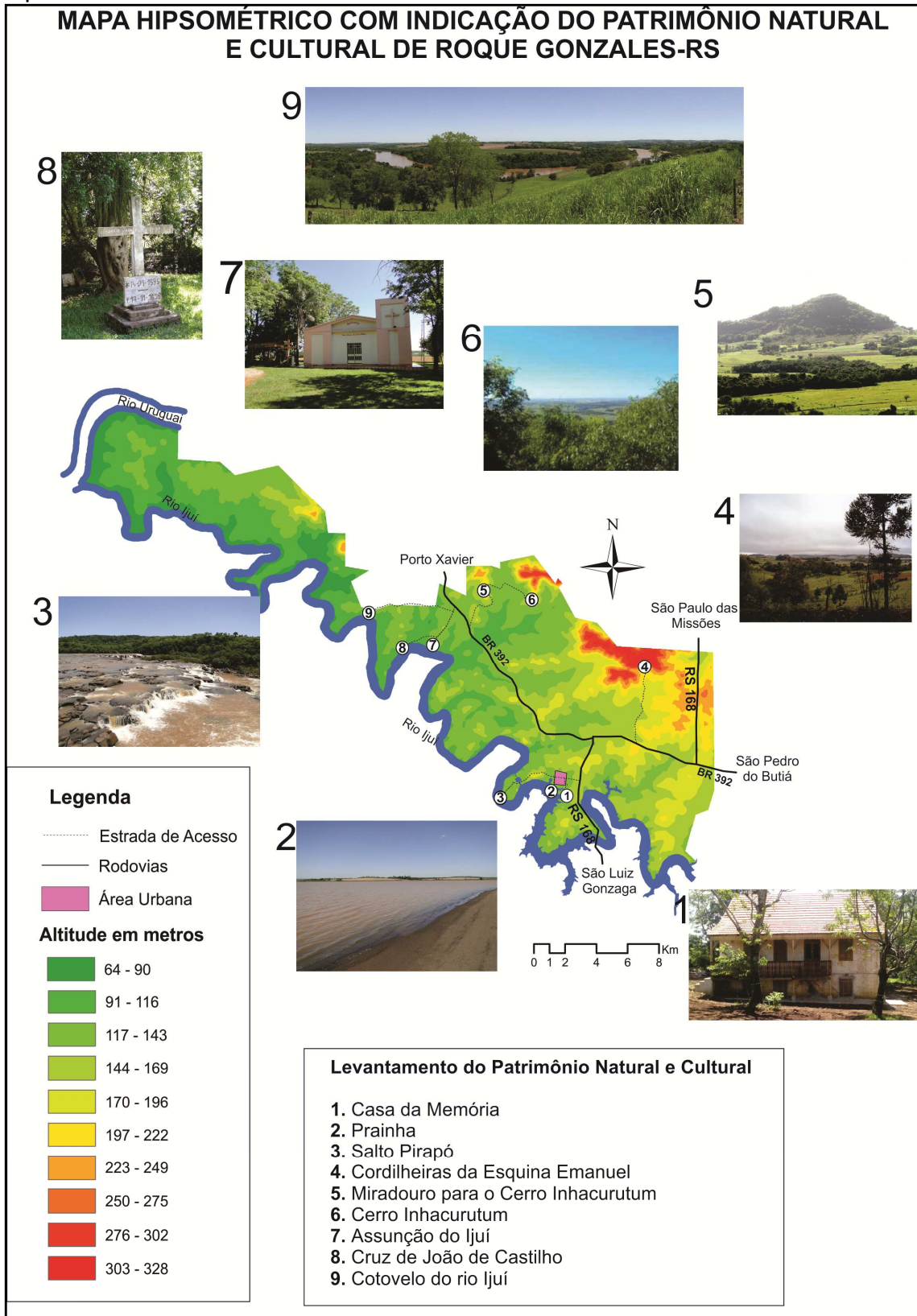
4.1 O PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES

O patrimônio do município de Roque Gonzales é classificado em patrimônio natural e patrimônio cultural, sendo que alguns elementos da paisagem de importância patrimonial são classificados em ambas as categorias, totalizando nove LIP, como pode ser visto na figura 14. O patrimônio natural do município está relacionado à dinâmica fluvial da principal rede de drenagem que percorre o município, o rio Ijuí, e também às áreas de maior altitude do município. O patrimônio cultural, por sua vez, está relacionado ao período das missões jesuíticas, ao período da colonização e o mais recente, relativo à implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João.

Segundo Anschau (2014), o patrimônio, tanto natural como cultural, que remete ao período das missões jesuíticas possui maior valorização frente às questões de gestão pública e, principalmente, aos interesses da sociedade local. Nesse momento, a gestão pública se mantém focada na implantação do balneário municipal, que será alocado às margens do lago artificial gerado pelo alagamento da Usina Passo São João.

Em relação à infraestrutura do patrimônio natural e cultural identificado no município, percebe-se que a maioria destes LIP não detém a infraestrutura adequada para a visitação, sendo que alguns possuem visitação e outros não. No que se refere à interpretação ambiental do patrimônio não foram identificados instrumentos para tal finalidade dentro do município.

Figura 14- Mapa Hipsométrico com indicação do Patrimônio Natural e Cultural de Roque Gonzales- RS.



Fonte: Malha Municipal IBGE e Base Vetorial do Rio Grande do Sul- UFRGS.

Organização: ANSCHAU, M. R.; DOMINGUES, S. A., 2015.

A seguir será feita a caracterização de cada um dos LIP identificados no município de Roque Gonzales:

4.1.1 Assunção do Ijuí - Classificado como Patrimônio Cultural

Um elemento da paisagem bastante representativo para Roque Gonzales, devido ao fato de que este faz parte da vivência experienciada pela comunidade, onde anualmente ocorre uma romaria no local, tido como um santuário (ver figura 15-b. Na figura 15-a, tem-se o cartaz da Romaria, evento este que passou a ser organizado todos os anos no mês de março, mas há poucos anos atrás o evento era realizado no mês de agosto (a troca de data se deve a problemas climáticos e outros compromissos de padres da região), visto que em 15 de agosto de 1628 foi fundada a redução de Assunção do Ijuí pelos padres Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João de Castilho, sendo este último incumbido para a catequização dos indígenas das redondezas.

Figura 15- Romaria em Assunção do Ijuí: a) Cartaz da Romaria que acontece em Assunção do Ijuí. b) Celebração católica durante a romaria.



Fonte: Diocese de Santo Ângelo ⁶

Este LIP está vinculado à religiosidade, em virtude deste local ter sido reconhecido pelo colonizador como sendo o local onde o padre João de Castilho

⁶ Disponível em: <http://www.diocesedesantoangelo.org.br/noticia.aspx?id=2895>. Acesso em: 26 abr. 2015.

(um dos três mártires e jesuíta atuante nas missões jesuíticas), com o auxílio do padre Roque Gonzales, construíram uma capela provisória para a evangelização dos indígenas. Provavelmente a capela definitiva seria construída com o auxílio dos indígenas, porém a morte dos padres jesuítas foi anterior à sua instalação definitiva, tendo duração de aproximadamente três meses (HOFFMANN, 2009). Não restaram estruturas físicas desse período, sendo que as instalações que perduram nos dias de hoje foram construídas na época da colonização do município (ANSCHAU, 2014). Com o período posterior às investidas mal sucedidas de catequização dos indígenas pelos padres, Assunção do Ijuí desapareceu. O interesse em reconhecer a história do primeiro período das Missões Jesuíticas se deu pelo colonizador.

Só em 1935, o padre Luís Gonzaga Jaeger, resolveu investigar. Após a leitura de amplíssima bibliografia e munido de farta documentação e mapas, o padre Jaeger deslocou-se para esta região, em janeiro daquele ano. No dia vinte do mesmo mês, um domingo, hospedou-se *em casa de professor Artur Schuh, onde estabelecemos nosso centro de irradiação*, aqui, em Roque Gonzales, como escreveu o próprio. Cerca de quarenta voluntários ajudaram o padre Jaeger, pois queriam achar o *lugar do martírio do santo que era **deles mais do que de ninguém***. No dia 23 de janeiro de 1935, às 16 horas, 4ª feira, surgiu a primeira resposta: o local da morte, do fim do padre João de Castilho. No dia seguinte, 24 de janeiro, concluiu-se pela localização da *moradia do padre, palmo sagrado de terra, em que esse herói iniciou sua derradeira marcha terrenal*(HOFFMANN, 2009, p. 67).

A primeira construção no Assunção do Ijuí foi simbólica, contendo um pequeno altar ao lado da cruz de Lorena, também chamada de cruz Missioneira, para fins de demarcação do local. Posteriormente foi construída a capela ao lado (ver figura 16-b) e em preparação do lugar, foram plantadas árvores e construída uma fonte de água (ANSCHAU, 2014).

O local passou a ser reconhecido como um santuário no ano de 1991 pela Diocese de Santo Ângelo. A origem do nome “Assunção do Ijuí” se deve ao nome da redução fundada pelos padres jesuítas e pela data comemorativa da liturgia católica à Assunção de Nossa Senhora, comemorada em 15 de agosto, data que coincide com a fundação da redução missionária (HOFFMANN, 2009).

A romaria do Assunção do Ijuí é um evento organizado pela Igreja Matriz de Roque Gonzales, contando com a participação de cerca de pouco mais de 1000 pessoas, evento este realizado no dia de domingo durante o dia todo, com

participação de pessoas da comunidade roque-gonzalense e região. Para o evento, além de excursões para o local, muitos romeiros fazem o trajeto até o Assunção do Ijuí a pé, como forma de devoção. No local da romaria, além da missa, é realizada a via sacra, que parte da fonte de água (ver figura 16-d), considerada como uma água santificada, perfazendo o trajeto de subida em uma alameda de árvores (ver figura 16-c pelas 14 estações (estabelecidas pela via sacra) até o altar (ver figura 16-a. Antes da romaria, são distribuídas rifas com premiações diversas, as quais as comunidades do município ficam encarregadas de vender, sendo o sorteio desta rifa realizado no dia da romaria; além disso, no dia da romaria são vendidos almoços e artigos religiosos, cujos lucros são repassados à igreja matriz de Roque Gonzales, com aplicação obrigatória dos lucros da romaria em Assunção do Ijuí.

Figura 16- Assunção do Ijuí: a) Primeira construção no Assunção do Ijuí, durante o período da colonização do município, b) Capela construída posteriormente e que é utilizada na atualidade, c) Alameda de árvores que levam até a fonte de água considerada santificada, d) Fonte de água santificada.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2014.

Do local, pode ser avistado o cerro Inhacurutum, de onde os indígenas, liderados pelo cacique Nheçu, monitoravam a movimentação dos jesuítas em Assunção do Ijuí (figura 17).

Figura 17- Vista para o Cerro Inhacurutum de Assunção do Ijuí (fotografia com zoom).



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2014.

4.1.2 Cruz de João de Castilho - Classificado como Patrimônio Cultural

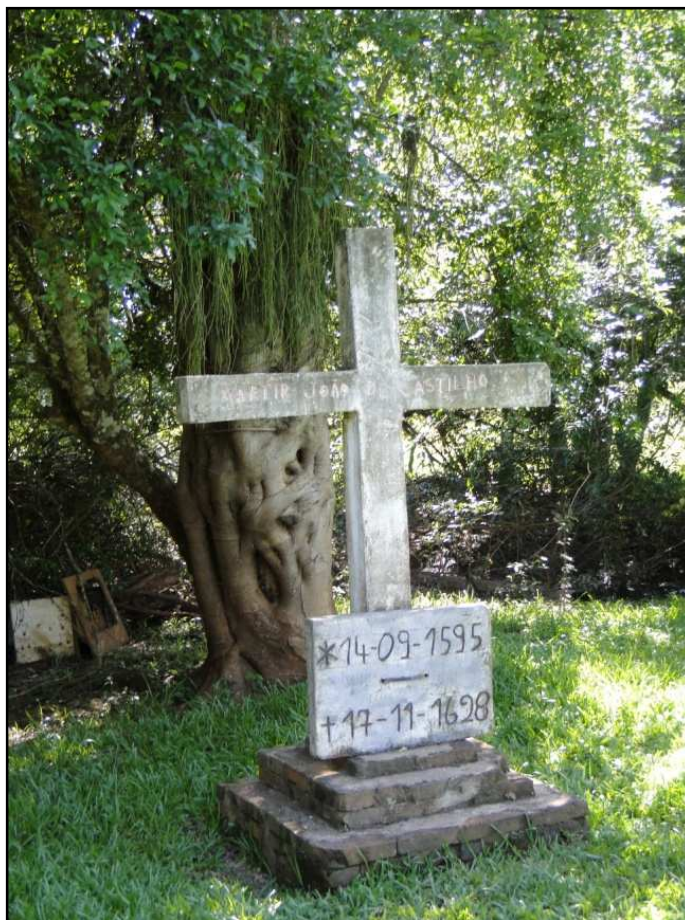
A cruz de João de Castilho (figura 18) está localizada às margens do rio Ijuí e próxima do Santuário do Assunção do Ijuí, na comunidade Colônia Gramado. A cruz representa o local onde teria sido encontrado o corpo do padre jesuíta João de Castilho, que foi morto pelos indígenas, tendo sido arrastado por um cavalo posto em fuga pelos indígenas desde Assunção do Ijuí, percorrendo as margens do rio Ijuí, até o local.

Segundo Hoffmann (2009):

O Pe. João começou a morrer às 15h do dia 17 de novembro de 1628. Os assassinos chegaram, prenderam-no e manietaram-no. Rasgaram-lhe o rosto à faca e o arrastaram, *sem piedade, por paus e pedras, coxilha abaixo, por quebradas, através de um ou dois arroios, até uma distância de cerca de quatro mil metros*, à margem do rio Ijuí (HOFFMANN, 2009, p. 66).

João de Castilho era natural da Espanha, de família nobre e de muita religião, sendo que a opção de prestar serviços religiosos à Companhia de Jesus⁷ foi voluntária. Segundo Hoffmann (2009) São João de Castilho foi canonizado em maio de 1988, em Assunção do Paraguai, junto com os padres Roque Gonzales e Afonso Rodrigues.

Figura 18- Cruz de João de Castilho na localidade de Colônia Gramado



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

A área onde está fixada a cruz, pertence à Igreja Católica, estando sob cuidados de um morador local. Recentemente tem sido acompanhado com maior

⁷ Influenciada pelo Renascimento Cultural, a Companhia de Jesus, foi criada na Europa por Inácio de Loyola na primeira metade do século XVI. A Companhia de Jesus apresentava uma formação rígida, seus membros caracterizavam-se pela retidão de caráter, firmeza de decisões, obediência a códigos, ideais, normas, hierarquias e padrões de comportamento. Loyola foi o líder dos padres jesuítas na América de colonização espanhola, em um processo conhecido como conquista espiritual, caracterizada pela conversão e redução do gentio em um processo de colonização na região do Paraguai e América espanhola no século XVI e XVII (QUADROS, 2012).

atenção pela Igreja Católica, sendo que os padres da região e inclusive do município de Roque Gonzales, fizeram algumas construções e foram plantadas algumas árvores.

O local não tinha acesso que não fosse o da propriedade do morador local; em função disso foi construído um acesso lateral, a fim de facilitar as vias de entrada neste local, como pode ser vista na figura 19. Também foram construídas palafitas e áreas cobertas pelos padres que utilizam o local para retiros espirituais, definindo-o como um local de descanso e reflexão. Foi imediata a conclusão de que são necessárias obras para melhoramento da infraestrutura local pelas condições locais.

Figura 19- Visão geral do local, com a indicação da localização da cruz de João de Castilho pela elipse vermelha.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

4.1.3 Salto Pirapó - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural

O Salto Pirapó representa um cenário vivido pelos indígenas, um elemento cultural importante para a população de Roque Gonzales que o vê como uma

beleza paisagística acima de tudo, como se pode ver na figura 20. O nome Pirapó, de origem indígena, significa peixe que salta, pois os peixes subiam a foz do rio Uruguai (pelo rio Ijuí), chegando até este local, onde incessantemente pulavam, na tentativa de ultrapassar a barreira física (SANTOS, 1989).

Figura 20- Salto Pirapó, localizado no baixo curso do rio Ijuí.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

Griebeler⁸ (2010) diz que a presença de indígenas nesse cenário é comprovada pela descoberta de pontas de flechas encontradas por Aldino Spohr nas proximidades do salto Pirapó, como se pode ver na figura 21. Segundo o autor foram encontrados ainda boleadeiras e machadinha, reunidas por Iraci Luft, após serem encontradas na antiga propriedade de seu pai, Aldino Luft, no Salto Pirapó, a cerca de 1 quilômetro da margem do Rio Ijuí. Além disso, foram encontrados um conjunto de cacos de cerâmica e a área em torno dessa descoberta, formava um solo de coloração diferente (barro preto), num círculo de cerca de 20 m².

⁸ Disponível em: <<http://inhacurutum.blogspot.com.br/2010/08/sitio-arqueologico-em-roque-gonzales.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

Figura 21- Pontas de flecha, de origem indígena guarani, encontradas por Aldino Spohr, expostas na Casa de Cultura



Fonte: Trabalho de campo, em setembro de 2015.

A margem direita do rio Ijuí, pertencente ao município de Roque Gonzales é de propriedade da Usina Hidrelétrica Pirapó, uma pequena central hidrelétrica construída em 1930 com capacidade de produção para 600 Kw. A casa de força (figura 22-a), instalada ao lado do Salto Pirapó, tem as águas direcionadas por um canal artificial e lateral ao curso do rio Ijuí (não utilizando barramento por alague), como se pode ver na figura 22-c, sendo que ainda se encontra em funcionamento.

Logo abaixo do Salto Pirapó, as terras são de propriedade da ELETROSUL (Usina Hidrelétrica Passo São João - com capacidade de produção para 77 megawatt), o que prejudica o acesso ao Salto Pirapó pelo município de Roque Gonzales.

Através de uma visita autorizada, foi possível identificar que o local possui uma exuberância notável, com a presença de várias espécies de aves que utilizam o local para a sua alimentação de peixes que tentam ultrapassar as quedas e, possivelmente, utilizando as ilhas como local de morada temporária (ver figura 22-

d). No local, com o baixo nível de água, foi possível a identificação de marmitas⁹ (ver figura 22-b), ocasionadas pela ação do fluxo das águas nas quedas.

Figura 22- a) Casa de Força ao lado do Salto Pirapó, b) marmitas no Salto Pirapó, c) Canal artificial que leva água para a casa de força, d) Aves tem grande disponibilidade de alimento (peixes) no Salto Pirapó. Na fotografia uma garça no Salto Pirapó.

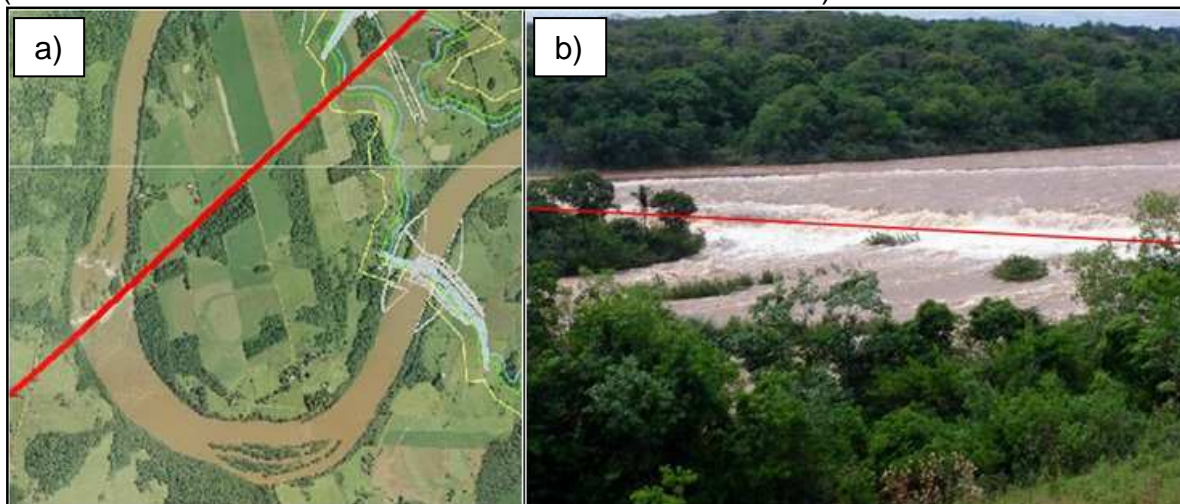


Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

⁹As marmitas “englobam toda depressão mais ou menos circular, escavada pela abrasão giratória de seixos ou blocos, rotacionados pela energia da água corrente” (CHRISTOFOLETTI, 1981, p. 238).

Em relação à formação do salto Pirapó, segundo relatório estrutural da ELETROSUL (2007), o salto Pirapó se formou pela presença de um lineamento tectônico, de pelo menos 40 quilômetros, e que passa pelo leito do rio de forma transversal (figura 23-a e 23-b), formando o salto, sendo que este lineamento seria resultante do desgaste da parede oeste do fraturamento regional pela erosão fluvial.

Figura 23- a) Imagem de satélite do local das obras da usina hidrelétrica Passo São João (em desenho), indicando o lineamento tectônico passando pelo Salto Pirapó na direção NE. Na imagem também pode se ver as ilhas fluviais na curva do rio Ijuí que antecedem o Salto Pirapó. b) A fotografia mostra o lineamento visível (representado pela linha vermelha) no salto Pirapó, visão do município de Dezesseis de Novembro para Roque Gonzales, com vazão de drenagem alta (anterior aos efeitos da usina hidrelétrica Passo São João).



Fonte: Relatório Técnico de Mapeamento Estrutural da ELETROSUL, 2007.

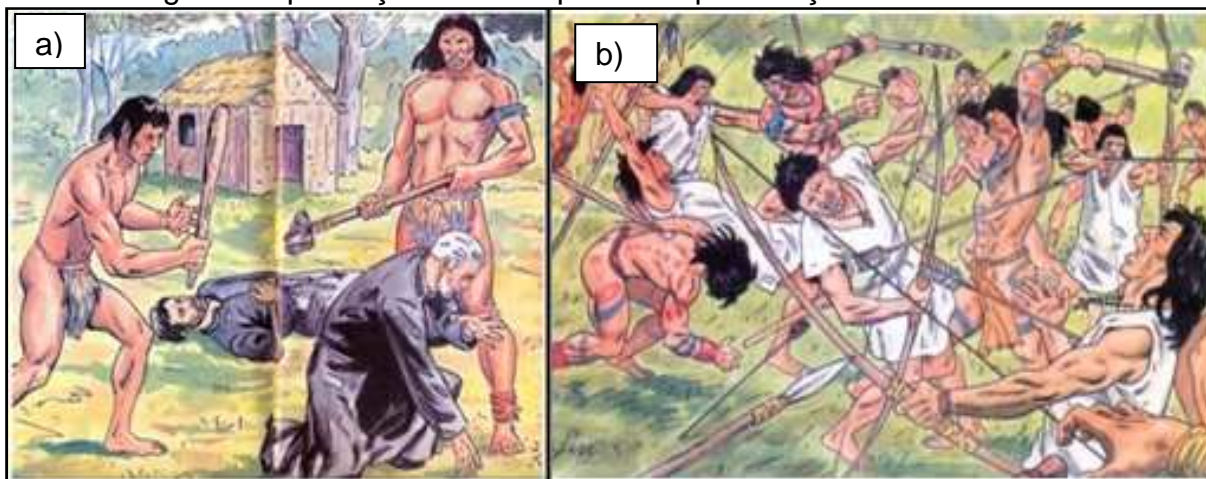
4.1.4 Cerro Inhacurutum - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural

O Cerro Inhacurutum está inserido na área rural do município de Roque Gonzales e possui 150 metros de elevação desde sua base até seu topo, apresentando 296 metros de altitude, estando localizado na porção norte do município, pertencendo a propriedades privadas de moradores locais. Este local é considerado um elemento de importância natural e cultural. Do ponto de vista geomorfológico, o Cerro Inhacurutum é classificado como um morro testemunho, que foi erodido por processos erosivos da bacia do rio Ijuí há milhares de anos,

apresentando-se bastante recuado da escarpa do Planalto. O Cerro Inhacurutum é considerado o ponto mais alto da região segundo populares, por ter sido um dos cenários da história local que remete a vivência do indígena na região que o utilizava como miradouro, embora os dados de altimetria, da figura 14 comprovem não ser o ponto mais alto, mas um dos mais altos do município.

O significado do nome Inhacurutum, se refere à utilização do cerro como miradouro pelo cacique Nheçu que vivia nessas terras no século XVII, sendo sua denominação de origem indígena (VENTURINI, 2004). Nheçu acompanhava a presença e atuação dos padres jesuítas na região a partir do topo do Cerro Inhacurutum, organizando a resistência contra a interferência dos padres jesuítas em seu modo de viver, que acabou gerando a morte dos três padres jesuítas que atuaram na região (ver figura 24-a e 24-b).

Figura 24- a) Ilustração dos indígenas com padre Roque Gonzales e padre Afonso Rodrigues, em Caaró-RS, onde e quando foram mortos ambos os padres. b) Ilustração que retrata os indígenas catequizados pelos jesuítas com vestimentas brancas e os indígenas que não toleravam as ações dos jesuítas, ocasionando confrontos gerados pela ação liderada pelo cacique Nheçu.



Fonte: RISTOW, R.¹⁰

Griebeler¹¹ (2010) diz que Nheçu entrou para a história já nos primeiros relatos das experiências jesuíticas no processo da conquista espiritual pelo padre

¹⁰ Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/santoangelo/2011/08/31/santuario-do-caaro-o-coracao-das-missoes/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

¹¹ Disponível em: <<http://inhacurutum.blogspot.com.br/2010/08/nhecu-existiu-realmente.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

Antônio de Montoya, confirmado pelas cartas Ânuas¹². Segundo o autor ainda (*op. cit.*), Montoya relatava a importância de Nheçu como chefe tribal, dizendo que nos arredores do Cerro Inhacurutum morava o maior cacique que “aqueles países” conheceram, todos respeitavam suas artimanhas e magias; seu nome significava “reverência” em linguagem indígena.

Atualmente existe a Associação Cultural Nheçuanos (ver figura 25-b) que procura “afirmar a determinação em ampliar o debate pela revisão histórica de fatos que marcaram a ocupação da atual região noroeste do RS pelos jesuítas espanhóis na 1ª Fase das Missões” (MARQUES, 2011). Para isso, a associação tem promovido o evento denominado Manifesto, Canto e Poesia Nheçuanos (ver figura 25-a, que apresenta o cartaz do evento), trazendo discussões históricas, bem como a promoção da cultura através de canto e poesias.

Figura 25- a) Evento promovido pela Associação Cultural Nheçuanos em 2010. b) Associação Cultural Nheçuanos, com cavalariianos em preparação para visitaçãõ ao cerro Inhacurutum, durante o 2º Manifesto, Canto e Poesia Nheçuanos.



Fonte: Arquivo pessoal de Giani Schmidt da Silva.

Atrelado à sua utilização pelos indígenas no período das Missões Jesuíticas como miradouro, este passou a receber visitas frequentes por meio de uma trilha ao topo do cerro Inhacurutum, traçada na figura 26.

¹² “Relatório anual das atividades realizadas por cada sacerdote jesuíta e remetida para sua congregação, a Companhia de Jesus” (GRIEBELER, 2010). Disponível em: <<http://inhacurutum.blogspot.com.br/2010/08/nhecu-existiu-realmente.html>>. Acesso em 13 set. 2015.

Figura 26- Representação da Trilha do Cerro Inhacurutum. Imagem em perspectiva oblíqua



Fonte: Imagem do Google Earth e dados de trabalho de campo, fevereiro de 2015.

Há cerca de 15 anos atrás, foi construída pelos moradores uma cerca de arame liso em alguns pontos do cerro, com o objetivo de auxiliar a subida ao cerro até o mirante. Transcorridos poucos anos após a construção dessa cerca, foi construído um mirante no topo do cerro, possibilitando aos visitantes desfrutar de uma vista panorâmica nos arredores do cerro. O mirante, conforme figura 27-b, foi construído pela comunidade local, de forma bastante modesta, para fins de permitir a contemplação da paisagem, uma vez que as árvores impediam a visão de cima do cerro; porém, tanto o mirante como a cerca de apoio necessitam de manutenção.

Na trilha, são ainda encontradas sinalizações com bandeirinhas, que indicavam o trajeto a ser percorrido; também haviam sido feitos cotovelos e degraus (ver figura 27-a) para auxiliar a subida no cerro. A trilha foi estabelecida na lateral do cerro menos íngreme, totalizando 1104,8 metros de percurso de ida e volta, com capacidade para 30 visitantes por dia, conforme cálculo de capacidade de carga especificado no capítulo três.

Figura 27- a) Trilha do Cerro Inhacurutum, mostrando os degraus com madeira e a cerca de arame liso para auxiliar a subida. b) Mirante do Cerro Inhacurutum.



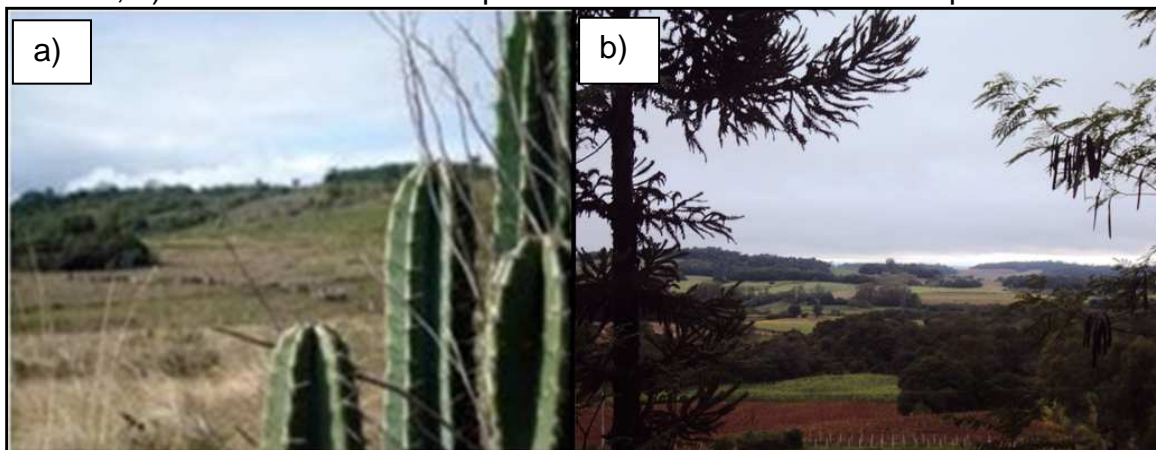
Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

4.1.5 Cotovelo do rio Ijuí - Classificado como Patrimônio Natural

O nome do rio Ijuí tem origem na língua indígena e não se sabe ao certo o significado atribuído ao rio; tal incerteza pode ser averiguada na análise do topônimo de origem guarani, onde “iju”=espuma + “i”= rio, formando uma primeira definição que seria rio da espuma; ou “juí”= rã + “i”= rio, arroio, sugerindo uma segunda hipótese de o significado ser rio das rãs (CHERINI, 2007).

Segundo Ribeiro e Kroeff (2009) o rio Ijuí possui uma importância sócio-ambiental, por ter sido um vetor de ocupação durante o período de colonização na região. Os autores ainda destacam a representação do rio como fronteira natural de paisagens, se referindo ao rio como divisor de dois biomas, o pampa (ver figura 28-a) e a mata atlântica (ver figura 28-b).

Figura 28- a) Bioma Pampa presente na coxilha do Tabuleiro no município de Rolador, b) Bioma Mata Atlântica presente nas Cordilheiras da Esquina Emanuel



Fonte: Ribeiro; Kroeff (2009) (Figura 28-a); Trabalho de Campo em abril de 2015 (Figura 28-b)

O rio Ijuí foi reconhecido pelas suas características alúvio-fluviais, se mostrando com potencial educacional no estudo da geomorfologia. O local escolhido como LIP proporciona uma bela vista, com uma visão panorâmica de uma curvado rio Ijuí, como mostra a figura 29, lembrando um cotovelo.

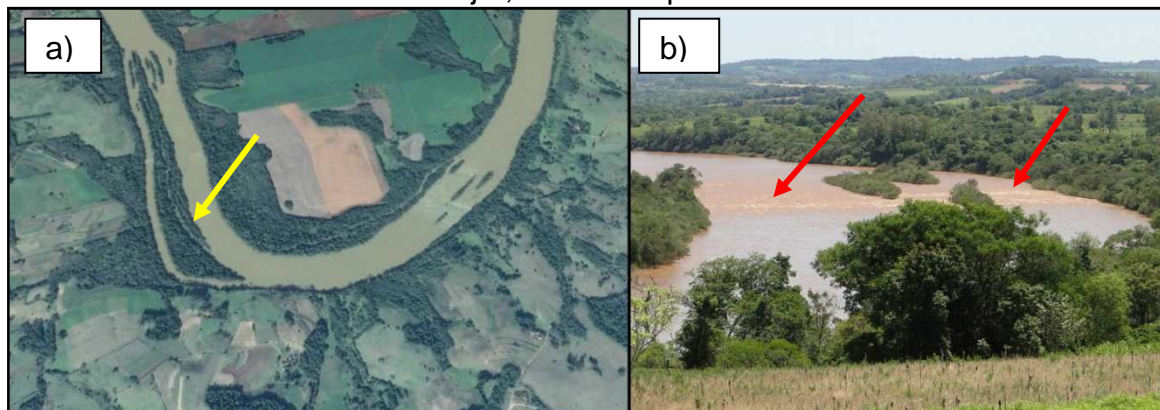
Figura 29- Visão proporcionada a partir da localização prevista para o mirante.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

A figura 29 retrata o resultado temporal da dinâmica fluvial do rio Ijuí, com a combinação de processos erosivos/deposicional, com a formação de ilhas ao longo do canal do rio Ijuí, de origem alúvio-fluviais, conforme figura 30-a. Estando a formação das corredeiras atribuída aos processos erosivos no leito do rio e a resistência das rochas; as águas batem nas rochas salientes e formam as corredeiras como se pode ver na figura 30-b.

Figura 30-a) ilhas do lado esquerdo do rio Ijuí, indicadas pela flecha amarela. b) corredeiras do lado direito do rio Ijuí, indicadas pela flecha vermelha



Fonte: Google Earth (figura 30-a). Trabalho de campo, novembro de 2014 (figura 30-b).

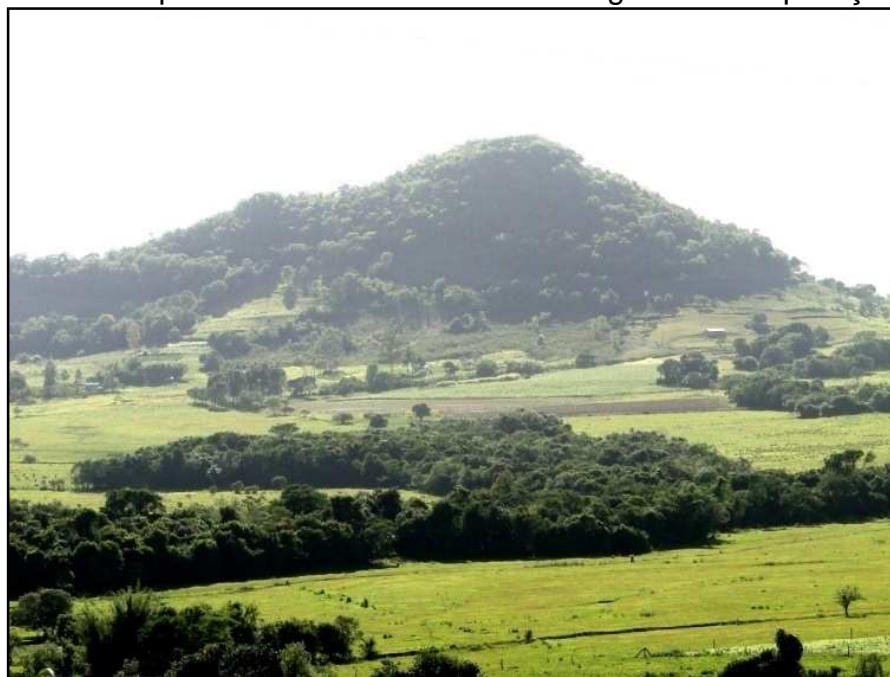
Uma atividade que se dá em prol do rio Ijuí e que envolve a comunidade roque-gonzalense é o Passeio Ecológico e Cultural a Barco no Rio Ijuí, com visitas a pontos turísticos próximos ao rio, mini-palestras e plantio de mudas, além do recolhimento de lixo ao longo do trajeto percorrido no rio. Esse trajeto se dá desde a sede municipal até a foz do rio Ijuí, percorrendo quase toda a extensão do município de Roque Gonzales, com a participação da comunidade em geral, poder público e pescadores, uma atitude conservacionista.

4.1.6 Miradouro para o Cerro Inhacurutum - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural

Este LIP, conforme figura 31, foi idealizado com foco para a visualização do cerro Inhacurutum, pois dele tem-se uma visão panorâmica da paisagem ao entorno. Esse mirante está localizado, de acordo com análise do mapa hipsométrico (figura 14), em um local do terreno um pouco mais elevado, entre 197 e 222 metros, na estrada que leva até o Cerro Inhacurutum e que acaba favorecendo a observação. Os arredores do cerro são caracterizados por campo nativos, florestas nas áreas de altitudes mais elevadas e, próximo aos arroios, o estabelecimento de mata ciliar.

Vê-se também a estrutura fundiária, com pequenas propriedades dedicadas à agropecuária. As pequenas propriedades, que cultivam em áreas agrícolas e praticam a criação de gado. Inclusive algumas áreas são cultivadas na base do cerro, onde também há a residência de famílias e a criação de gado.

Figura 31-Miradouro para o Cerro Inhacurutum. Fotografia com aplicação de zoom.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

4.1.7 Cordilheiras da Esquina Emanuel- Classificado como Patrimônio Natural

O município de Roque Gonzales é composto por altitudes homogeneamente baixas, sendo que altitudes acima de 240 metros são pouco freqüentes, estando localizadas na porção norte e, principalmente, nordeste do município. No contexto regional, caracterizado por pequenas propriedades, há uma forte pressão sobre os remanescentes florestais, na busca de maior produtividade agropecuária.

O Planalto Dissecado do Rio Uruguai caracteriza-se pela incorporação de vastas áreas para atividades agropecuárias e agroindustriais, com destaque para o cultivo e processamento de culturas como soja, milho e trigo, influenciados pelo desenvolvimento da agricultura intensiva de lavouras mecanizadas de soja, a partir da década de 1970 (CPRM, 2010, p. 46).

Segundo Ribeiro e Kroeff (2009) a ocupação colonial dos municípios dessa região não resguardou remanescentes florestais em topos de morro, previstos no Código Florestal brasileiro. Sendo que estes são amplamente frequentados pelos habitantes que buscam a contemplação da paisagem, locais responsáveis por importantes funções na conservação da diversidade da fauna e flora locais e ainda, importantes na proteção das nascentes.

O local tem sido chamado pela população como Cordilheiras da Esquina Emanuel, fazendo referência a forma de relevo e a comunidade situada nas áreas de maiores altitudes, locais estes que proporcionam uma visão bastante extensa, principalmente para oeste e sul do município, como se pode averiguar na figura 32.

Figura 32- Cordilheiras da Esquina Emanuel, região de floresta Atlântica com Araucárias



Fonte: Trabalho de campo, abril de 2015.

4. 1. 8A Casa de Memória – Classificado como Patrimônio Cultural

O município de Roque Gonzales possui forte influência alemã, sendo que as imigrantes vieram de várias regiões da Alemanha, inclusive da Pomerânia (nordeste da Alemanha). Na porção leste do município de Roque Gonzales essas evidências se tornam mais nítidas, visto que nessa região a concentração de

descendentes de alemães é maior e a religião predominante nesta região que compreende o distrito de Dona Otília, é a luterana.

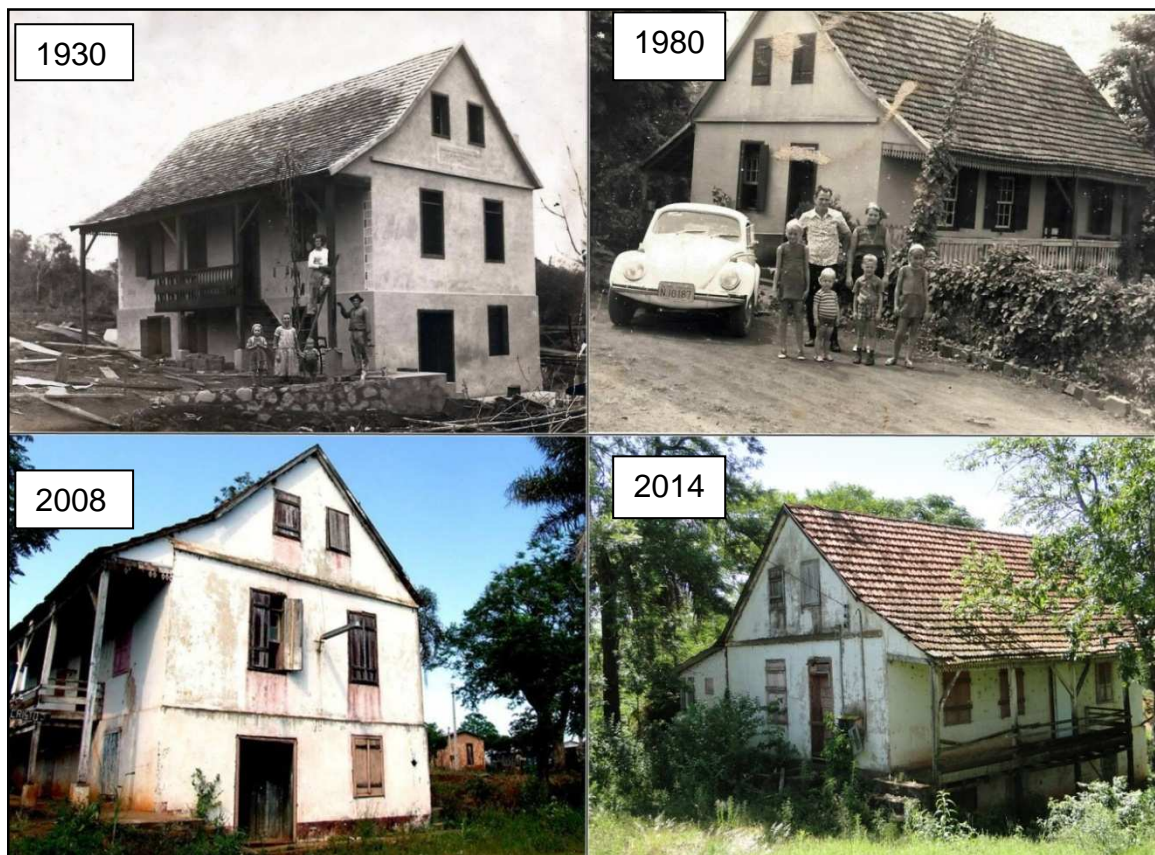
A arquitetura alemã introduziu traços distintos na paisagem do município, como pode-se ver nas poucas casas de origem alemã que ainda perduram. Dentre elas está a chamada Casa de Memória, localizado próximo à sede do município, ao lado do lago artificial da Usina Hidrelétrica Passo São João. A arquitetura das casas construídas por alemães no município seguem o tipo de arquitetura baseada em enxaimel (sistema de construção que utiliza madeiras entre tijolos). As primeiras construções que utilizavam as técnicas enfrentavam um problema de durabilidade, pois a madeira era cravada diretamente no solo, o que ocasionava o apodrecimento desta em um curto período de tempo. Erguendo essas madeiras de forma a evitar o apodrecimento se perdia em estabilidade da estrutura, então optou-se por inserir madeiras verticais para garantir a estabilidade da estrutura (WEIMER, 2005, *apud* BOSENBECKER, 2011).

A história da Casa de Memória está vinculada a família Grings, tendo como patriarcado Germano e Mônica Grings, nascidos em Nova Petrópolis em 1881 e em 1896, respectivamente. Casaram em Nova Petrópolis residindo lá por algum tempo; mais tarde residiram em Porto União em Santa Catarina, posteriormente em Cerro Largo, chegando em 1930 a Roque Gonzales, onde permaneceram até a morte. Germano faleceu em 1961 e Mônica em 1971, tiveram oito filhos, destes três serviram à Igreja Católica, sendo dois freis e uma irmã (SANTOS, 1989).

A Casa da Memória se refere a um projeto da ELETROSUL em restaurar uma edificação histórica de origem alemã da década de 30, localizada às margens do lago da usina hidrelétrica Passo São João, e a transformar em um local público, onde será organizado um acervo obtido com a implantação de programas desenvolvidos pela referida usina. Anterior a instalação da usina hidrelétrica Passo São João a casa era uma moradia ativa, que após a instalação da referida usina os proprietários foram indenizados e com as transformações no leito do rio Ijuí, a casa ficou a beira do lago artificial da usina hidrelétrica.

A figura 33 mostra o imóvel desde 1930, momento de sua construção, em 1980 quando ainda era habitado pela família Grings, posteriormente em 2008 quando já não era mais habitada pela família Grings, mas por outra família que foi retirada do local com a implantação da usina hidrelétrica e no ano de 2014 quando já estava desabitada.

Figura 33- Condições físicas da Casa da Memória em diferentes períodos: 1930-2014



Fonte: Arquivo Pessoal de Rene Leal (fotografias de 1930, 1980 e 2008). Trabalho de Campo, novembro de 2014 (fotografia de 2014).

4.1.9 Balneário Municipal da Prainha - Classificado como Patrimônio Natural e Cultural

A instalação da usina hidrelétrica Passo São João oportunizou a criação de um novo espaço, que já é indicado como uma beleza natural, pela bela vista que proporciona (ANSCHAU, 2014). Este local sediará o balneário municipal, projeto este que se encontra em fase de execução, sendo que esta iniciativa visa contemplar outros espaços de lazer que deixaram de existir em virtude da implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, onde foram fechados dois balneários. A prainha (ver figura 34) atualmente é utilizada para lazer de forma improvisada, visto que suas instalações não contemplam a infraestrutura necessária para sua utilização. Apesar disso, algumas pessoas utilizam o

espaço para pesca esportiva, banhos e contemplação da paisagem tendo em vista o belo pôr-do-sol que se forma às margens do lago artificial.

Figura 34- Prainha, situada às margens do lago artificial gerado pela instalação da UH Passo São João, no rio Ijuí, próximo a sede municipal



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2014.

5 DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM ROQUE GONZALES-RS

5.1 DA INFRAESTRUTURA

As atividades turísticas requerem uma série de elementos que reportem à infraestrutura para o desenvolvimento bem sucedido dessa atividade. O diagnóstico da disponibilidade de infraestrutura é uma etapa que deve ser avaliada, considerando elementos essenciais no atendimento às necessidades do visitante.

A infraestrutura necessária ao desenvolvimento turístico foi classificada em básica e turística, sendo que a básica corresponde à facilidade no acesso, serviços de alimentação, hospedagem, transporte e serviços bancários, além da infraestrutura nos LIP (banheiros, estacionamento, bebedouros, lixeiras). Em relação à infraestrutura turística, ela está vinculada à atividade turística e ao suporte necessário ao visitante nesse momento.

Para isso, foram analisados os serviços turísticos, como agências de viagens e turismo, centro de informações turísticas, artigos de lembrança e outros atrativos culturais como eventos tradicionais, museus, feiras.

No que se refere à infraestrutura básica existente no município, pode-se considerar dois acessos principais ao município, ambos são rodovias: sendo um a BR 392, em ótimo estado de conservação, e a RS 158, que está passando por um processo de recuperação bastante lento, devido ao seu mau estado de conservação.

Em relação à hospedagem, foram identificadas três pousadas (Pousada Vista Linda, Pousada do Elizeu, Balneário do Juca), totalizando cento e vinte vagas em quartos grandes e pequenos. Duas das pousadas possuem área de *camping*, uma com dois hectares para esse tipo de hospedagem e outra com espaço para quatro barracas.

Para deslocamento dos visitantes, foram localizados quatro serviços de taxi (automóveis) e quatro empresas de locação de transporte coletivo, tendo disponível ônibus e micro-ônibus (Reitur, Delmartur, Miquintur e Cardoso). Com relação a serviços bancários, o município possui quatro agências bancárias com

autoatendimento: Sicredi, Cressol, Banco do Brasil (com atendimento internacional) e Banrisul.

Para alimentação dos visitantes foram contabilizados quatro estabelecimentos, entre lancherias e restaurantes, estando todos localizados na sede do município (quadro 5).

Quadro 5- Relação de estabelecimentos para alimentação na sede municipal de Roque Gonzales-RS

Restaurante/Lancheria
1. Restaurante Avenida
2. Restaurante Carmen's
3. Lancheria e Pizzaria Dani
4. Novo Sabor Restaurante

Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2015.

No que diz respeito à infraestrutura dos locais com valor patrimonial natural e cultural, encontrou-se pouca infraestrutura ou nenhuma infraestrutura. Foram constatados apenas banheiros, estacionamento e bebedouros na Prainha (em construção), Assunção do Ijuí, Cruz de João de Castilho e Casa de Memória (em processo de restauro).

Em relação aos outros LIP não foram contabilizados elementos de infraestrutura, com exceção do Cerro Inhacurutum, único local onde ocorre visitação e não há infraestrutura adequada (banheiros, estacionamento, bebedouros ou lixeiras).

Alguns LIP ainda não possuem visitação, como é o caso das Cordilheiras da Esquina Emanuel, Cotovelo do rio Ijuí, Salto Pirapó e o Miradouro do Cerro Inhacurutum.

A análise da infraestrutura turística constatou a inexistência de agências de viagens e turismo que ofereçam turismo no município. Há que se destacar que o município possui um centro de informações turísticas, mas que esse deve se adequar para atender aos visitantes, visto que no local são apenas vendidas lembranças de Roque Gonzales.

Em relação às lembranças, estão disponíveis aos turistas apenas quatro tipos de lembranças(figura 35), como: capa de térmica (a), quadro de mesa (b),

porta canetas (c) e porta chave (d). A venda dessas lembranças é realizada pela Associação Artevida, atendimento a cargo das próprias artesãs, que se revezam e realizam os serviços básicos necessários à manutenção do local.

A sugestão é que sejam elaborados um maior número de lembranças para o visitante, pois entre os LIP apenas um deles foi ilustrado nas lembranças, tendo sido este Assunção do Ijuí.

Analisando o *design* das lembranças o mais apropriado e encontrado na capa de térmica, que trás o dístico do município “Terra e Sangue das Missões”. O ideal é que cada LIP tivesse ao menos uma lembrança fazendo referência a ele.

Figura 35 - Modelos de lembranças de Roque Gonzales disponíveis no centro de informações turísticas (praça municipal): a) Capa de Térmica com o dístico de Roque Gonzales “Terra e Sangue das Missões”, b) Quadro de mesa com atrativos de Roque Gonzales, c) Porta canetas com atrativos do município, d) Porta chaves com atrativos do município.



Fonte: Trabalho de Campo.

5.2 DOS EVENTOS

Além das visitas aos LIP é interessante que o visitante tenha outras atividades opcionais durante os intervalos, caso haja interesse. Neste sentido, foram identificadas opções previstas no calendário oficial do município, além de um museu.

Em contato com a imprensa do município foi verificada a existência de um calendário oficial do município, conforme quadro 6.

Quadro 6- Calendário Oficial do município de Roque Gonzales.

MÊS	EVENTO
MARÇO	Romaria Da Assunção Do Ijuí Encontro Da Família Rural
ABRIL	Rodeio Piquete Tio Aparício
MAIO	Aniversário Do Município Dia Da Cidadania Da Praça Café De Cambona
JULHO	Tradicional Festa Do Colono E Motorista – CTG Sentinelas Da Cascata
SETEMBRO	Comemorações Da Semana Farroupilha Festival Da Poesia E Música Gaúcha Das Escolas
NOVEMBRO	Piquenique Paroquial Das Comunidades Em Assunção Do Ijuí
DEZEMBRO	Baile Do Chopp – Rincão Vermelho

Fonte: Assessoria de Imprensa do município de Roque Gonzales.

Além dos eventos previstos no calendário no decorrer do ano estão previstas festas comunitárias no interior do município, porém estas festas não possuem uma data fixa. É importante que seja incluído no calendário oficial do município o Encontro dos Nheçuanos que ocorre todos os anos no mês de dezembro.

5.3 DOS ATRATIVOS

Na modalidade de museus é indicada a visita à Casa da Cultura Nelson Hoffmann, onde estão expostos artigos de origem indígena, como se pode ver na figura 36, encontrados no município de Roque Gonzales, além de objetos antigos e bibliografias do município e da região das Missões na biblioteca municipal que funciona no mesmo prédio.

Figura 36- Artefatos indígenas expostos na Casa de Cultura Nelson Hoffmann.



Fonte: Trabalho de Campo.

Na Casa de Cultura são encontrados além de artefatos indígenas, objetos antigos referentes ao período da colonização do município. Destaca-se a inexistência de um levantamento dos objetos existentes no local, sugerindo uma maior atenção a fim de valorizar esse espaço.

6 PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS

A interpretação do patrimônio natural e cultural cumpre uma dupla função no que se refere à intencionalidade de valorização do patrimônio. Ao mesmo tempo em que ela valoriza a experiência do visitante, proporcionando uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado, ela também valoriza o próprio patrimônio natural e cultural, incorporando-o como uma atração turística (MURTA; GOODEY, 2002).

As estratégias interpretativas para a divulgação do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales foram pensadas com a finalidade de facilitar a implantação efetiva do turismo a partir das características locais. Foram consideradas alternativas no acesso aos lugares a serem visitados, como é o caso do Salto Pirapó, a falta de pessoal capacitado para visitas guiadas, além de instrumentos interpretativos de implantação viável no que tange a questões financeiras e ambientais. Os instrumentos interpretativos que vão ser utilizados para esta interpretação ambiental, de acordo com Moreira (2014), são classificados como meios não personalizados:

Os meios não personalizados são aqueles que não utilizam diretamente pessoas (ou intérpretes), apenas objetos ou aparatos. Os principais são:

- Sinalização e placas indicativas;
- Painéis interpretativos;
- Publicações (informações impressas, livros, folhetos, guias e mapas);
- Trilhas autoguiadas;
- Audivisuais;
- Exposição, entre outros (MOREIRA, 2014, p. 81-82).

Em relação a esses instrumentos interpretativos que vão ser utilizados existem algumas vantagens de utilizar meios não personalizados, como o fato de serem autoexplicativos, de sempre estarem disponíveis, de garantirem a transmissão da mensagem planejada e de poderem atender a um grande número de visitantes (MOREIRA, 2014, p. 92).

Dentre as questões particulares a serem consideradas para a interpretação ambiental é importante ressaltar que Roque Gonzales, com o dístico “Terra e

Sangue das Missões” de autoria de Nelson Hoffmann é reconhecida pelo passado Missioneiro referente à primeira fase das Missões Jesuíticas. Mas o município também é considerado nheçuanos, pela referência ao legado da luta de liberdade liderada por Nheçu, um cacique indígena que vivia nos arredores do cerro Inhacurutum.

Tendo conhecimento dessa configuração, os recursos interpretativos foram elaborados com o cuidado de evitar uma dicotomia entre os que se identificam como nheçuanos, lembrando a resistência indígena à dominação do colonizador e os que se identificam com o catolicismo. O catolicismo tem forte influência em Roque Gonzales, pela identificação com os padres jesuítas e pela influência alemã do colonizador, sendo que a origem do nome do município “se deve a atuação do padre Roque Gonzales de Santa Cruz nas terras do município, referenciando São Pedro Canísio” (ANSCHAU, 2014, p. 31), um sacerdote jesuíta.

6.1 MIRADOURO PARA O CERRO INHACURUTUM

No acesso ao Cerro Inhacurutum, à margem direita da estrada não pavimentada, conforme localização da figura 14 encontra-se um lugar privilegiado para a observação do Cerro Inhacurutum. Neste local tem-se a indicação da colocação de um mirante (figura 37), devendo este ser de madeira e sua proteção superior com capim que é tradicionalmente usada para cobertura, como por exemplo, o capim Santa Fé (*Panicum prionitis* Nees).

Figura 37- Modelo de mirante para o Miradouro do Cerro Inhacurutum



Este modelo de mirante foi projetado no LIP, conforme figura 38, de onde se tem uma visão privilegiada do Cerro Inhacurutum. Este LIP fica às margens da estrada que dá acesso ao Cerro Inhacurutum.

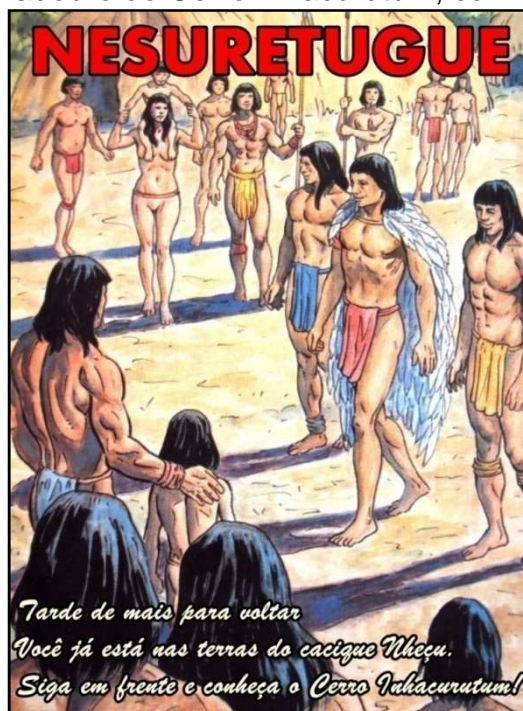
Figura 38- Projeção no ambiente do mirante no Miradouro para o Cerro do Inhacurutum. A flecha vermelha indica a localização do Cerro Inhacurutum



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Para este local, como instrumento interpretativo foi indicado um painel, representado na figura 39, com o cacique Nheçu e sua tribo, com o título “Nesuretugue”.

Figura 39- Painel do Miradouro do Cerro Inhacurutum, com seu respectivo *layout*



Adaptado de: LESSA, B. 1999.

“Nesuretugue” é a junção de “Ñezu”+“retã”+“güé”, que quer dizer “Ñezu” = Nheçu + “retã”= terra ou região + “güé” = que foi, ou seja, “Terra que foi de Nheçu” (HOFFMANN, 2009). No painel foi representada a tribo indígena pertencente a Nheçu por Lessa (1999), com a mensagem descrita no painel “tarde demais para voltar, você já está nas terras do cacique Nheçu; siga em frente e conheça o Cerro Inhacurutum!”.

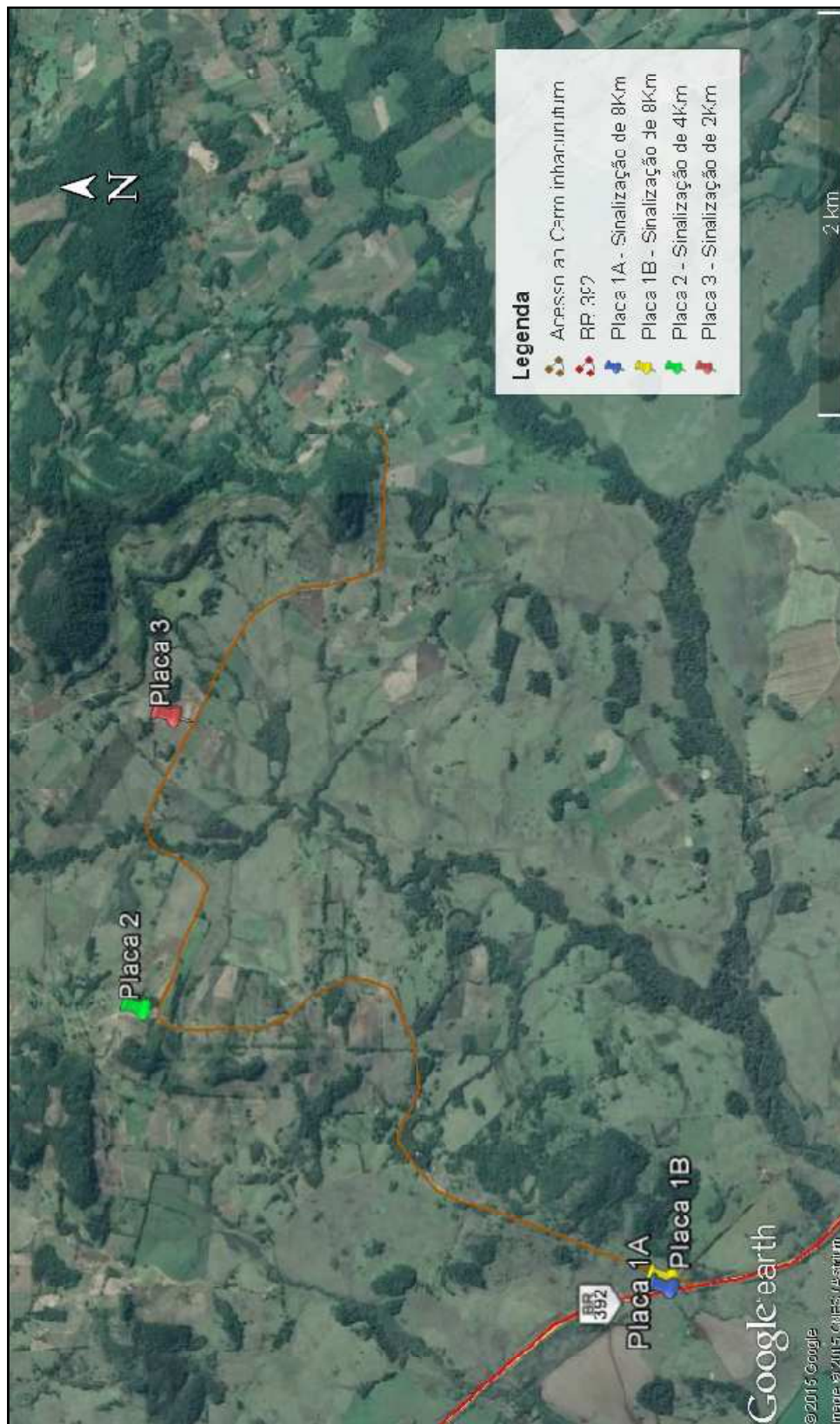
A intenção deste painel é a de incentivar a visita ao cerro Inhacurutum, sendo que este deve ser posto próximo as escadas do mirante, para que o visitante tenha contato com o painel antes de subir no mirante.

6. 2 TRILHA CERRO INHACURUTUM

O Cerro Inhacurutum integra o patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales, sendo um dos poucos lugares onde se tem visitação ativa que ocorre de forma independente, por intermédio da trilha que é realizada no local. É importante ressaltar que a trilha realizada no Cerro Inhacurutum pode gerar impactos ambientais negativos. Segundo Machado (2005) esses impactos podem trazer consequências para a saúde, a segurança, bem estar da população, a biota, condições estéticas e qualidade dos recursos naturais. A fim de evitar esses impactos, foi realizado o estudo de capacidade de carga para trilha, conforme quadro 4, apontando que a trilha comporta até 6 grupos diários de até cinco pessoas.

O acesso ao Cerro Inhacurutum se dá pela BR 392 e posteriormente por uma estrada de não pavimentada em uma distância de oito quilômetros até a chegada à trilha do Cerro Inhacurutum. Goodey (2002, p. 109) destaca que “a primeira questão essencial é que o visitante consiga chegar até o local e que isto pode ser feito seguindo-se uma sequência de sinalização e de instruções que partam das estradas principais ou dos terminais de transporte até o local da visita”. A partir disso, são necessárias quatro placas informativas para a referida trilha, como se pode ver na figura 40.

Figura 40- Localização das placas informativas para a trilha do Cerro Inhacurutum, com a identificação do trajeto até o Cerro Inhacurutum

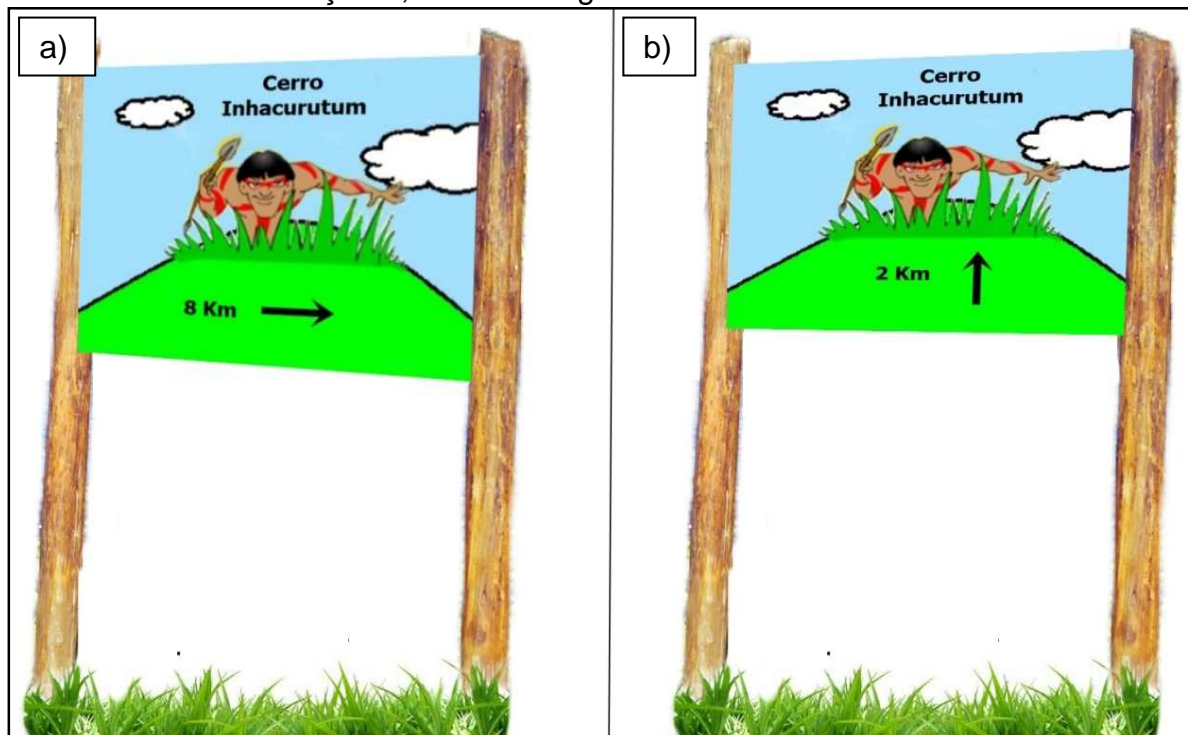


Fonte: Google Earth
Org.: ANSCHAU, M. R., 2015.

A escolha pelo número de placas foi estimada de acordo com a necessidade advinda das bifurcações da estrada e sentido do trajeto, com a indicação da distância restante, como mostra a figura 41-a e 41-b. O estabelecimento das duas placas na BR 392 se deu pela necessidade de informar nos dois sentidos da estrada.

O *layout* produzido para as placas informativas do Cerro Inhacurutum evidenciou o cacique Nheçu em cima do cerro, já que ele utilizava o cerro como um mirador. O material a ser utilizado para a confecção das placas informativas é a madeira, material este que pode ser tratado com produtos próprios para uma maior conservação.

Figura 41- Representação gráfica com o *layout* das placas informativas para a trilha do Cerro Inhacurutum: a) *Layout* da placa informativa de localização 1A, conforme figura 40, sentido da BR 392 Roque Gonzales-Porto Xavier. b) *Layout* da placa informativa de localização 3, conforme figura 40.

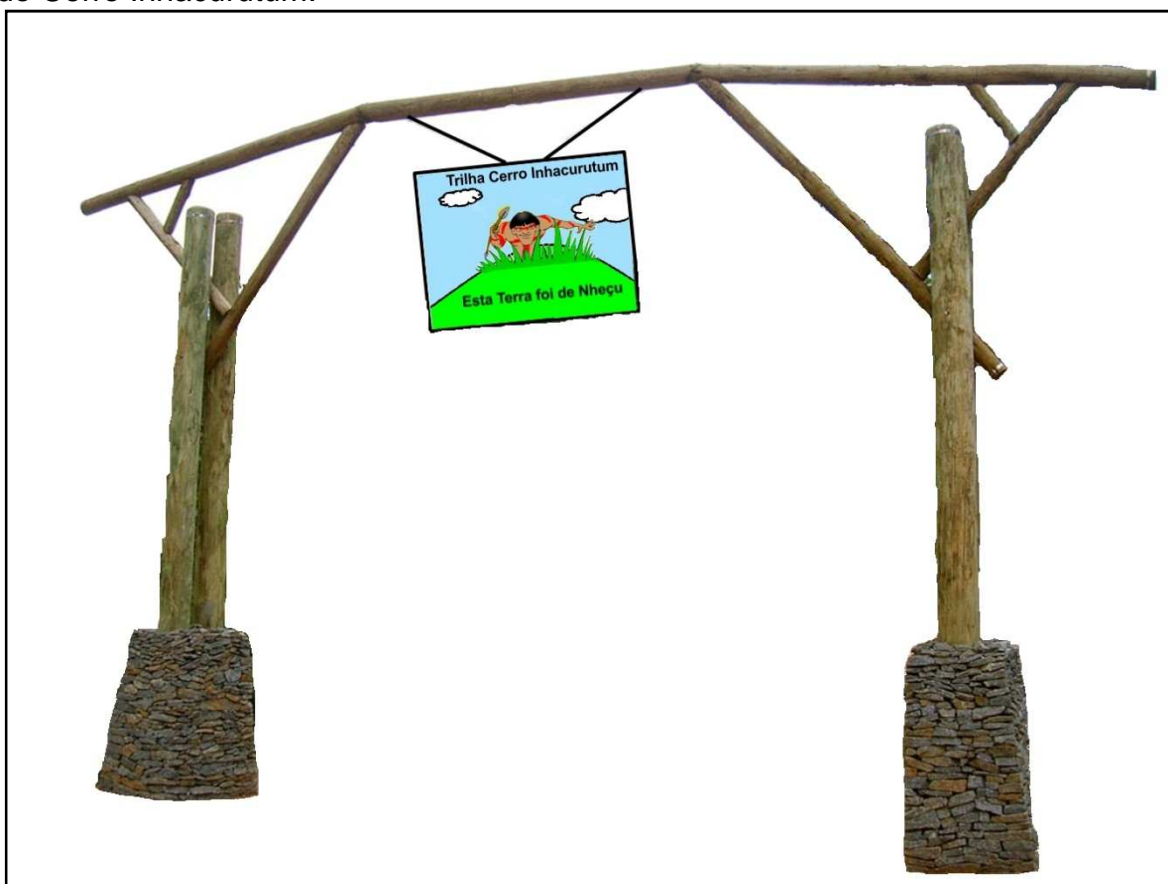


Adaptado de: <http://www.piuma.es.gov.br/Materia_especifica/27291/Prefeitura-inicia-projeto-de-sinalizacao-na-cidade>. Acesso em: 24 set. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Na chegada da trilha optou-se por um portal que deve ser feito de madeira, como se pode ver na figura 42, para que este esteja integrado à paisagem de forma visualmente harmônica. Para este portal foi elaborado o *layout* de uma placa

que indica o início da trilha e apresenta a temática central da trilha, com sua representatividade no contexto natural por se tratar de um cerro e no contexto cultural com cacique Nheçu.

Figura 42- Portal da trilha do cerro Inhacurutum, com o referido *layout* para a trilha do Cerro Inhacurutum.



Adaptado de: <http://camposturismo.com.br/imprensa/748_livro-sobre-parque-do-desengano-para-criancas-sera-lancado>. Acesso em: 15 ago. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Devido ao acesso do Cerro Inhacurutum ser por uma propriedade rural, indica-se que seja feito um pontilhão de traves, dispostas paralelamente e espaçadas, que visa impedir a passagem de animais, mais conhecido como “mata-burro”. Essa infraestrutura de passagem facilita o acesso dos visitantes e evita possíveis problemas com a porteira de acesso (dificuldades em abrir ou fechar, e possíveis esquecimentos do fechamento da porteira de acesso), impedindo que o gado saia do local.

Iniciada a trilha há a indicação de um painel interpretativo do Cerro Inhacurutum como patrimônio natural, conforme figura 43, no qual estão postas informações referentes à sua formação do ponto de vista geomorfológico. Nesse painel interpretativo foi utilizado como título “Você é testemunho?” para que o visitante tivesse a impressão de que ele deveria tomar um posicionamento sobre algo que ele ainda não sabe e pode ter o conhecimento através do painel interpretativo. Em relação ao conteúdo deste painel, ele se refere ao processo de formação do Cerro Inhacurutum.

Salienta-se que o material a ser utilizado no painel interpretativo deve ser de madeira e posto de forma inclinada a fim de tornar mais cômoda e permitir a visualização do cerro durante a interpretação ambiental.

Figura 43- Painel interpretativo do cerro Inhacurutum como patrimônio natural, com seu respectivo *layout*.



Conforme já foi abordado na pesquisa, a trilha já possui degraus e cerca para facilitar a subida ao cerro, mas salienta-se que se faz necessária a manutenção da madeira da cerca, pois a mesma está em decomposição. A trilha possui ainda sinalização em pequenas bandeiras de tecido tipo tnt, a qual deve ser revisada para substituição e acréscimo de sinalização.

No topo do cerro, tem-se a indicação da implantação de um painel interpretativo que evidencia o Cerro Inhacurutum como patrimônio cultural, como se pode ver na figura 44. Esse painel interpretativo foi elaborado com o intuito de abordar a observação que o cacique Nheçu fazia de cima do cerro, onde se fazia o acompanhamento das ações dos padres jesuítas. Pelo fato de o cerro ser utilizado para a observação pelo cacique Nheçu, é comum que o Cerro Inhacurutum seja rotulado pela população como o ponto mais alto da região, embora não seja o mais alto nem do município de Roque Gonzales, conforme verificação durante a pesquisa. Durante a elaboração da interpretação do cerro isso foi adequado à interpretação ambiental, pois como ressalta Tilden (1957) existe uma atratividade do visitante pelo superlativo, neste caso “do ponto mais alto da região”, associando uma imagem única do LIP. Novamente o título escolhido para o painel faz uma pergunta ao visitante “quem te vigia?”, para que o visitante se sinta instigado a responder essa pergunta e saber quem poderia estar vigiando.

Figura 44- Painel interpretativo do Cerro Inhacurutum como patrimônio cultural, com seu respectivo *layout*.



No topo do cerro já existe um mirante e de acordo com a interpretação ambiental este carece de modificações. Salienta-se que este deve ter elevação de mais cinco metros, para que se possa observar por cima das árvores do cerro. Além da manutenção, visto que o mesmo está interditado por más condições de conservação da madeira. Também neste caso, a fim de garantir a sanidade da madeira por um tempo maior, indica-se o tratamento preventivo da madeira. A figura 45-b apresenta a estrutura indicada para o mirante, devendo este ser de madeira, coberto com capim, sendo uma opção o capim santa fé, próprio para esta finalidade. A figura 45-a apresenta a projeção do mirante para o cerro Inhacurutum com a elevação para visualização por cima das árvores.

Figura 45- Mirante do Cerro Inhacurutum: a) Projeção do mirante no Cerro Inhacurutum. b) Estrutura do mirante.

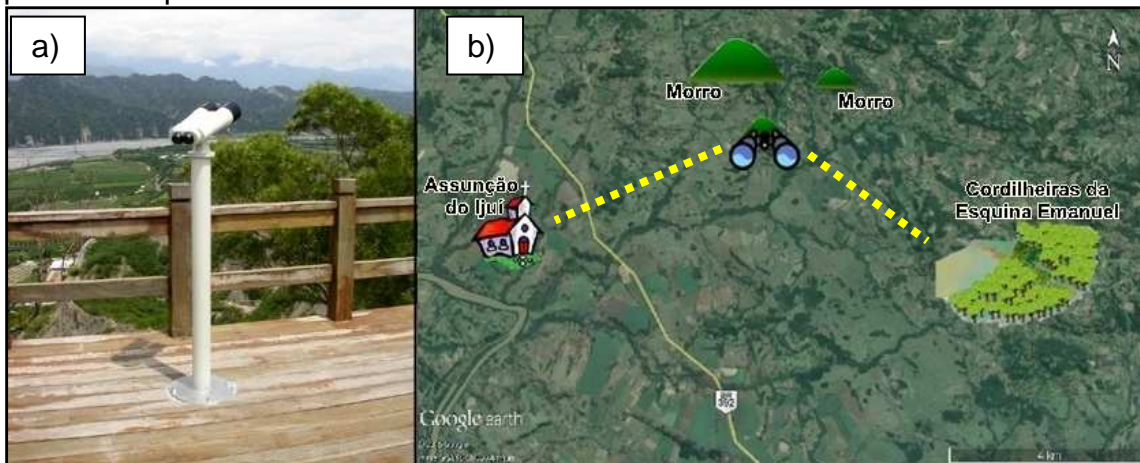


Adaptado de: <<http://www.arteeucalipto.com.br/mirante/>>. Acesso em 24 set. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Em cima do mirante, com a finalidade de facilitar a visualização e a interpretação da paisagem, sugere-se um binóculo fixo com uma figura ilustrativa do que pode ser visualizado a partir deste ponto. Dentre os pontos destacados para a visualização estão dois morros próximos ao Cerro Inhacurutum, a Igreja de Assunção do Ijuí, local este que Nheçu acompanhava a movimentação dos padres jesuítas, além das Cordilheiras da Esquina Emanuel. É de suma importância, quando da instalação da figura ilustrativa junto do binóculo fixo, a atenção em relação aos pontos cardeais, sendo recomendada a utilização de uma bússola. Na figura 46-a tem-se o modelo de binóculo fixo que pode ser utilizado e junto dele

deve ser fixada a figura ilustrativa representada pela figura 46-b. Do alto do mirante, a visão panorâmica proporciona um ponto interessante para se discutir a formação dos vales ao redor do morro, como um processo de longo tempo de erosão e deposição.

Figura 46-a) Modelo de binóculo fixo a ser posto em cima do mirante do Cerro Inhacurutum, imagem esta meramente ilustrativa. b) Figura ilustrativa do que se pode ver a partir do mirante.



Disponível

em: <<http://www.prismaticosparamiradores.com/pt/productos/prism%C3%A1ticos/prism%C3%A1tico-s-de-columna/v2.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Ainda para o topo do cerro sugere-se a implantação de bancos feitos de madeira (figura 47) para acomodar os visitantes, possibilitando o descanso e a apreciação da natureza de forma cômoda.

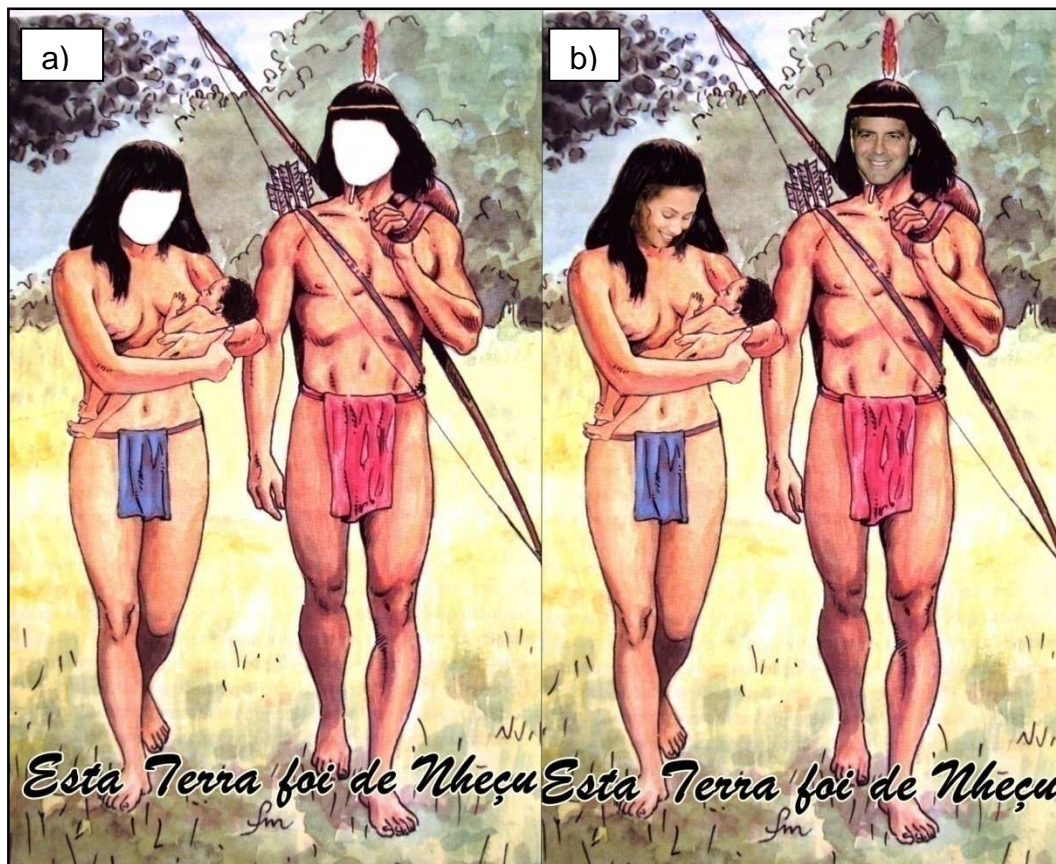
Figura 47- Exemplo de bancos a serem postos em cima do Cerro Inhacurutum. Imagem meramente ilustrativa.



Fonte: Disponível em: <<http://www.vaqueano.com.br/trilha-do-forno/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

Além da infraestrutura e interpretação ambiental no Cerro Inhacurutum, de modo a auxiliar na divulgação deste LIP, foi pensando em um painel de rosto vazado utilizado para tirar fotografias, painel este do cacique Nheçu e uma das suas companheiras, conforme figura 48-a. Este painel ficaria localizado na praça municipal, podendo a pintura ser realizada em uma atividade proposta pela Associação dos Nheçuanos, sendo realizada pela própria comunidade roquegonzalense. Na figura 48-b tem-se a projeção de rostos no painel para tirar fotografias.

Figura 48-a) Painel do cacique Nheçu e uma de suas companheiras com rosto vazado para tirar fotografias. b) Painel para tirar fotografias com a projeção de rostos.



Adaptado de: LESSA, 1999.

A gestão deste LIP aponta para a recomendação ao poder público no tombamento do Cerro Inhacurutum como um Monumento Natural. O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) diz que o Monumento Natural

pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

Quanto ao tombamento, caracteriza um instrumento para efetivação da proteção do patrimônio, de forma a assegurar os valores daquilo que se pretende conservar; esse instrumento de proteção se refere a um processo técnico rigoroso, legal e administrativo que culmina na inscrição do patrimônio no livro de Tombo (DELPHIM, 2004). Alguns elementos devem ser analisados quando do interesse no tombamento, podendo este patrimônio tombado ser natural ou ainda com interferência humana.

Devem ser considerados objetos de interesse para fins de tombamento:

- 1º) formas de vegetação nativa remanescente, em especial as áreas onde essa cobertura vegetal esteja ameaçada de extinção eminente;
- 2º) formas de vegetação secundária que se destacam pelo seu valor científico ou pela escassez de formas originais;
- 3º) áreas que se destacam pela existência de monumentos geológicos, de feições geomorfológicas e pedológicas particulares;
- 4º) áreas cuja paisagem mantém o equilíbrio dos sistema ambiental garantindo a manutenção de mananciais (que são feições geológicas e geomorfológicas particulares);
- 5º) áreas consideradas *habitat* de espécies animais raras;
- 6º) paisagens que se constituem exemplos de atuação antrópica, efetuada através de manejos que levam em conta a preservação do espaço territorial e das estruturas sociais locais;
- 7º) toda paisagem alterada ou não pela ação antrópica, que se caracterize pela sua expressividade, raridade e beleza excepcional, e pelo que a mesma representa em termos de interesse turístico, social e científico (CONDEPHAAT, 1982, *apud* SCIFONI, 2006, p. 49).

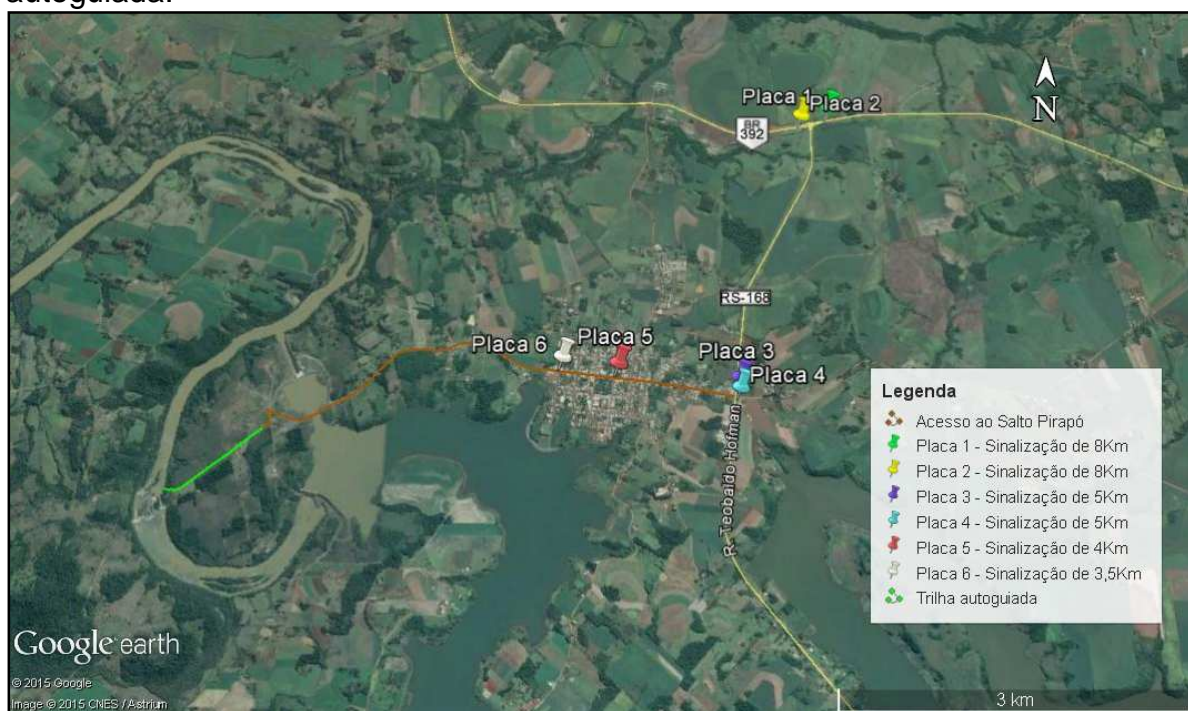
Outra opção de gestão para este LIP seria a transformação do Cerro Inhacurutum em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pelos proprietários, que consiste na proteção de uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (BRASIL, lei 9.985). Segundo a lei ainda, “os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração do Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade” (BRASIL, lei 9.985, Artigo 21, parágrafo 3º). As duas modalidades- Monumento Natural e RPPN- pressupõe um plano de manejo, havendo possibilidade de visitação.

A outra proposta que se tem para este LIP tem a finalidade de melhorar a infraestrutura para os turistas, através da cobrança de um valor de ingresso para a trilha.

6.3 SALTO PIRAPÓ

A interpretação ambiental do Salto Pirapó foi idealizada considerando-o como patrimônio natural e cultural. O principal acesso ao salto se dá pela BR 392 e pela RS 168, passando pela cidade de Roque Gonzales. A figura 49 apresenta a localização das placas informativas com a indicação do trajeto a ser percorrido, sendo que estas foram definidas de acordo, com critérios de preferência por acesso e bifurcações das estrada.

Figura 49- Localização das placas informativas para o Salto Pirapó, com a identificação do trajeto até o Salto Pirapó e localização da trilha suspensa e autoguiada.

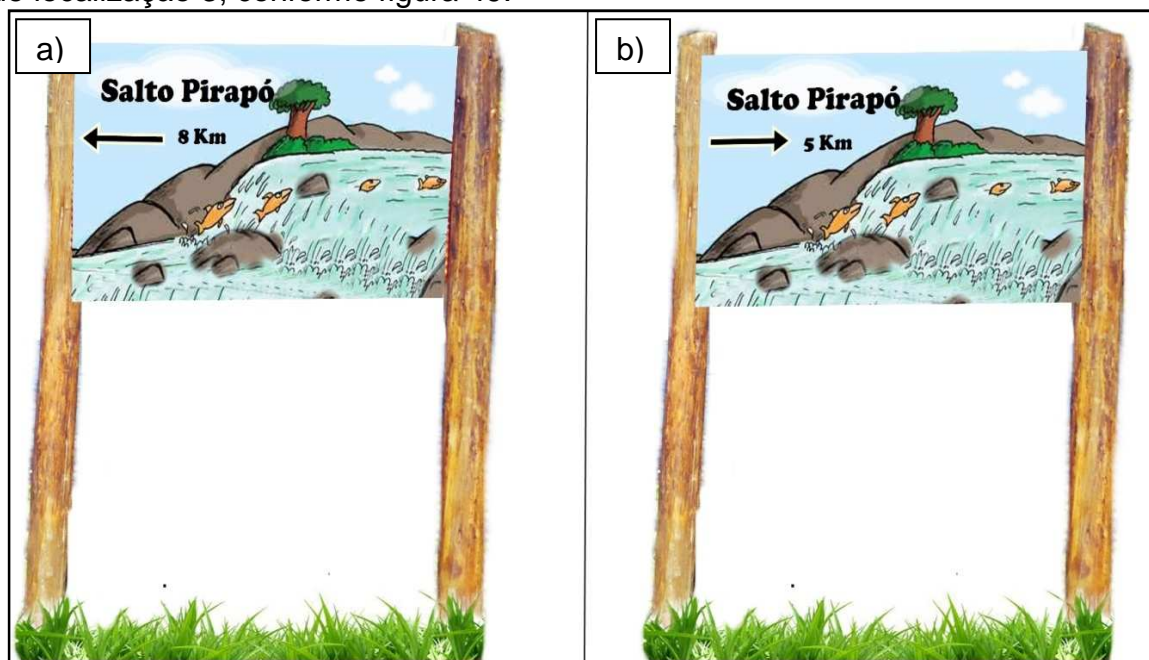


Fonte: Google Earth
Org.: ANSCHAU, M. R., 2015.

Considerando esse trajeto, foram elaboradas seis placas informativas indicando a localização do Salto Pirapó e a quilometragem restante até o destino,

como se pode ver nas figuras 50-a e 50-b. Para a elaboração das placas informativas do Salto Pirapó foi considerado o significado da palavra “pirapó”, peixe que salta em guarani.

Figura 50- Representação gráfica com o *layout* das placas informativas para o Salto Pirapó: a) *Layout* da placa informativa de localização 1, conforme figura 49, sentido da BR 392 São Pedro do Butiá-Porto Xavier. b) *Layout* da placa informativa de localização 3, conforme figura 49.



Adaptado de: <http://www.piuma.es.gov.br/Materia_especifica/27291/Prefeitura-inicia-projeto-de-sinalizacao-na-cidade>. Acesso em: 24 set. 2015.

Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

O principal impasse encontrado na elaboração da interpretação ambiental deste LIP se refere à dificuldade de acesso ao salto. A intenção é que o acesso ao salto se dê pelo município de Roque Gonzales e que haja a concessão de uma das empresas de geração de energia instaladas no município, as quais têm a propriedade até as margens do rio Ijuí próximas ao Salto Pirapó.

Sob este ponto de vista, a sugestão para acesso a este LIP é que se dê a partir de uma trilha autoguiada e suspensa como se pode ver na figura 51.

Figura 51- Trilha autoguiada e suspensa sugerida para o Salto Pirapó. Imagem meramente ilustrativa.



Disponível em: <<http://trilhasdesaopaulo.sp.gov.br/trilhas/trilha-da-nascente-do-riacho-do-ipiranga-no-jd-botanico/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

Este tipo de trilha permite a passagem do visitante sem contato direto com o solo e sem dispersão ou mudança de caminho, já que a área de trânsito é restrita em função do funcionamento das hidrelétricas localizarem-se nas proximidades. Na figura 49 tem-se o trajeto definido para a trilha autoguiada e suspensa.

No início da trilha autoguiada foi estabelecido um painel interpretativo para o Salto Pirapó quanto às suas referências como patrimônio cultural, conforme figura 52. Esse painel interpretativo considerou o Salto Pirapó enquanto cenário da atuação indígena no século XVII. Esse período remete à vivência da tribo de Nheçu, cujos indígenas usufruíam do salto como área de lazer, para banhar-se e também para a pesca, visto que a própria denominação do salto faz referência ao lugar ser propício à pesca. Neste painel deve ser fixada uma réplica de flecha indígena que foi encontrada nas proximidades do Salto Pirapó e que está exposta na Casa de Cultura, para que o visitante possa tocar na flecha durante a interação

com este painel. Este painel deve estar disposto no início da trilha suspensa e autoguiada.

Figura 52- Painel interpretativo do patrimônio cultural do Salto Pirapó com seu respectivo *layout*. Salienta-se que a flecha do painel interpretativo deve ser uma réplica posta sobre o painel no local apresentado no painel.



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

A trilha autoguiada deve ir até a margem do rio Ijuí, onde deve ser implantada uma plataforma, conforme figura 53, de material resistente como ferro e aço para que o visitante se sinta seguro durante a interpretação ambiental, sem descuidar das laterais dessa plataforma por medidas de segurança.

O local de implantação da infraestrutura de interpretação ambiental deve ter uma visualização do Salto Pirapó privilegiada, pois a interpretação ambiental utilizada sugere a aproximação a esse patrimônio. É importante que o visitante perceba a exuberância natural das quedas, ouça o som das águas, veja as aves, os peixes que saltam (quando da época da piracema), as marmitas que se formam no leito do rio Ijuí.

Figura 53- Modelo de plataforma a ser implantada na margem do rio permitindo a observação do Salto Pirapó.



Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/noticia/5036-Prefeitura+divulga+editais+para+o+novo+Mirante+e+para+o+Parque+S%C3%A3o+Francisco.html>> . Acesso em: 24 set. 2015.

Na plataforma devem estar dispostos dois painéis interpretativos ressaltando características do Salto Pirapó como patrimônio natural. O primeiro painel interpretativo sugerido se refere à formação do Salto Pirapó, como se pode ver na figura 54, ressaltando aspectos geológicos e de geomorfologia fluvial. O título deste painel interpretativo utiliza o significado da palavra Pirapó de origem indígena que já terá sido apresentada no painel interpretativo que promove o Salto Pirapó como patrimônio cultural. O título ainda deve gerar a curiosidade do visitante em saber o que mais salta além do peixe, no intuito deste continuar a leitura do painel interpretativo. A seguir o visitante se defrontará com a explicação geológica e geomorfológica que resultaram na formação do salto, utilizando para isso, ilustrações, a fim de facilitar esse processo interpretativo.

Figura 54- Painel interpretativo do patrimônio natural do Salto Pirapó com seu respectivo *layout*.



Adaptado de: <<http://higro.org/divulgacao/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015

O segundo painel a evidenciar o salto como patrimônio natural deve estar disposto na plataforma também e destaca as marmitas visíveis no local, abordando a sua formação no leito rochoso do rio Ijuí, conforme figura 55.

Figura 55- Painel interpretativo do patrimônio natural do Salto Pirapó com seu respectivo *layout*.



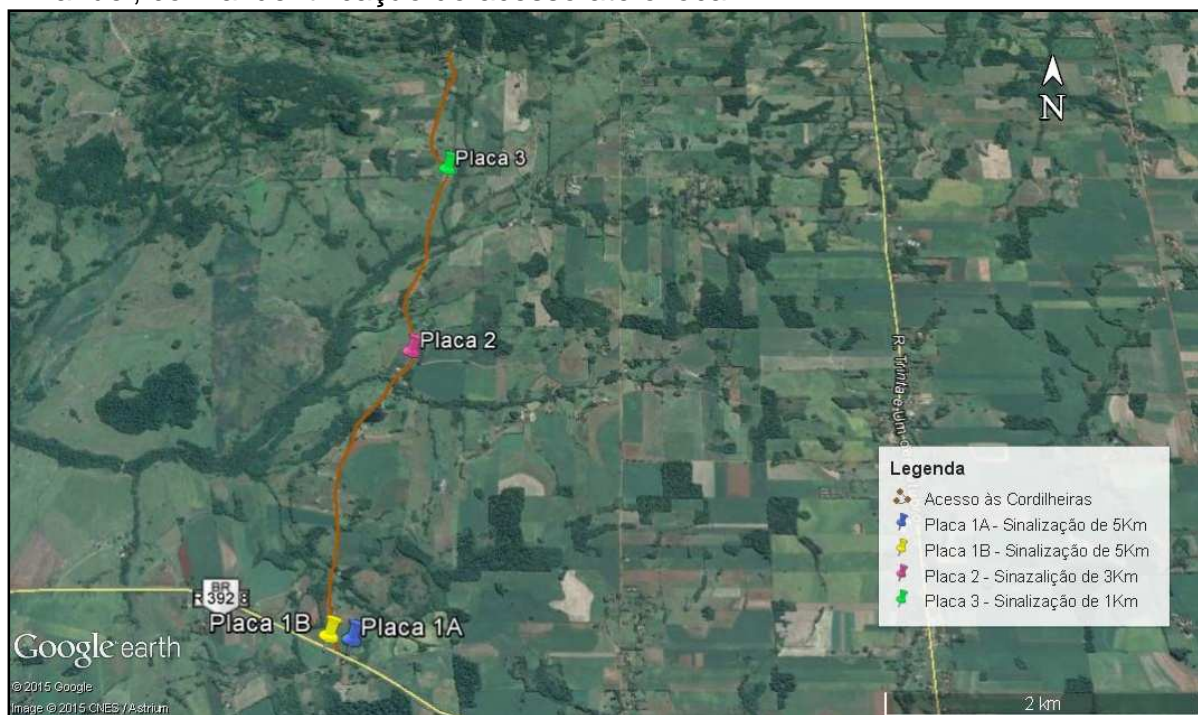
Adaptado de: <<http://higro.org/divulgacao/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

6. 4 CORDILHEIRAS DA ESQUINA EMANUEL

Classificadas como patrimônio natural, correspondem às áreas mais altas do município apresentando rupturas de relevo com remanescentes florestais de Mata Atlântica. Este LIP indica a necessidade de preservação de um bioma brasileiro que está intensamente ameaçado pela ação do homem, indicando a necessidade de ações que devem ser empreendidas pelo município em prol da sua preservação.

De acordo com a configuração do local, foram definidas quatro placas informativas estabelecidas de acordo com a figura 56.

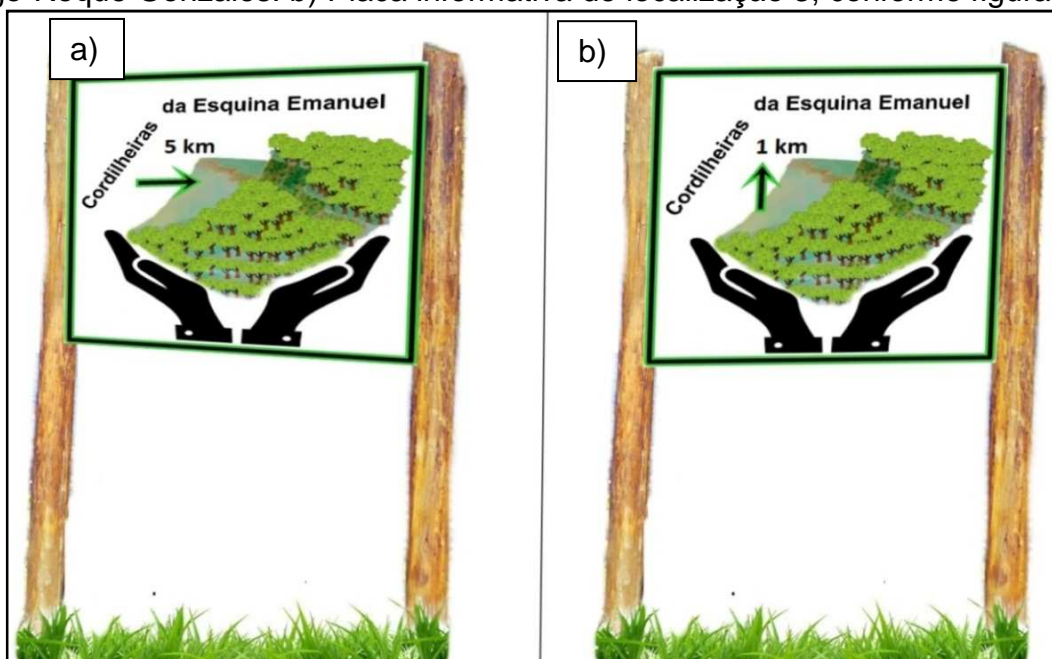
Figura 56- Localização das placas informativas para as Cordilheiras da Esquina Emanuel, com a identificação do acesso até o local.



Fonte: Google Earth
Org.: ANSCHAU, M. R., 2015.

O *layout* definido para as placas informativas evidenciou a proteção da floresta, indicando a quilometragem restante para o LIP, como se pode ver na figura 57-a) e 57-b). Também nas placas informativas deu-se destaque a proteção das Cordilheiras da Esquina Emanuel.

Figura 57-Layout das placas informativas das Cordilheiras da Esquina Emanuel: a) Placa informativa de localização 1A, conforme figura 56, sentido da BR 392 Cerro Largo-Roque Gonzales. b) Placa informativa de localização 3, conforme figura 56.



Adaptado de: <http://www.piuma.es.gov.br/Materia_especifica/27291/Prefeitura-inicia-projeto-de-sinalizacao-na-cidade>. Acesso em: 24 set. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

O tipo de mirante (figura 37) escolhido para este local foi projetado no ambiente conforme figura 58.

Figura 58- Projeção no ambiente do mirante previsto para as Cordilheiras da Esquina Emanuel.



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

O local para interpretação ambiental deste LIP foi definido de forma a privilegiar a implantação de um mirante que possibilitasse a visualização da paisagem dos arredores e que permitisse a identificação do bioma Mata Atlântica.

Dentre os instrumentos para a interpretação ambiental foram elencados dois painéis para este LIP. O primeiro painel interpretativo a ser abordado se refere à denominação do local como “cordilheiras”, como se pode ver na figura 59, ressaltando a importância de preservação da floresta dessa região.

Figura 59- Painel interpretativo do patrimônio natural das Cordilheiras da Esquina Emanuel com seu respectivo *layout*.



O segundo painel interpretativo deste LIP aborda como temática central os remanescentes de Mata Atlântica, mais especificamente o tipo de floresta desse bioma identificado na região como floresta Atlântica Ombrófila Mista. O painel interpretativo, como mostra a figura 60, em forma tronco de árvore cortado, tem a finalidade de sensibilizar e enaltecer a necessidade de preservação deste tipo de floresta, sendo que 93% desse bioma já foi destruído pela ação humana. A partir desse painel interpretativo e de sua localização é possível identificar a existência de araucárias, próprias da floresta Atlântica Ombrófila Mista fazendo referência do visitante estar em meio ao bioma.

Figura 60- Painel interpretativo do patrimônio natural das Cordilheiras da Esquina Emanuel com seu respectivo *layout*. A imagem é meramente ilustrativa.



Fonte: Acervo de FIGUEIRÓ, A. S.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

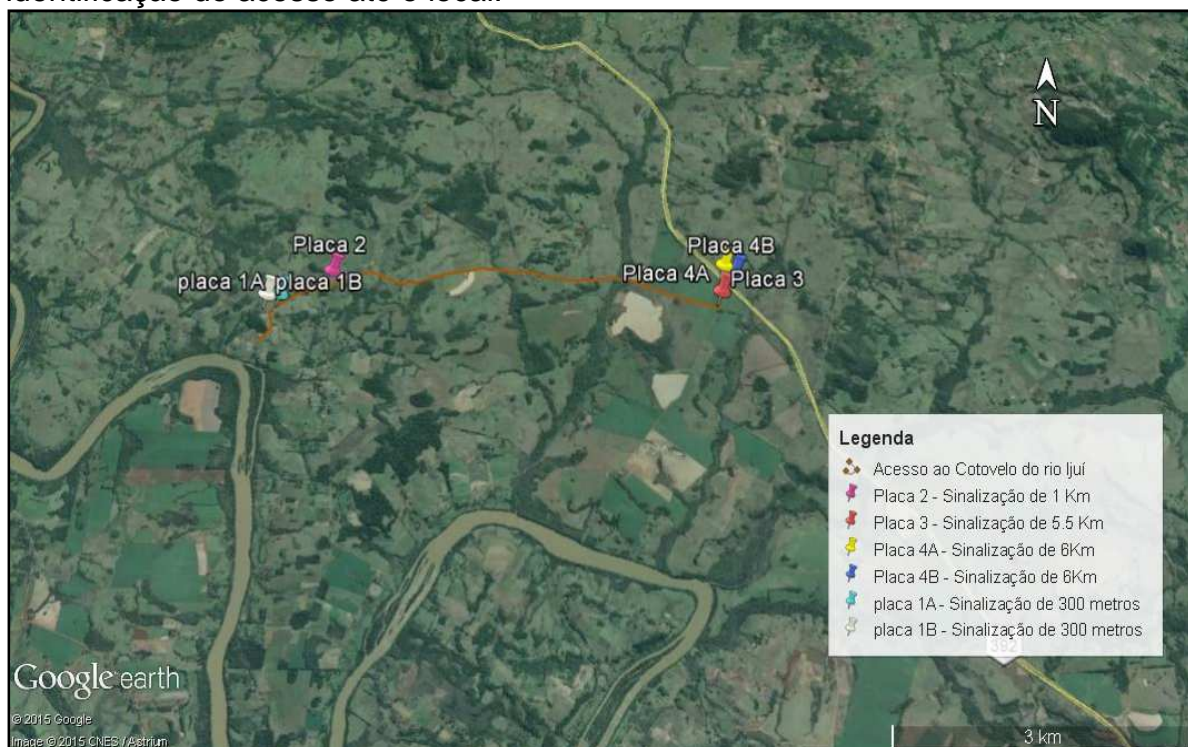
A indicação é que os dois painéis fiquem alocados no mirante, mas caso isso não seja possível, indica-se que o painel da figura 59 seja posto primeiro, antes

da subida ao mirante e que na parte de cima, no mirante, esteja o painel interpretativo da figura 60. A visualização da araucária que existe no ambiente também deve ser privilegiada para que o visitante consiga interagir com o painel e visualizar este exemplar florestal.

6.5 COTOVELO DO RIO IJUÍ

Este LIP foi enquadrado como natural, sendo que sua interpretação ambiental considerou o rio Ijuí como elemento central. O acesso a este LIP se dá pela BR 392 no sentido Roque Gonzales – Porto Xavier com mais seis quilômetros de estrada não pavimentada. A partir disso, foram definidas seis placas informativas indicando este LIP, como se pode ver na figura 61.

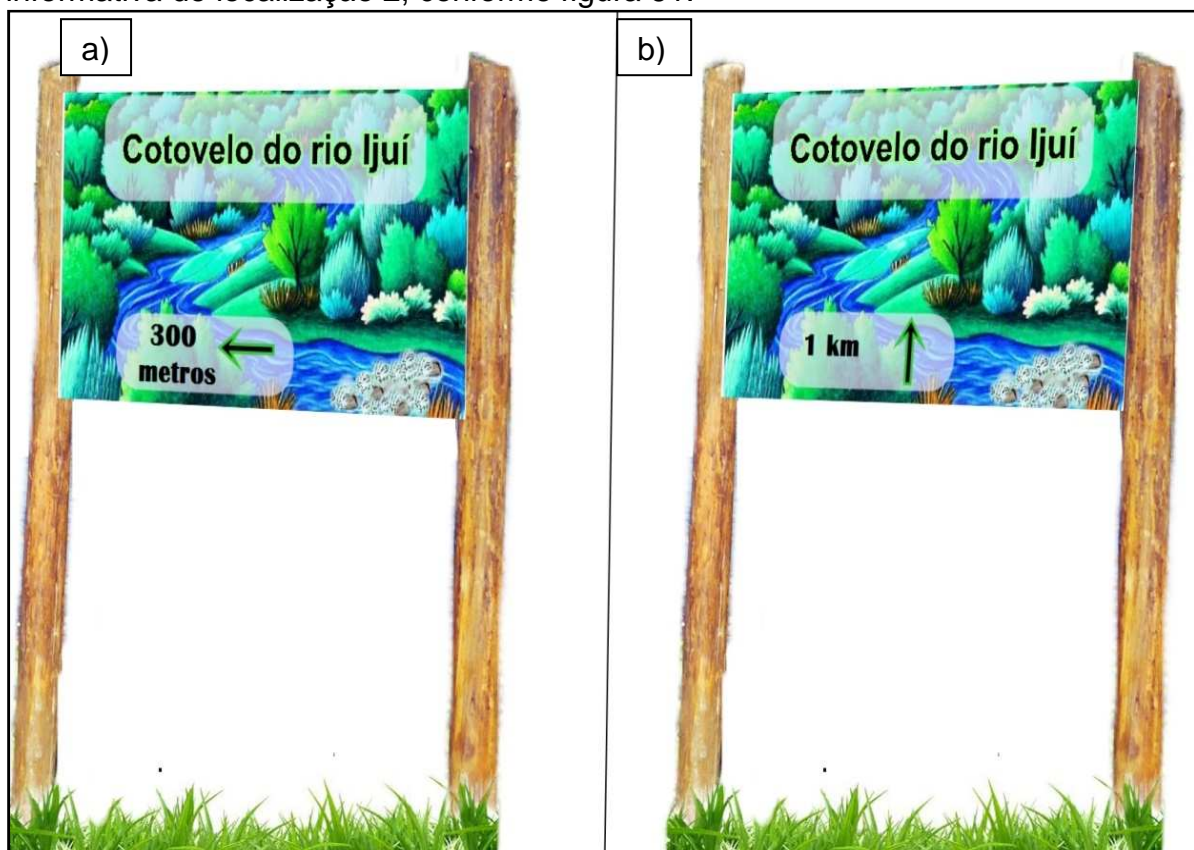
Figura 61- Localização das placas informativas para o Cotovelo do rio Ijuí, com a identificação do acesso até o local.



Fonte: Google Earth
Org.: ANSCHAU, M. R., 2015.

O *layout* das placas informativas, figura 62-a e 62-b, foram baseadas na configuração espacial do mesmo, onde se fez a representação das ilhas à esquerda do leito do rio, considerando a visão do mirante a ser implantado, e à direita as corredeiras.

Figura 62- Representação gráfica com o *layout* das placas informativas do Cotovelo do rio Ijuí: a) Placa informativa de localização 1A, conforme figura 61. b) Placa informativa de localização 2, conforme figura 61.



Adaptado de: <http://www.piuma.es.gov.br/Materia_especifica/27291/Prefeitura-inicia-projeto-de-sinalizacao-na-cidade>. Acesso em: 24 set. 2015.

Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Para este LIP está prevista a implantação de um mirante a fim de melhor acomodar o visitante, sendo que o local possui uma vista privilegiada. Dessa forma, a estrutura do mirante previsto confere uma inclinação suave, com pouca elevação, como se pode ver na figura 37.

Na figura 63 tem-se a projeção do mirante previsto para este LIP.

Figura 63- Projeção no ambiente do mirante no Cotovelo do rio Ijuí.



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

O instrumento interpretativo sugerido é um painel interpretativo que deve ser alocado no mirante. Este painel interpretativo, como se pode ver na figura 64, abordará a formação das ilhas e das corredeiras do rio Ijuí, explicando a partir da visão que o visitante terá do Cotovelo do rio Ijuí. Em função disto, é necessário que se tenha o cuidado para que a visualização do patrimônio seja preservada, para que o visitante possa ter a interação com o painel interpretativo e a paisagem que está diante de si. Portanto, o modelo deste painel deve ser inclinado, com o cuidado em relação à altura deste.

Figura 64- Painel interpretativo do patrimônio natural do Cotovelo do rio Ijuí com seu respectivo *layout*.



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

6.6 PRAINHA

A construção da praia artificial que sediará o balneário municipal, conhecida como Prainha, foi ocasionada pela área de alagado da usina hidrelétrica Passo São João, estando a Prainha localizada às margens do lago artificial. É importante que se diga que o município, antes da instalação da referida usina, possuía dois balneários nas proximidades e que estes foram destruídos pela instalação da usina (ANSCHAU, 2014). Logo, tem-se que a iniciativa de implantação deste balneário municipal, busca atender a uma demanda de atividades de lazer que não estão mais disponíveis para a população.

Segundo última saída de campo realizada em dezembro de 2015, a área se encontra em processo de construção, com algumas infraestruturas sendo instaladas. Na figura 65, pode-se ver o quiosque central destinado para excursões. Esse quiosque possui uma churrasqueira, com instalações elétricas e hidráulicas, com disposição para quarenta lugares em uma área de 64, 95m².

Figura 65- Quiosque central sendo construído na Prainha. A fotografia foi tirada em setembro de 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Foi constatada ainda, a implantação de dez quiosques simples como se pode ver na figura 66, espalhados na orla. Nesses quiosques não há instalações elétricas ou hidráulicas.

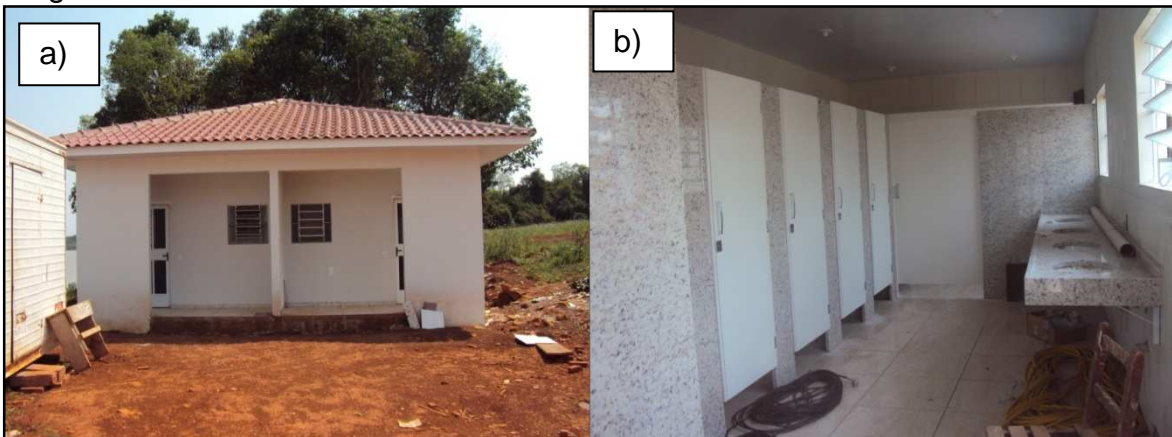
Figura 66- Quiosques simples na Prainha. A fotografia foi tirada em setembro de 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015

O LIP também comportará quatro churrasqueiras duplas e duas simples, além da churrasqueira do quiosque central, estando estas espalhadas pela orla da Prainha. De acordo com a análise do croqui do balneário estão previstos dois banheiros duplos, conforme estrutura da figura 67-a e 67-b, um destes já estava próximo da conclusão, além de um banheiro simples na orla leste da Prainha.

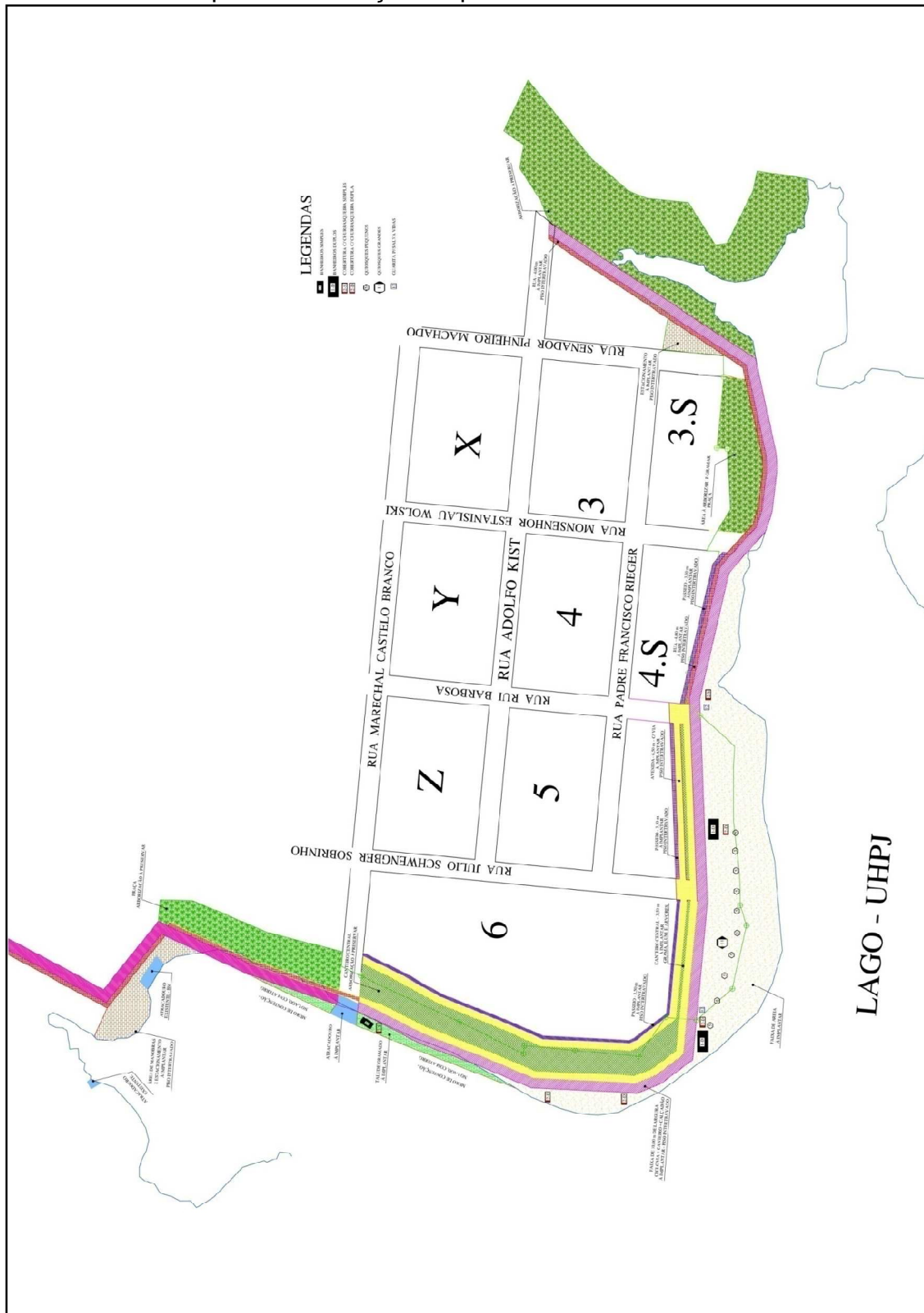
Figura 67- a) Banheiro duplo na Prainha. b) Instalações internas dos banheiros. A fotografia foi tirada em setembro de 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Estão previstas também duas áreas arbóreas a serem preservadas, sendo uma no canteiro central da avenida e a outra próxima a extremidade leste da orla. Também foram identificadas pelo croqui da figura 68 duas praças, cada uma em uma das extremidades da orla.

Figura 68- Croqui da estrutura prevista para a Prainha. O projeto prevê a construção de quiosque maior para excursões, quiosques simples, banheiros, guaritas pra salva vidas, churrasqueiras, além de uma avenida na orla, ciclovia e três atracadouros para embarcações aquáticas.



Fonte: Imprensa da prefeitura de Roque Gonzales.

A utilização da Prainha como balneário municipal, bem como sua localização no município, próximo a sede, foram os fatores considerados para a proposição de um segundo painel de divulgação do patrimônio natural e cultural de todo o município. Este painel consiste na apresentação do mapa altimétrico do município, apontando a localização dos LIP, com uma breve descrição destes, conforme *layout* da figura 83.

Como interpretação ambiental para a Prainha foi proposto um painel interpretativo explicando a formação da denominada “Prainha”, fazendo uma alusão da denominação de Prainha com o mar, a fim de instigar o visitante, conforme figura 69.

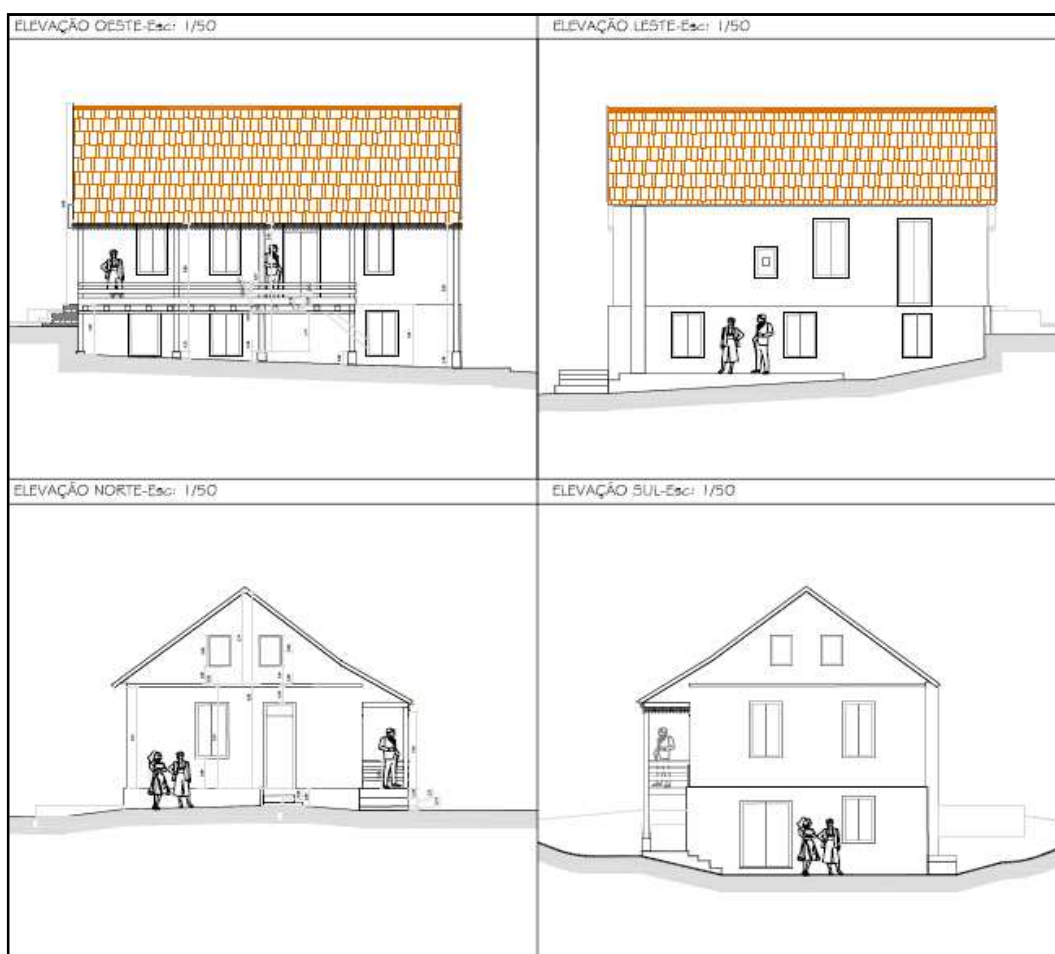
Figura 69- Painel interpretativo do patrimônio cultural da Prainha com seu respectivo *layout*.



6.7 CASA DA MEMÓRIA

A Casa da Memória, projeto que vem sendo desenvolvido pela Eletrosul, consiste em restaurar uma casa construída no período da colonização do município, em 1930 de origem alemã. A análise da estrutura que deverá ser restaurada, realizada pela própria empresa, aponta que de forma geral a fundação do prédio está em bom estado de conservação. As medidas que estão sendo tomadas em relação à restauração do prédio se referem a medidas corretivas e preventivas já que o imóvel era originalmente residencial, passando a ter maior fluxo de pessoas com as novas utilidades a ele destinadas (Especificação Técnica, 2015). A figura 70 apresenta o prédio da Casa de Memória.

Figura 70- Representação externa da Casa de Memória



Fonte: Projeto executivo da Casa de Memória, 2015.

A estrutura física da casa é caracterizada pelo porão (subsolo), o primeiro andar e o sótão. A elevação Norte, da figura 70, corresponde à antiga entrada da

casa, a qual era feita pela porta ou seguindo pela área coberta onde se tinha outra entrada, conforme elevação oeste da figura 70. A elevação leste representa os fundos da casa e através da elevação sul é possível perceber os três andares da casa.

As reformas que estão sendo realizadas estão previstas em pontos isolados do imóvel. No pavimento térreo estão previstas reformas no assoalho, no pavimento superior as medidas tomadas serão preventivas, sendo realizado um reforço na estrutura e na cobertura apesar de não terem sido constatados grandes reparos, esta será desmontada para averiguação (Projeto executivo da Casa de Memória, 2015).

A estrutura do imóvel possui peças de madeira que estão danificadas, as quais devem ser substituídas por peças de madeira de primeira categoria, com dimensões, desempenho e acabamento similar ao original. Dentre essas peças de madeira tem-se a recuperação dos lambrequins, que já foram reparados conforme figura 71. Também foram substituídas as janelas, portas e guarda corpo de madeira sendo estes similares as originais.

Figura 71- Casa da Memória sendo restaurada em 2015



Fonte: Campo, dezembro de 2015.

Dentre as reformas que estão sendo executadas, a figura 72 apresenta a estrutura do imóvel a partir do projeto de execução do imóvel como prédio histórico, onde estão definidas as áreas que deverão ser eliminadas, restauradas ou construídas e os elementos de aço que deverão compor a estrutura.

No pavimento térreo serão construídos os banheiros, ao lado do auditório previsto para este pavimento. No segundo pavimento será posta a escadaria para o porão e serão retiradas paredes internas, formando neste pavimento três salas de exposição. No sótão está previsto a instalação de climatizadores de ar, que, para dar suporte a estes, receberá reforço de aço na estrutura.

A estrutura original interna terá como adaptação mais expressiva a construção de dois banheiros no pavimento inferior (porão), um feminino e outro masculino (Projeto executivo da Casa de Memória, 2015). Eles serão construídos em alvenaria e será colocada uma escadaria metálica de acesso a estes, já que originalmente o acesso ao porão era externo.

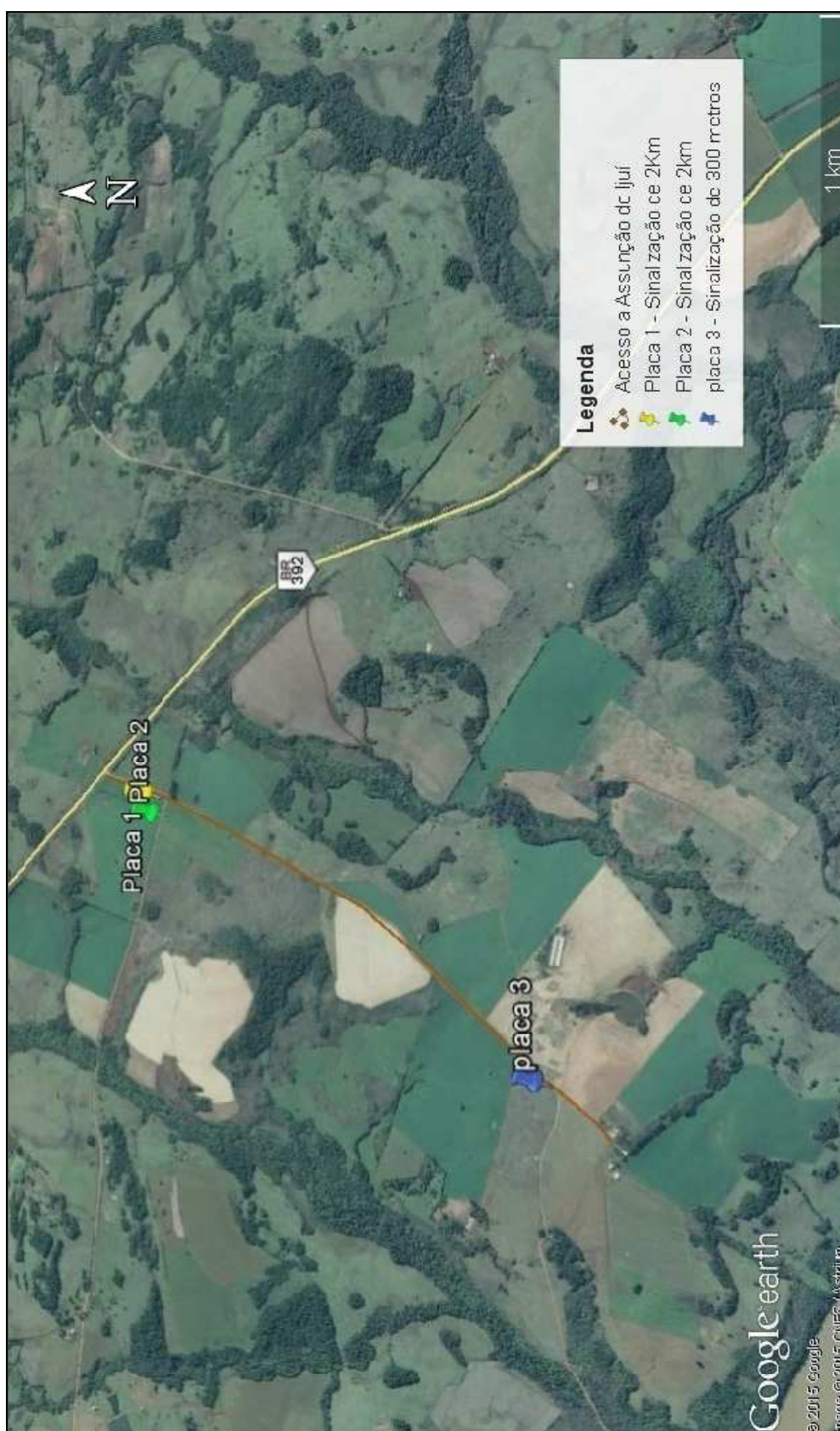
A Casa da Memória faz parte do programa de “Resgate sócio-ambiental da Paisagem” desenvolvido pela Eletrosul que tem por objetivo “conhecer e preservar a memória da região para que se mantenha a identidade cultural da população local e registrar a configuração da paisagem antes e após a implantação da usina” (ELETROSUL, 2011, p. 28). Neste sentido o programa prevê para a Casa da Memória, abrigar exposições, o acervo fotográfico sobre a memória do local e suas transformações, além do livro com as redações do concurso de redação sobre fotografias antigas e demais informações e peças relevantes (*Ibid.*).

Como sugestão para a interpretação ambiental desse LIP, é importante que a Casa da Memória faça referência à colonização alemã no município. A própria arquitetura da Casa da Memória reporta o visitante à cultura alemã, algo que pode ser agregado à exposição de objetos no interior da Casa da Memória, visto que o local abrigará exposições.

6.8 ASSUNÇÃO DO IJUÍ

Este local integra o patrimônio cultural de Roque Gonzales relacionado à primeira fase das Missões Jesuíticas, no século XVII. No LIP já ocorrem visitas contínuas há alguns anos, estando este turismo relacionado à religiosidade. O acesso a Assunção do Ijuí se dá pela BR 392, percorrendo mais dois quilômetros de estrada não pavimentada, sendo necessária a implantação de três placas informativas previstas de acordo com a figura 73.

Figura 73- Localização das placas informativas para Assunção do Ijuí, com a identificação do acesso até o local.



Fonte: Google Earth
Org.: ANSCHAU, M. R., 2015.

Neste caso não foram definidas placas informativas na rodovia de acesso em virtude de haver um pórtico neste local indicando Assunção do Ijuí, conforme pode ser visto na figura 74.

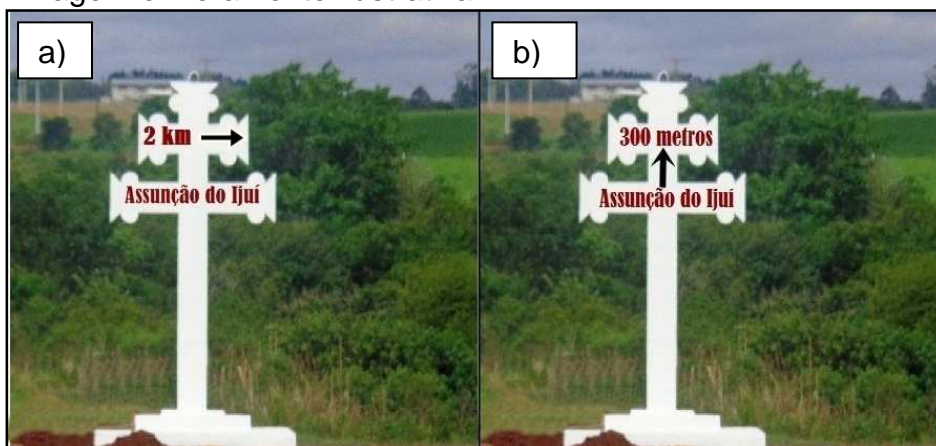
Figura 74- Única placa informativa existente dentre todos os LIP.



Fonte: Trabalho de Campo.

Em relação ao *layout* das placas informativas, a sugestão é que as informações sejam postas na cruz missioneira, também conhecida como cruz de Lorena, como se pode ver na figura 75-a e 75-b, para que se possa indicar este território como Missioneiro e a relação do patrimônio em questão com as Missões. A sugestão é de que o material a ser utilizado na cruz seja rocha, garantindo sua durabilidade de forma segura ao ambiente.

Figura 75- *Layout* das placas informativas de Assunção do Ijuí: a) Placa informativa de localização 1, conforme figura 74. b) Placa informativa de localização 3, conforme figura 74. Imagem é meramente ilustrativa.

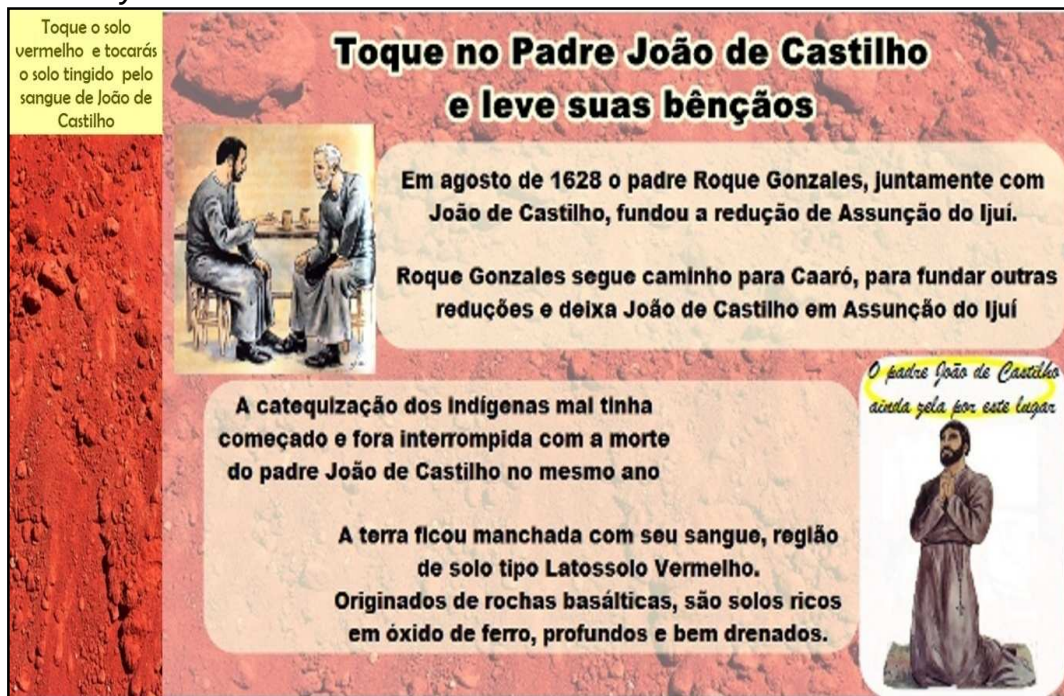


Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Para este LIP está prevista a implantação de um painel interpretativo, conforme figura 76, a fim de promover a interpretação ambiental. Esse painel interpretativo foi baseado na subjetividade, relacionando o sangue do padre João de Castilho à coloração do solo em Assunção do Ijuí. A elaboração do título deste painel remete a possibilidade de tocar no padre João de Castilho, algo que é desmitificado pela leitura do painel. Esse recurso foi utilizado, pois segundo Tilden (1957), o objetivo da interpretação é estimular o visitante a um desejo de alargar o seu horizonte de interesse e de conhecimento, para obter uma compreensão das verdades maiores que estão por trás de quaisquer declarações.

Um destaque deste painel interpretativo (figura 76) é a interação do visitante com o painel, pois do lado esquerdo do painel seria posto uma porção de terra, do tipo latossolo vermelho, para que o visitante possa tocar essa terra. Para isso, salienta-se que o painel deve ter inclinação suficiente para que a terra não caia. Havendo a necessidade, essa terra deve ser repostada.

Figura 76- Painel interpretativo do patrimônio cultural de Assunção do Ijuí com seu respectivo *layout*.



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

Este painel interpretativo também apresenta uma alusão à religiosidade deste LIP, quando se faz a menção de tocar o padre João de Castilho no título e a associação do sangue com a coloração da terra com intuito de marcar esse local

pela atuação e pela presença do espírito do padre João de Castilho. A religião católica cria elementos representativos de sua fé, um exemplo disso é a fonte de água que existe no local que os fiéis acreditam ser benta. Em função disso, a associação do sangue do padre ter tingido a terra desse local, pode tornar a própria terra um elemento de representatividade religiosa.

A figura 77 demonstra a projeção deste painel interpretativo no LIP. Como se pode ver, o local onde foi projetado o painel favorece a visualização do local ao redor, estando localizado na sombra no período da tarde quando se tem os maiores índices de insolação.

Figura 77- Painel interpretativo do patrimônio cultural de Assunção do Ijuí com seu respectivo *layout* e projeção no ambiente.



Adaptado de: <<http://higro.org/divulgacao/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

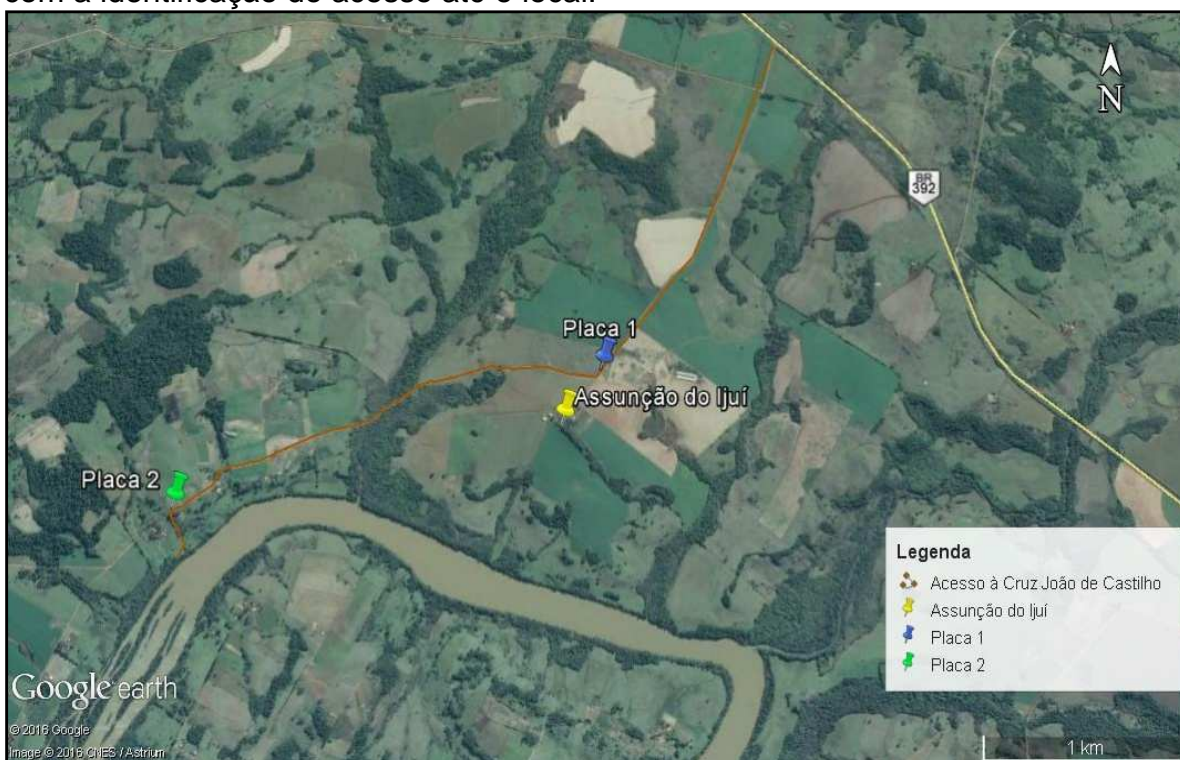
6.9 CRUZ JOÃO DE CASTILHO

Esse local integra o patrimônio cultural de Roque Gonzales, possuindo relação com Assunção do Ijuí pelo contexto histórico. Normalmente o visitante se dirige à Assunção do Ijuí e lá acaba conhecendo o processo histórico-cultural no

qual o padre João de Castilho está inserido, deslocando-se até a Cruz João de Castilho. A distância entre Assunção de Ijuí e a Cruz João de Castilho é de aproximadamente dois quilômetros, sendo que muitos visitantes se dirigem a pé ao local mencionado.

Portanto, para esse LIP foram definidas duas placas informativas, devendo estar a primeira placa alocada próximo à Assunção do Ijuí. A segunda placa informativa indica a entrada para a Cruz João de Castilho, conforme se pode ver na figura 78.

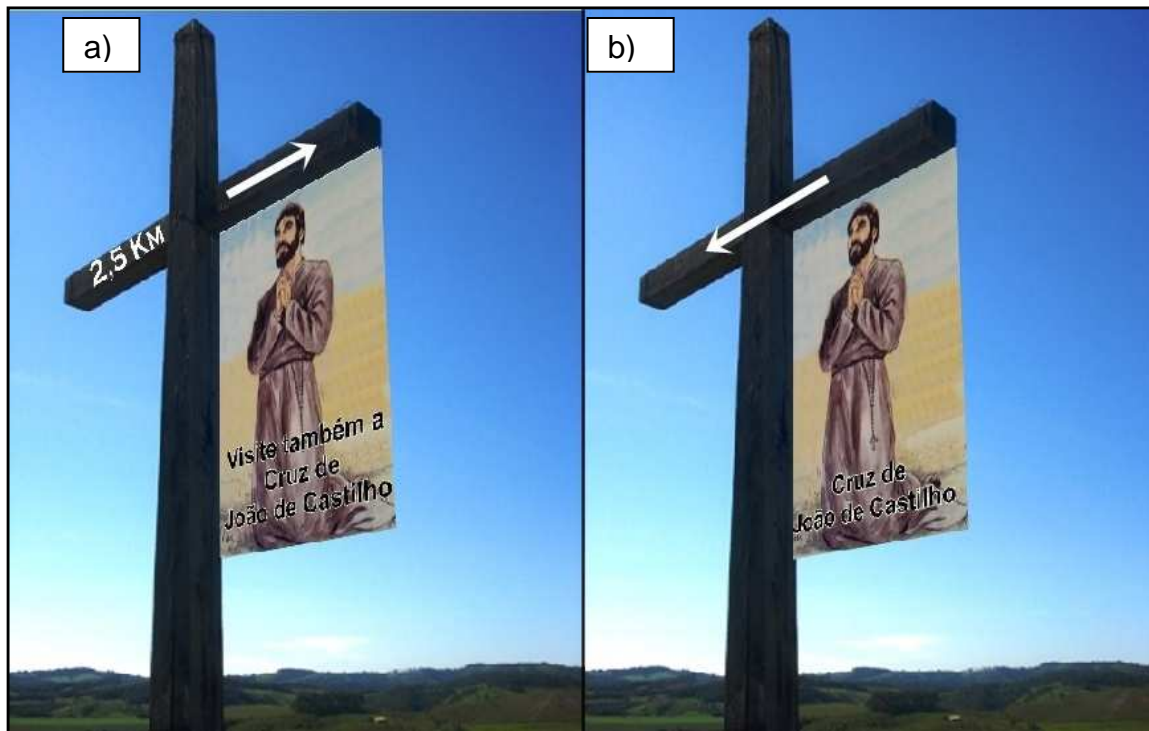
Figura 78- Localização das placas informativas para a Cruz de João de Castilho, com a identificação do acesso até o local.



Fonte: Google Earth
Org.: ANSCHAU, M. R., 2015.

Para o *layout* das placas informativas foi utilizada uma cruz, que tem finalidade estrutural para fixar a placa e finalidade representativa, já que remete ao patrimônio cultural a ser visitado. Ao lado dessa cruz, foi sugerida uma placa com a imagem de João de Castilho voltado para a sua própria cruz, como se pode ver na figura 79-a e 79-b.

Figura 79- Representação gráfica com o *layout* das placas informativas da Cruz de João de Castilho. Na esquerda da figura a placa informativa 1, conforme figura 78. À direita da figura a placa informativa 2, conforme figura 78. Imagem é meramente ilustrativa.

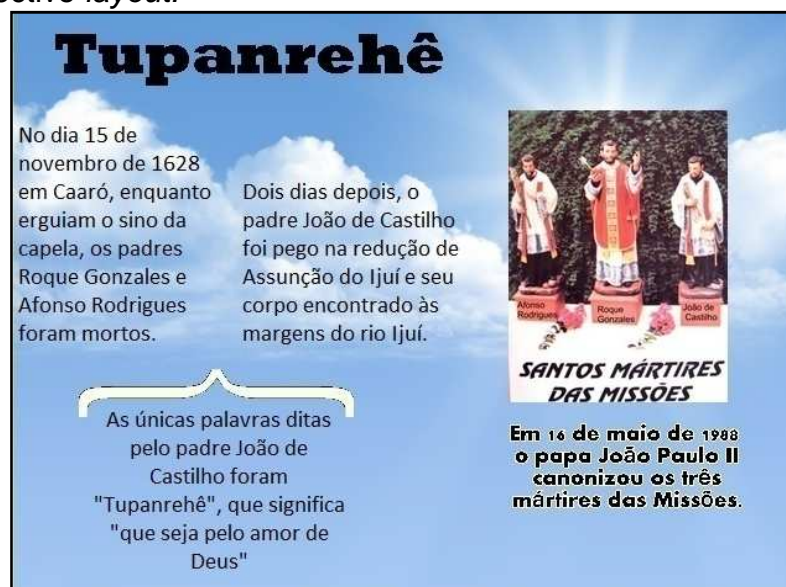


Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

A sugestão de instrumento interpretativo para este local é um painel interpretativo que deve ser implantado próximo a Cruz de João de Castilho. O conteúdo deste painel interpretativo remete à morte dos três padres jesuítas atuantes na primeira fase das Missões Jesuíticas e a consagração como santos mártires das Missões, como se pode ver na figura 80. O título escolhido para o painel “Tupanrehê” (de origem guarani) que significa “que seja pelo amor de Deus”, últimas palavras ditas pelo padre João de Castilho antes de sua morte (KREUTZ, 1998).

A imagem de fundo desse painel também é bastante simbólica, já que perante a religiosidade a morte está associada ao céu e aproveitando a iluminação do sol da imagem foi sobreposta a imagem dos três santos mártires das Missões, destacando-os como santidades.

Figura 80- Painel interpretativo do patrimônio cultural da Cruz de João de Castilho com seu respectivo *layout*.



Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

A projeção deste painel interpretativo como pode ser vista na figura 81, foi realizada considerando a localização da cruz, para que o visitante possa interagir com o painel e a cruz de João de Castilho.

Figura 81- Painel interpretativo do patrimônio cultural da Cruz de João de Castilho com seu respectivo *layout* e projeção no ambiente.



Adaptado de: <<http://higro.org/divulgacao/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
Organização: ANSCHAU, M. R., 2015.

6.10 PROPOSTA DE FOLDER TURÍSTICO DE ROQUE GONZALES-RS

O folder turístico desenvolvido para o município de Roque Gonzales, além de conter informações e apresentar elementos relativos à interpretação ambiental é um importante instrumento de divulgação dos atrativos referentes ao patrimônio natural e cultural do município. A partir dele o visitante tem a possibilidade de conhecer de forma sucinta os atrativos que compõe o patrimônio natural e cultural do município, obtendo uma ideia geral da temática dos atrativos.

A interpretação ambiental utilizada neste folder aborda a transformação da paisagem de Roque Gonzales ao longo de milhões de anos que resultaram na atual configuração espacial. Através disso, pretende-se que seja atribuído o valor de singularidade do patrimônio natural, ressaltando que muitas transformações sócioespaciais tem ocorrido de forma rápida, podendo essas transformações modificar um patrimônio natural que levou milhões de anos para ser formado. Também foi estabelecida a relação entre o patrimônio natural e cultural, onde a presença indígena no local só foi possível em virtude das características ambientais, associadas ao rio Ijuí, ao cerro Inhacurutum e às florestas que se formaram na região favorecidas pelo clima.

O folder turístico ainda, permite que o patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales percorra outras regiões, estando em contato com outras pessoas através do visitante que leva o folder consigo após a visitação. E neste sentido, nada melhor que o visitante que teve uma experiência satisfatória para conquistar e possibilitar que outras pessoas conheçam os atrativos de Roque Gonzales, o que acaba ressaltando a importância de boas experiências do visitante.

O folder, apresentando a parte externa na figura 82 e a parte interna na figura 83, foi idealizado em tamanho A3 com três dobras, tendo sido elaborado utilizando o programa CorelDrawn® para o folder e os mapas de localização e hipsométrico desenvolvidos no programa ArcGIS®. A parte externa do folder apresenta a interpretação ambiental para a evolução da paisagem, informações sobre o município e conceitos sobre patrimônio natural e cultural. Já na parte interna do folder estão estabelecidos os nove LIP do município no mapa hipsométrico, apresentando uma breve apresentação destes.

Figura 82- Parte externa do folder turístico de Roque Gonzales-RS

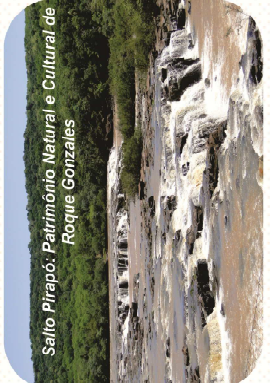
Roque Gonzales:

Terra e Sangue das Missões

Guia turístico de Roque Gonzales, RS- Brasil

Nós e a Terra compartilhamos uma herança comum. Cada homem, cada governo não é mais do que o depositário desse patrimônio. Cada um de nós deve compreender que qualquer depreciação é uma mutilação, uma destruição, uma perda irreversível. Todas as formas de desenvolvimento devem, assim, ter em conta o valor e a singularidade desse patrimônio.

Fragmento da Declaração Internacional de Brasília a Memória da Terra (1991)



Salto Pirapó: Patrimônio Natural e Cultural de Roque Gonzales

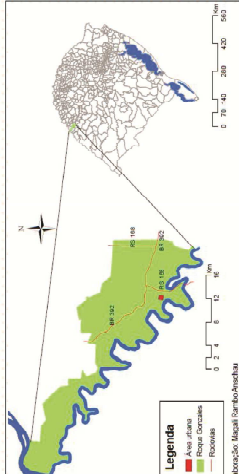
O que é Patrimônio? É uma herança que pode ser natural e/ou cultural e que possui expressividade para as gerações futuras. O patrimônio deve ser conservado por serem importantes tanto para a natureza quanto para a sociedade.

O que é Patrimônio Natural? São elementos geológicos, geomorfológicos e biológicos que registram a marca de evolução da Terra. Exemplos: Cerrros, cachoeiras.

O que é Patrimônio Cultural? É uma herança de representatividade para a sociedade e que tem haver com o passado da sociedade, podendo ser material ou imaterial. Exemplo: Lugares em que se teve acontecimentos histórico-culturais.

A paisagem de Roque Gonzales na linha do tempo

- 251 Milhões de anos atrás:** Pangéia começa a se desagregar
- 210 Milhões de anos atrás:** Surgimento de espécies vegetais (gimnospermas e plantas com sementes e samaras), que posteriormente vão integrar a Mata Atlântica
- 150 Milhões de anos atrás:** Derrame vulcânico recobriu de lava a região centro-sul da América do Sul dando origem à base do o empilhamento de lava que deu origem ao Planalto.
- Intemperismo:** As condições climáticas também foram favoráveis ao intemperismo para a transferência da rocha em blocos.
- Formação do Bioma da Mata Atlântica**
- Salto Pirapó:** A superfície terrestre é formada por grandes blocos, que são levados para o estufamento de blocos por assiovo tectônico. O rio Jullí desgasta esses blocos com a força da água formando o Salto Pirapó.
- Formação do Cerro Inhaúratum:** A bacia hidrográfica do rio Jullí, através de processos erosivos, foi esculpido o relevo e formano o Cerro Inhaúratum



Mapa de localização de Roque Gonzales-RS


Legenda:
■ Área urbana
■ Roque Gonzales
■ Rioveles

Elaboração: Magali Simão-Kochava

Maiores informações com a Secretaria de Educação, Cultura e Turismo do município
Fone: 55 3365-3300
55 3365-3319

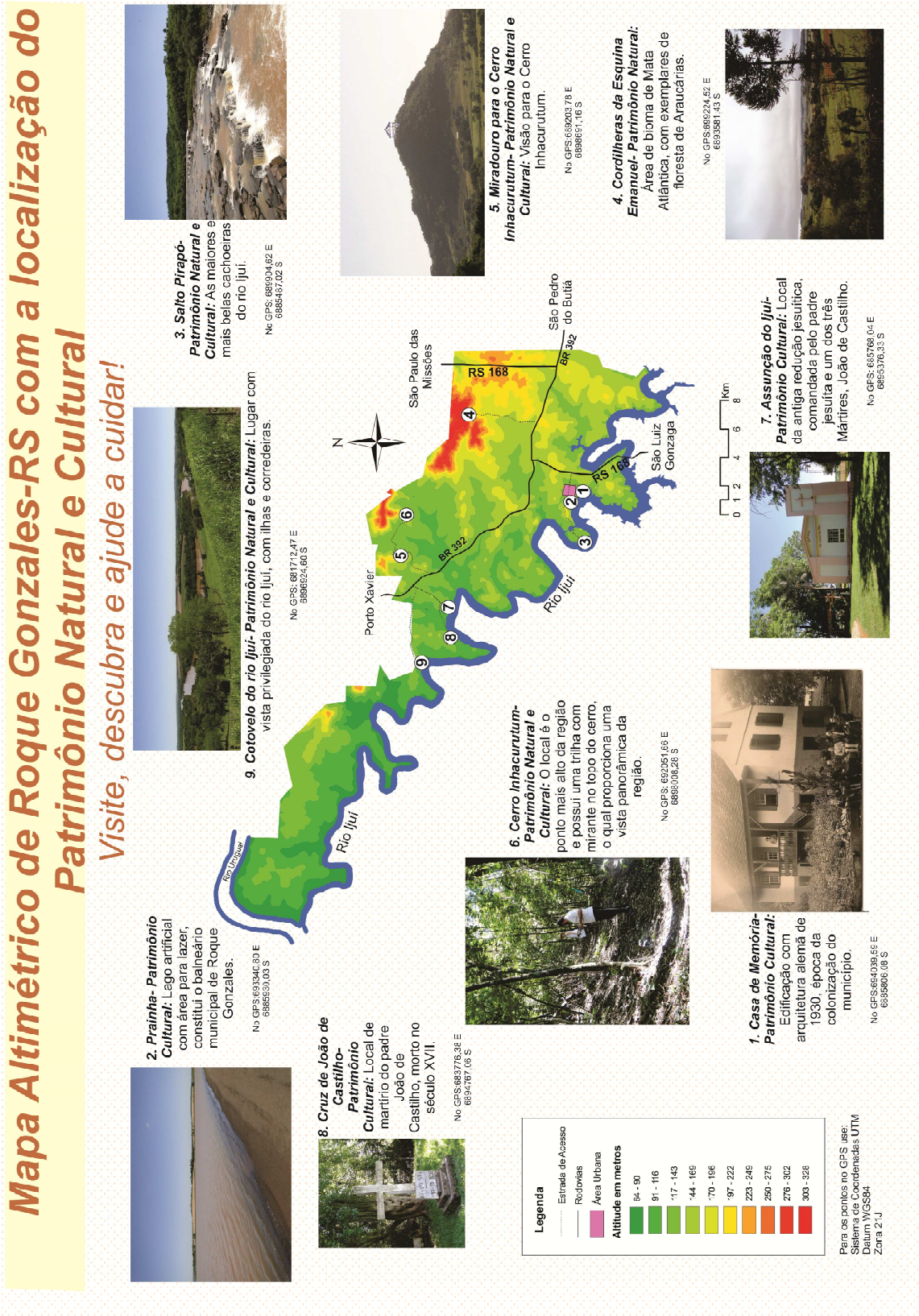
Organização:
 Magali Rambo Anschau
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Naturais e Exatas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia-Mestrado
 Orientação: Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Apoio:



Roque Gonzales possui **nove** locais de interesse patrimonial, que você poderá conhecer e que foram levantados a partir da pesquisa para a Dissertação de Mestrado em Geografia de Magali Rambo Anschau intitulada **"ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE ROQUE GONZALES-RS"**.

Figura 83- Parte interna do folder turístico de Roque Gonzales-RS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensejo desta pesquisa proporcionou a realização de uma idealização pessoal e profissional de alguém que sente a necessidade da aplicação do conhecimento construído em prol da sociedade e do ambiente. E quando este ambiente, onde são planejadas ações se refere às nossas origens, o trabalho se torna ainda mais gratificante. Aos estudos de cunho científico compete a responsabilidade de uma abordagem que parte da teoria e que deve ser consolidada, tendo como coadjuvante a prática. Dos objetivos gerais da ciência, esses devem estar comprometidos com a sociedade e suas necessidades, auxiliando no processo de gestão e planejamento do território.

Essa pesquisa enalteceu a expressividade da paisagem de Roque Gonzales em escala local e regional, o que denota a necessidade de divulgação do patrimônio natural e cultural do município. A partir deste momento a efetivação do que se propõe neste trabalho está sob responsabilidade do poder público para incentivar ações que permitam o processo de divulgação do patrimônio natural e cultural do município. De maneira geral, o incentivo ao desenvolvimento turístico que vá além dos benefícios econômicos é um desafio e isso se reflete na relevância das ações que serão empreendidas, primordialmente, para as gerações futuras e manutenção do ambiente.

A análise da configuração do município, com vistas na execução das ações que devem ser empreendidas para a divulgação do patrimônio natural e cultural, denota influências positivas para sua efetivação. Destacam-se o interesse da comunidade no desenvolvimento do turismo, onde ela mesma cria esforços para melhorias nos LIP. Há também a tomada de consciência do poder público através desse estudo em relação aos valores singulares na paisagem dentre os nove LIP, principalmente do Salto Pirapó, ao qual o acesso é restrito atualmente. A interpretação ambiental idealizada para esse LIP considerou esse impasse, pensando na melhor forma de viabilizá-lo, já que não houve esta preocupação quando da implantação dos empreendimentos locais.

De forma geral, há uma carência de estudos relativos ao patrimônio natural e cultural e a sua conservação. Os maiores projetos que tratam da divulgação do patrimônio natural e cultural estão concentrados naqueles de grande expressividade

e representatividade. É importante ressaltar que o patrimônio natural e cultural de representação local e regional é tão importante quanto o de escala mais abrangente, pois aproxima a sociedade do ambiente, incorporando-o à sociedade. Aproximar a sociedade ao ambiente que a circunda é um passo importante para se admitir a sociedade e o ambiente como um sistema integrado, e que por conseqüência suas ações refletem em reações dentro de um mesmo sistema.

A própria concepção de patrimônio natural e cultural trata de admitir um elemento na paisagem de importância para a sociedade e para as futuras gerações, que para tal sugere a integração da sociedade ao ambiente de forma a garantir sua conservação. Para isso se considerou a interpretação ambiental como um meio de abordagem do patrimônio natural e cultural, que utilizou o inventário do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales.

O inventário realizado neste estudo levantou nove LIP, dentre eles: a Casa de Memória (em restauração), a Prainha (em construção), o Salto Pirapó, as Cordilheiras da Esquina Emanuel, o Miradouro para o Cerro Inhacurutum, o Cerro Inhacurutum, Assunção de Ijuí, a Cruz de João de Castilho e o Cotovelo do rio Ijuí. A partir do inventário da área de estudo se considerou além das características físicas e o contexto da região missioneira como elemento de influência cultural a atuação indígena deste período, destacando um personagem esquecido na história gaúcha, o cacique guarani Nheçu.

Dentre os LIP, a Casa de Memória e a Prainha são projetos que já estão sendo executados de forma independente a este estudo. A Casa de Memória integra programas desenvolvidos pela empresa Eletrosul como compensação ambiental pela implantação da usina hidrelétrica Passo São João. Quanto à Prainha, se trata de um projeto que vem sendo desenvolvido pela prefeitura, ambos em fase de instalação da infraestrutura. Salienta-se que após a finalização das obras nesses dois LIP deve ser realizada uma revisão e uma possível adequação com vistas na interpretação ambiental destes locais.

A partir das informações contidas no inventário se fez a transposição didática para a comunicação ao visitante por intermédio de instrumentos interpretativos. Esse tratamento do patrimônio natural e cultural realizado a partir da interpretação ambiental é fundamental para o processo de conservação, pois este fornece uma leitura do patrimônio natural e cultural para o visitante. Tanto o patrimônio natural

quanto o cultural precisam de uma abordagem capaz de transmitir sua essência, sua expressividade na paisagem e sua representatividade para a sociedade.

Além dos instrumentos interpretativos para cada LIP, foi criado um folder com todos os LIP de Roque Gonzales-RS que deve ser utilizado como folder turístico e como forma de divulgação a outras pessoas distantes do local. Ele apresenta um mapa hipsométrico, o acesso e os LIP, descrevendo as características de destaque para cada LIP, dentre outras informações.

Embora não tenha sido abordada neste estudo como um ponto de atratividade turística, a usina hidrelétrica Passo São João pode ser considerada, em trabalhos posteriores, como tal. De maneira que se possa viabilizar uma visita à usina como parte dos atrativos do município.

Associado a interpretação ambiental devem ser empreendidas ações que promovam práticas de ecoturismo, que se refere à implantação do turismo de forma sustentável, integrada ao ambiente e envolvendo a comunidade neste processo. O ecoturismo deve ser encarado pelo governo local como uma metodologia que deve ser seguida a partir da interpretação ambiental, e como seus próprios preceitos descrevem, se trata de uma construção que considera o ambiente e a comunidade local visando o (des)envolvimento local sustentável.

As ações devem ser empreendidas a partir deste estudo tem como base a divulgação do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales-RS e como consequência, a valorização deste. A valorização do patrimônio natural e cultural ocorre em um processo posterior à divulgação deste, que necessita de interação e compreensão do patrimônio natural e cultural pela sociedade, bem como sua expressividade e representatividade na paisagem.

Dessa forma, a interpretação ambiental assegura a consciência ambiental a partir de experiências oportunizadas por intermédio da interação do visitante com o patrimônio natural e cultural, contribuindo na estruturação do ecoturismo, conforme figura 1. Esse processo que se tem a partir da interpretação ambiental sugere uma reação do visitante nas ações empreendidas no seu contexto, ao qual a figura 1 denomina como consciência do agente. Uma reflexão que garante as práticas ecoturísticas, tendo como interlocutor a interpretação ambiental, que unidas fortalecem um ideal em comum que busca compreender o homem e a natureza como um sistema integrado.

À divulgação e valorização do patrimônio natural e cultural também estão relacionadas à disposição de infraestrutura adequada para receber o visitante. A infraestrutura é um fator que deve ser avaliado com certa frequência e que influencia não só na satisfação do visitante, mas também resulta em uma interpretação ambiental bem sucedida pela comodidade, segurança e bem-estar do visitante. Devem ser avaliadas a infraestrutura nos LIP e ainda o suporte necessário em momento que antecede e sucede a visitação.

A implantação bem sucedida deste projeto de divulgação do patrimônio natural e cultural de Roque Gonzales é uma possibilidade de influenciar o turismo regional. As experiências de Roque Gonzales podem ser estendidas a outros municípios da região missioneira, integrantes do Departamento de Turismo da Fundação dos Municípios das Missões (DETUR), ao qual Roque Gonzales também o integra.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 18ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANSCHAU, M. R. **Transformações e permanências da paisagem em Roque Gonzales-RS**. 2014. Trabalho de graduação (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ANTONIO, D. G. **Comunidades Sustentáveis**: um estudo de percepção, interpretação e valoração da paisagem mediante o conhecimento tradicional. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

BERTRANDT, G. **Paisagem e geografia física global**: Esboço metodológico. REVISTA RAEGA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR. Disponível em:<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/download/3389/2718.pdf.html>>. Acesso em: 24 de fev. de 2015.

BESSE, J. M. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOLÓS i CAPDEVILA, M. Antecedentes. In: BOLÓS i CAPDEVILA, M. (org.). **Manual de ciencia del paisaje**: teoria, métodos e aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

BOSENBECKER, V. P. A arquitetura produzida pelos descendentes de pomeranos na serra dos Tape. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**.v. VIII, n. 15/16. Pelotas, RS: Editorada UFPEL, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**:Orientações Básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de out. de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6 jan. 2015.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 15 fev 2016.

BRILHA, J.B.R. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para a sociedade Sustentável. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para a sociedade Sustentável. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CHERINI, G. **A origem do nome dos municípios**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia Fluvial**. São Paulo: Edgard Blucher, 1981.

CIFUENTES, M. **Determinación de la Capacidad de carga turística en Áreas Protegidas**. Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE). Turrialba, Costa Rica, 1992.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul**. PROGRAMA GEOLOGIA DO BRASIL, Levantamento da Geodiversidade. Porto Alegre: CPRM, 2010.

DALE, P. Definindo o ecoturismo... Pra quê? Pra quem? In: MENDONÇA, R.; ZYSMAN, N. (org) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

DELPHIM, C. F. M. **O patrimônio natural no Brasil**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

ELETROSUL. Centrais Elétrica S. A. **Relatório Técnico de Mapeamento Estrutural**- Usina Hidrelétrica Passo São João, 2007 (n. publ.)

_____, **Eletrosul 40 anos**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

_____, **Plano de Desenvolvimento Turístico e Diretrizes para Pesca e Navegação**- Usina Hidrelétrica Passo São João, 2009 (n. publ.)

_____, **Informações sobre o programa básico ambiental**. Usina Hidrelétrica Passo São João, 2011 (n. publ.)

FIGUEIRÓ, A. S. **A Paisagem como ferramenta de análise geográfica**. 2010. (no prélo). GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/geoecoturismo/geoparques/quartacolonia/introducaocolonia.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. A educação ambiental pelo Turismo. In: NEIMAM, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

GOODEY, B. A interpretação do sítio turístico: desenho e sequência. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

GUIMARÃES, S. T. de L. Recursos paisagísticos naturais e gestão ambiental: sobre a interpretação e valoração de paisagens. In: FIGUEIRÓ, A.S.; FOLETO, E. (Orgs.) **Diálogos em Geografia Física**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.

HOFFMANN, N. **Terra de Nheçu**. 3. Ed. Santo Ângelo: FURI; Florianópolis: LEDIX, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 e SI. 22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Levantamento de recursos naturais, v.33).

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Ramos, A. M.; Santos, L. A. R; Fortes, L. T. G. (org.) **Normais Climatológicas do Brasil 1961 – 1990**. Brasília, DF: INMET, 2009.

KELTING, F. M. S.; LOPES, J. L.S. **Vislumbrando paisagens**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2011.

KREUTZ, E. A. **Santos Mártires das Missões**. Passo Fundo: Pe. BERTHIER® dos missionários da sagrada família, 1998.

LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____ **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LESSA, B. **Nheçu no corredor central**. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

LEVANTAMENTO FLORESTAL CONTÍNUO – RS (2004). Disponível em <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/area.htm>. Acesso em: 25 abr. 2015.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

MARQUES, M. **Nheçuanos**. 2011 [Blog da Internet]. Disponível em: <http://www.nhecuanos.com.br/mani.htm>. Acesso em 25 de abr. de 2015.

MEIRELES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental. In: MENDONÇA, R.; ZYSMAN, N. (org) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MENDES, A. D. Envolvimento & Desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 5. Ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para o visitante: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

NAREDO, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social**. Madrid: Siglo XXI, 2010.

NEDEL, R. **Esta terra teve dono**. 2. ed. Santo Ângelo: FURI, 2010.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

NOGUÉ, J. **El retorno al paisaje**. Enrahonar 45, 2010. Disponível em: <<http://itpack31.itarget.com.br/uploads/anp/arquivos/paisaje2010-Joan-Nogue.pdf>>.

Acesso em: 3 out. 2013.

NOVO, M. **El Desarrollo Sostenible. Su dimensión ambiental y educativa**. Madrid: McGraw Hill, 2006.

PASSOS, M. M. **Biogeografia e paisagem**. 1. ed. Presidente Prudente: Unesp, 1988.

PEREIRA, M. A. F.; KOBAYAMA, M.; CASTRO, N. M. R. **Análise de homogeneidade da precipitação na bacia Hidrográfica do rio Ijuí-RS**. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 10., 2013. Bento Gonçalves-RS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gpden/wordpress/wp-content/uploads/2014/08/AN%C3%81LISE-DE-HOMOGENEIDADE-DA-PRECIPITA%C3%87%C3%83O-NA-BACIA-IJU%C3%8D-RS.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

PINTO, L. F. S. **As Missões Orientais: epopéia Jesuítica no sul do Brasil**. Porto Alegre: AGE, 2002.

PIRES, E. C. R. **As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura**. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2004.

PIRES, P. S. dos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

POMMER, R. M. G. **Missioneirismo: História da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2009.

PORTUGAL, Carta de Digne: Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra. Portugal, 1991.

QUADROS, E. L. **A defesa do modo de ser guarani: o caso de Caaró e Pirapó, em 1628**. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2012.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAM, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

RIBEIRO, J. C.; KROEFF, L. L. **Relatório final**: Resgate sócio-ambiental da paisagem. Usina Hidrelétrica São José. 2009. Disponível em: <http://www.ijuienergia.com.br/ijuienergia/web/arquivos/17_a_resgate_paisagem.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geocologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 2. Ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. In: **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF, 2003.

SANTOS, P. M. **Município de Roque Gonzales**: Terra e Sangue das Missões. [S. l.] 1989.

SANTOS, Z. S. (org.). **Bacia hidrográfica do Rio Ijuí**: construções e aprendizagens. Santo Ângelo: FURI, 2011.

SCIFONI, S. **A construção do Patrimônio Natural**. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. **Relatório Anual sobre a situação dos recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul**. Divisão de Planejamento e Gestão/DRH. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/upload/Relatorio_RH_Final_2002\(1\).pdf](http://www.sema.rs.gov.br/upload/Relatorio_RH_Final_2002(1).pdf)>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____ **Processos de planejamento dos usos da água na bacia hidrográfica do rio Ijuí.** Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado do MeioAmbiente – DRH/SEMA. Porto Alegre, 2012.

SORRIBAS, M. V. **Simulação da dinâmica de carbono em bacias hidrográficas.** 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1957.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história.** São Paulo: Autores Associados LTDA, 2004.

UNESCO, **CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL,** 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

VENTURINI, S. **Inhacurutum e as Missões Jesuíticas.** São Luiz Gonzaga: Borck, 2004.

VEROCAI, I. **Vocabulário básico de meio ambiente.** Rio de Janeiro: Secretaria de estado de Meio Ambiente, 1997. Disponível em: <http://biomabrazil.org.br/site/wpcontent/uploads/2013/02/vocabulario_basico_de_meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2015.

WWF- BRASIL. **Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento sustentável.** Organizadora Sylvia Mitraud. Brasília: WWF Brasil, 2003.